

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA

PÂMELA CHIOROTTI BECKER SOUZA

REPRESENTAÇÕES EM DISPUTA:

TRABALHISMO E PTB NAS PÁGINAS DOS JORNAIS CARIOCAS *ULTIMA HORA* E *CORREIO DA
MANHÃ* (1951-1954)

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PÂMELA CHIOROTTI BECKER SOUZA

REPRESENTAÇÕES EM DISPUTA:

TRABALHISMO E PTB NAS PÁGINAS DOS JORNAIS CARIOCAS *ULTIMA HORA* E
CORREIO DA MANHÃ (1951-1954)

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos Passos Martins

Porto Alegre

2021

Ficha Catalográfica

S729r Souza, Pâmela Chiorotti Becker

Representações em disputa : trabalhismo e PTB nas páginas dos jornais cariocas Última Hora e Correio da Manhã (1951-1954) / Pâmela Chiorotti Becker Souza. – 2021.

145.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos Passos Martins.

1. Imprensa. 2. PTB. 3. Trabalhismo. I. Martins, Luis Carlos Passos. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

PÂMELA CHIOROTTI BECKER SOUZA

REPRESENTAÇÕES EM DISPUTA:

TRABALHISMO E PTB NAS PÁGINAS DOS JORNAIS CARIOCAS *ULTIMA HORA* E
CORREIO DA MANHÃ (1951-1954)

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Area de concentração: Sociedades, desenvolvimento econômico e migrações.

Aprovada em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Angela de Castro Gomes – UERJ/UNIRIO

Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira - PUCRS

Prof. Dr. Luis Carlos Passos Martins - PUCRS

Porto Alegre

2021

Dedico este trabalho a Roque Becker, Maira Chiorotti e Fábio Turmina, fontes de amor e apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Roque Becker e Maira Chiorotti, não só pelo apoio para a escrita desse trabalho, mas também pela constante e verdadeira presença, além do incentivo recebido por toda a vida, que me fez acreditar que pode ser possível lutar por um futuro melhor. Vocês são minhas fontes de inspiração e de acalento, e muito da minha trajetória é tentativa de honrar, da melhor forma possível, minha existência possibilitada por ambos. Amo-os.

Agradeço também ao meu parceiro de vida, Fábio Turmina. Nunca imaginamos que alguém que conhecemos ao longo da vida se tornará tão companheiro e tão presente. Agradeço cada apoio, incentivo, sempre afastando minhas inseguranças e meus ocasionais desânimos. Amo-te.

Agradeço, de coração, ao meu orientador, Prof. Dr. Luis Carlos Passos Martins, que acreditou no meu potencial quando eu ainda era apenas uma graduanda perdida em muitos caminhos possíveis a seguir. Obrigada pelo incentivo, paciência, ensinamentos e orientações. Admiro muito a sua trajetória e me orgulha ser orientada por uma personalidade tão lúcida e capacitada.

Obrigada ainda a Profa. Dra. Monica Karawejczyk, por todos os conselhos, auxílios, apoio, metas em dobro, mas também pela amizade. És uma pesquisadora inspiradora e quero sempre estar por perto, aprender contigo.

Um muito obrigada também aos amigos que fizeram essa trajetória menos árdua e solitária, seja em relação à pesquisa, seja em relação a vida, ainda mais em tempos de pandemia e isolamento social. Entre muitos outros que não conseguirei citar – e peço perdão –, preciso dedicar um agradecimento especial aos que mais se fizeram presentes, muitas vezes me auxiliando até mesmo em aspectos técnicos da pesquisa, entre eles: Thaíze da Luz, Thiago Costa, Letícia Krilow, Pricila Muller, Isadora Freitas, Nielly Pasteleto, Jéssica Thaís de Oliveira, Giovane Martins e João Victor Graziola.

Por último, gostaria de agradecer ao financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que, apesar da crescente falta de investimentos, segue possibilitando que pesquisadores sigam seus intentos, e ao serviço da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – RJ, que com o seu trabalho proporcionou que eu tivesse acesso à materiais que de outra forma não seriam possíveis.

RESUMO

Esta pesquisa pretende investigar como o trabalhismo e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foram *representados* nas páginas dos jornais cariocas *Correio da Manhã* e *Ultima Hora* durante o segundo governo Vargas, considerando esses periódicos como *instrumentos de representação* envolvidos em uma *luta simbólica* pela definição mais legítima dos elementos analisados. Para tal objetivo geral, pretende-se englobar essas análises na compreensão dos materiais textuais como inseridos em uma conjuntura específica, avaliando se as representações formuladas por ambos os jornais se aproximam ou se afastam ao longo do tempo. Um outro objetivo mais amplo é reavaliar a possibilidade de se utilizar, pelo menos em relação ao *Correio da Manhã* e ao *Ultima Hora*, a assertiva tradicional dos estudos históricos ligados à imprensa, de que os jornais eram subalternos aos grupos políticos e financeiros aos quais se ligavam. Nesse sentido, o presente trabalho se justifica à medida que não se encontram estudos dessa natureza que, comparando dois jornais de posições distintas, façam um apanhado mais amplo das visões de ambos quanto aos dois elementos, PTB e trabalhismo. A metodologia utilizada pautou-se pela inspiração na Análise de Conteúdo através dos trabalhos de Bardin (2004) e Moraes (1998), pois tal ferramenta permite organizar as categorias obtidas do corpus documental, relacionando-as com o contexto histórico próprio à pesquisa historiográfica. Os resultados apontam para uma relativa autonomia dos periódicos referente aos vieses das suas construções simbólicas, diferentemente do que se espera ao considerar a forma como esses jornais foram retratados na história até os últimos anos, quando novas pesquisas iniciaram uma renovação do olhar sobre o universo jornalístico da década de 1950.

Palavras-chave: Imprensa. PTB. Trabalhismo.

ABSTRACT

This research investigates how the *trabalhismo* (labourism) and *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB) were *represented* on the pages of the newspapers *Correio da Manhã* and *Ultima Hora* from Rio de Janeiro during the second Vargas' government, considering these publications as *representation instruments* engaged on a *symbolic struggle* for the most legitimate definition of the analysed objects. For such aim, the intention is to join these analysis to the understanding of the textual materials as part of a specific conjuncture, evaluating if the construction of the representation by both newspapers move closer or further away from each other over time. Another aim, wider, is to reevaluate the possibility of using, at least in relation to *Correio da Manhã* and *Ultima Hora*, the traditional affirmation from the historical studies linked to the press about the newspapers subjection to the political and financial groups that they were associated. Accordingly, this work justification is on the absence of studies of such kind, the comparison of two newspapers of different positions, that make a wider research of their views on two elements, PTB and *trabalhismo* (labourism). The methodology was inspired on the Content Analysis through Bardin's (2004) and Moraes' (1998) works because such tool allows the organization of the categories drawn from the documentary corpus, connecting them to the particular historical context of the historiographical research. The results point to a relative autonomy of the publications regarding the inclination of their symbolic construction, differently from what is expected when the way that these newspapers were presented in history in recent years is considered. Moment in which new studies started a renovation of the view on the journalistic universe of the 1950s.

Keywords: Press. PTB. Labourism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	28
2.1 “EMBARQUE”: ESTADO NOVO COMO GESTAÇÃO NÃO PLANEJADA DE UMA NOVA DEMOCRACIA.....	28
2.1.1 Trabalhismo – de anglo-saxão à indígena: entre doutrinas e projetos.....	34
2.1.2 PTB: ser ou não ser reformista. Eis a questão.....	37
2.2 “PRÓXIMA ESTAÇÃO”: O RIO DE JANEIRO DOS ANOS 50 E O SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951-1954).	41
2.2.1 Pannels vazias, ruas cheias: o impacto econômico na mobilização dos trabalhadores e conformação de uma atmosfera geral.....	41
2.2.2 “Desembarque” pelo lado esquerdo?.....	47
2.3 IMPRENSA, HISTÓRIA E O MERCADO JORNALÍSTICO DOS ANOS 50 – APONTAMENTAMENTOS	49
2.3.1 O <i>Correio da Manhã</i>	53
2.3.2 O <i>Ultima Hora</i>	56
3 MESMA MOEDA, DIFERENTES FACES: TRABALHISMO E PTB NO <i>CORREIO DA MANHÃ</i> E NO <i>ULTIMA HORA</i>	63
3.1 O DE LÁ, AUTÊNTICO E DEMOCRÁTICO; O DAQUI, FALSO E CONDENADO: O TRABALHISMO NO <i>CORREIO DA MANHÃ</i>	63
3.2 SINÔNIMO DE PTB OU ABRIGO DE PELEGOS: O TRABALHISMO NO <i>ULTIMA HORA</i>	72
3.3 SACO DE GATOS <i>VERSUS</i> OTIMISMO POSSÍVEL: O PTB NO <i>CORREIO DA MANHÃ</i>	81
3.4 “UMA REVOLUÇÃO EM MARCHA” <i>VERSUS</i> PARTIDO INCAPAZ: O PTB NO <i>ULTIMA HORA</i>	87
4 MESMO CAMINHO, DIFERENTES VIAS POSSÍVEIS: FIGURAS REPRESENTATIVAS DO TRABALHISMO E DO PTB SEGUNDO O <i>CORREIO DA MANHÃ</i> E O <i>ULTIMA HORA</i>.....	98

4.1 DANTON COELHO NOS JORNAIS – ENTRE <i>PRIMARISMO</i> E MAL CALCULISMO	99
4.2 SEGADAS VIANA: ENTRE REPRESSÃO E <i>APAZIGUAMENTO</i>	103
4.3 JOÃO GOULART: <i>AUTÊNTICO LÍDER</i> OU PROMOTOR DE AGITAÇÕES?.....	108
4.4 PASQUALINI: TEÓRICO DO TRABALHISMO, MAS QUAL?	115
4.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	120
5 CONCLUSÃO.....	124
REFERÊNCIAS	128
APÊNDICES	134

1 INTRODUÇÃO

Até hoje, mais de 80 anos após o nascer da proposta de projeto político denominada de trabalhismo, a doutrina e os proponentes dela, em especial no Brasil, são envoltos em pejorativas designações: demagogia, politicagem, controle e muitos outros adjetivos se somam à difusa conceituação de populismo. Entretanto, como Jorge Ferreira demonstra em suas obras, em especial “O Imaginário Trabalhista” (2005), esse universo de significados incorporou-se à vida social e política brasileira pois encontrou fértil campo de demandas populacionais que, até o momento, se não eram ignoradas, no máximo eram tratadas como “caso de polícia”, ou apenas distúrbios populares. É por conta desse apelo, dessa interpelação, entendida e apreendida pela população, que pode ser percebida a violência que o suicídio de Getúlio Vargas provocou em diversas cidades do país, o que o autor citado, brilhantemente, denominou de “Carnaval da Tristeza”¹. Em meio a intensos debates, verdadeiras disputas de força, no âmbito político, econômico e social, o trabalhismo promoveu, mesmo com certas continuidades, significativas mudanças na história do país, integrando como herança instituições, lideranças, partidos e correntes políticas. Entretanto, longe do fortalecimento em *continuum* desse patrimônio, visualiza-se que, ainda atualmente, perdura a luta pelo combate à dignidade e aos direitos do labor. Não é por acaso que, recentemente, em 2019, extinguiu-se a mais simbólica das instituições ligadas ao trabalhismo: O Ministério do Trabalho. Outros processos, como a reforma da previdência e a reforma trabalhista, encarnam a pugna pelo cerceamento dos bens legislativos *adquiridos*. É essa importância que nos motivou a tentar melhor compreender como o trabalhismo era visto por determinados setores da grande imprensa carioca. Privilegiou-se o campo da imprensa como fonte e objeto, pois é nela que se pode apreender boa parte das discussões vigentes em uma época, apesar dos recortes e dos silenciamentos que nela também estão presentes. Além disso, a partir dos anos 50, como mostraremos adiante, ocorre a aceleração do esforço da imprensa em se impor como instituição específica, pretendendo se colocar como esclarecedora da “opinião pública”.

Assim, objetivo geral deste trabalho é investigar como o trabalhismo e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – foram representados nas páginas dos jornais cariocas *Correio da Manhã* e *Ultima Hora*², considerando tais impressos como *instrumentos de representação*³,

¹ Ferreira (2005).

² Era opção gráfica do projeto do jornal não ter acento em seu nome.

³ Bourdieu (1981).

ou seja, produzindo, em disputa – *luta simbólica, luta de representações* –, visões sobre a realidade em que se inseriam. Para isso, desejamos conceber os materiais textuais desses periódicos como produtos de um contexto mais amplo, de mudanças estruturais da própria sociedade brasileira, relacionando-os. Além disso, pretendemos averiguar se cada jornal defendia, nas suas representações, imagens predominantemente favoráveis, neutras ou negativas dos termos levantados – PTB e Trabalhismo –, e se as mesmas se aproximavam ou se afastavam, ao longo do tempo. Um objetivo maior, ligado ao objetivo geral desta pesquisa, é reavaliar a possibilidade de utilizar, pelo menos em relação ao *UH* e ao *CM*⁴, a visão historiográfica dominante de submissão da imprensa aos grupos políticos e financeiros. Até os anos 70, como será explicitado no primeiro capítulo, a imprensa foi desconsiderada como objeto de pesquisa, pois a historiografia tradicional sobre o tema a ponderava como submissa aos interesses aos quais se vinculava. Assim, não era creditada à imprensa papel ativo na constituição do mundo social, mas sim função de mera reprodução de discursos. Entretanto, esses elementos de suspeição não desapareceram dos estudos históricos, motivando esta investigação.

Alguns trabalhos já foram feitos nesse sentido, servindo de inspiração. Entre eles, encontra-se o de Martins (2010), reavaliando se os jornais da grande imprensa carioca – entre eles o *Correio da Manhã*, que passou a ser denominado pela historiografia como “liberal” – utilizavam-se desses princípios em seus posicionamentos quanto aos projetos econômicos do segundo governo Vargas. Assim, Martins também questiona o quanto esses jornais eram coniventes com interesses externos ao debaterem sobre o nacional-desenvolvimentismo presente no contexto estudado. Sobre o *Correio da Manhã* e o trabalhismo, especificamente, Alzira Abreu (2001) revela que o jornal objetivou distinguir um trabalhismo correto de outro maléfico, de “pelegos”, opondo-se a Vargas e fazendo campanha pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, mas o verbete não avança nessas considerações. Já em relação ao *Ultima Hora*, os trabalhos de Fidelis (2018) e Padovani (2016) colaboram para a perspectiva que se pretende aqui. Através da análise da trajetória intelectual e profissional de Samuel Wainer, Fidelis demonstra em artigo elucidante que o que havia entre o *Ultima Hora* e o governo Vargas era convergência de valores, entre eles a simpatia por um projeto nacionalista para o país. Já Padovani, explorando as matérias jornalísticas do *Ultima Hora* sobre o calendário festivo relativo aos eventos trabalhistas, como as comemorações de 1º de maio, de aniversário do

⁴ No decorrer desse trabalho, iremos algumas vezes abreviar *Correio da Manhã* e *Ultima Hora* por “*CM*” e “*UH*”, para maior fluidez da leitura.

presidente, entre outras, interpreta que o jornal buscou se tornar um intermediário entre o governo e a sociedade à medida que, efetivando apoio ao presidente, também buscava representar as queixas da população, cobrando as autoridades. Esse papel do vespertino é muito evidente em diversos espaços, como a coluna “Fala o Povo na *Ultima Hora*”, composta de reclamações populares depositadas na “tendinha das reclamações”⁵, espécie de urna que a equipe de *UH* disponibilizava pela cidade. Assim, ao mesmo tempo em que se cedia o determinado apoio, tinha-se o cuidado em não se assemelhar a uma folha oficial do governo, atenção que refletia o *Ultima Hora* como empresa jornalística:

Nos dois casos podemos afirmar que as denúncias das mazelas vividas pelos trabalhadores eram expostas e o jornal exigia um retorno das autoridades envolvidas nos assuntos, mas, no entanto, percebe-se uma necessidade de afirmar o empenho do presidente Vargas e o papel do próprio jornal na solução de tais problemas. O jornal divulga os problemas, cobra soluções, mas retira de Getúlio Vargas qualquer responsabilidade direta sobre tais situações. (PADOVANI, 2016, p. 150).

Outro dado que se destacou em nossas indagações sobre o vespertino foi o estudo realizado por Hohlfeldt e Buckup (2002) sobre a *Ultima Hora* do Rio Grande do Sul. Segundo os autores, as “*Ultimas Horas*” regionais eram projetos coordenados por Wainer para serem uma verdadeira rede nacional de jornais, à espelha da *Ultima Hora* carioca. No entanto, atestou-se que a *Ultima Hora* gaúcha possuía posicionamento diferente do restante da cadeia de jornais, pois não se eximia de criticar Brizola, governador do estado, quando esse evadia os propósitos do jornal:

No Rio Grande do Sul, a *Ultima Hora* buscava apoiar Brizola naquilo que se identificasse com o projeto original do jornal, devidamente adaptado à região. Mas se Wainer nutria por Vargas verdadeira admiração, a ponto de perdoá-lo por eventuais traições, a equipe da *Ultima Hora* gaúcha tinha comportamento diverso. [...] dando apoio a todas iniciativas governamentais que o conduzissem na meta populista, mas criticando-o sempre que ocorresse o que o jornal considerasse *desvios*. Do mesmo modo, Brizola reagia – e chegou a pressionar o jornal – quando se sentia prejudicado pelo mesmo. (HOHLFELDT; BUCKUP, 2002, p. 19).

Ponderando que possíveis diferenças entre as *Ultimas Horas* regionais não podem ser consideradas regras gerais à toda rede e somando a isso o deslocamento temporal entre o período de nossa análise e a existência da *Ultima Hora* gaúcha – entre 1960 e 1964 –, mas assumindo que houve o que os autores denominam de *paralelismo* entre o projeto nacional e regional, interessa-nos, cogitando a relativa independência da *UH* RS em relação a Brizola, avaliar em que sentido eram as convergências do *Ultima Hora* carioca em relação ao trabalhismo e ao PTB. Todavia, um aspecto que não abrangeremos na nossa pesquisa é a

⁵ Padovani (2016)

perspectiva adotada por Hohlfeldt e Buckup de que o projeto do *Ultima Hora* fosse essencialmente populista como prática política⁶, visto os questionamentos existentes atualmente a este conceito⁷.

Não é interesse deste trabalho questionar se o *Ultima Hora* foi a favor da figura política de Vargas, muito menos se o *Correio da Manhã* foi contra a mesma personalidade. Nosso objetivo se encontra mais além: avaliando a inovação que o trabalhismo brasileiro trouxe para o avanço das leis sociais no país e, por outro lado, as particularidades que envolveram o desenvolvimento desse projeto, sob controle estatal e posterior atuação partidária do PTB, observam-se lacunas historiográficas existentes tanto sobre a visão do *Correio da Manhã* relativa à questão social, especialmente ao surgir de uma nova democracia, quanto no sentido de refinar o conhecimento do posicionamento do *Ultima Hora* em relação à política trabalhista (trabalhismo e PTB), tendo em vista a suposta submissão do jornal ao governo que as pesquisas mostradas acima questionam. Essas lacunas se expandem se avaliarmos que não há estudos históricos que, fazendo as arguições específicas a cada jornal delimitado, estabeleçam relações comparativas entre os órgãos de comunicação. Considerados opostos em suas linhas editoriais e suas formas de atuação, reputamos que a perspectiva mais abrangente balizada aqui favorece o significativo avanço da historiografia sobre a imprensa dos anos 50. A finalidade dessa dissertação é buscar preencher essas lacunas.

Para organizar esta investigação, pode-se listar algumas inquirições que se deseja responder ao fim da pesquisa:

- Como o *Correio da Manhã*, jornal situado em certa posição específica quanto às suas opiniões e direcionamentos, percebia o trabalhismo e o seu partido correspondente, o PTB, nas suas páginas? E o *Ultima Hora*?
- Os órgãos de comunicação objetivavam explicar ou definir o que seria trabalhismo? Ou apenas discutir a sua aplicação?
- Havia algum tipo de silenciamento em relação aos elementos que se quer investigar (PTB e trabalhismo)? Se sim, por quê?

⁶ Os autores afirmam “Em nome do nacionalismo, *Ultima Hora* defendeu causas como a criação da Petrobras; em nome do populismo, manobrou à vontade a perspectiva governamental com que se traduzia os acontecimentos para seus leitores [...]”. (HOHLFELDT; BUCKUP, 2002, p. 14). Acreditamos que essa visão mais redutora, ligada ao populismo, limita as possibilidades de observação do jornal sob as perspectivas que estão propostas nesta pesquisa.

⁷ Ferreira (2013).

- As imagens de ambos os jornais sobre os elementos determinados, tendo em vista as suas divergências em questão de linhas editoriais, destoavam ou concordavam entre si?
- Essas *representações*, classificações e semânticas possuíam que tipos de relação com o contexto histórico em que os jornais se inseriam? Algo na historicidade desses jornais os motivaram a tomar os posicionamentos observados? Se sim, o que e por quê?
- Pode-se afirmar que os posicionamentos desses jornais eram ligados à suposta submissão desses aos grupos econômicos e políticos aos quais se vinculavam? Nesse sentido, o *Correio da Manhã* se posicionava contrariamente aos direitos e às atuações na área social relacionados à intervenção do Estado, submisso aos grupos liberais que se opunham aos direitos trabalhistas⁸? E o *Ultima Hora* se posicionava a favor do governo que apoiava, eximindo-se de qualquer crítica possível para cumprir o papel de porta-voz do governo?

Ainda resta justificar o porquê da adição do partido à análise e da escolha do período de 1951-1954, visto que o trabalhismo surgiu durante o Estado Novo e o PTB foi criado anteriormente ao governo Dutra. Essa escolha reside em dois níveis, interligados: primeiro, é com o retorno de Vargas ao Catete, sob programa evidentemente trabalhista⁹, pelo menos nos discursos, que o trabalhismo e o PTB voltam à cena política com força, debatidos e questionados. O segundo é que, diferentemente do período do Estado Novo, é no segundo governo Vargas que se pode observar a atuação partidária e doutrinária do PTB, além da própria atuação da imprensa, sob termos democráticos. Assim, é no estabelecimento de um governo Vargas eminentemente democrático que se observa liberdade de discussões e controvérsias não controladas por censuras explícitas oficiais, como acontecia em relação à imprensa com o D.I.P (Departamento de Imprensa e Propaganda). Já o PTB, além de ser a institucionalização do trabalhismo na política brasileira¹⁰, também é considerado o primeiro partido moderno de massas do Brasil¹¹ e a agremiação com maior taxa de crescimento eleitoral ao longo dos anos 60, fazendo dos trabalhadores alvo privilegiado, sendo a legenda retirada da presidência com o

⁸ Martins (2010), Negro e Silva (2020).

⁹ Bodea (1992), D'Araújo (1992).

¹⁰ Ferreira (2005).

¹¹ Bobbio (1990), D'Araújo (1996).

golpe militar de 1964¹². Isso tudo mostra a força expressiva que o PTB adquiriu ao longo de sua experiência democrática, apesar de sua conturbada fundação.

A contribuição esperada deste trabalho consta em colaborar para a redução das lacunas historiográficas expressas anteriormente, bem como compreender e valorizar a imprensa como instrumento ativo na construção da realidade. Evitando anacronismos ao dizer que com esta pesquisa se pode compreender o presente, arriscamos afirmar que é através do conhecimento de como esses dois jornais atuaram na formulação de representações do trabalhismo e do PTB, no período destacado, que podemos perceber, de forma ampliada, alguns dos recursos argumentativos que as mídias, em especial a imprensa, utilizam-se, mesmo nos dias atuais, para impor suas visões sobre o presente.

Dessa maneira, estruturamos o trabalho da seguinte forma: ainda nessa introdução, explicitam-se os métodos e os conceitos utilizados para compreensão das inquirições realizadas – respectivamente, as *ferramentas* e as *lentes* do historiador na observância de seu ofício.

No primeiro capítulo, será feita a contextualização historiográfica do período abordado, fornecendo informações indispensáveis para a compreensão da época tratada – suas continuidades e suas rupturas. Além disso, será fornecido um panorama descritivo de como se desenvolveram os dois jornais utilizados na pesquisa, além trazer referências-chave para a compreensão do PTB e do trabalhismo.

No segundo capítulo, elaborar-se-ão as análises dos dados coletados para essa pesquisa. Desenvolverá-se, então, a interpretação destes dados, relacionando-os com a historiografia solicitada pelo processo analítico. É essencial para a leitura deste capítulo ter em mente os referidos aspectos metodológicos, bem como considerar que nossas delimitações e escolhas foram *uma* entre *outras* possíveis.

No terceiro capítulo, complementar-se-ão as investigações já feitas sobre o PTB e o trabalhismo com a análise específica de como os jornais representavam as figuras-chave dos elementos referidos. Essas representações, que foram observadas como muito pertinentes dentro das ocorrências delimitadas por busca dos termos “PTB” e “trabalhismo”, possibilitaram a refinação das compreensões apreendidas até então.

Por último, nas considerações finais se farão as conclusões desta pesquisa, inter-relacionando os pontos aqui mencionados, ou seja, os diferentes capítulos e as contribuições

¹² D’Araújo (1996).

que esses trazem para a investigação geral, respondendo às questões que foram propostas ao longo do trabalho e instigando novas questões. Seguimos, então, para as delimitações metodológicas aqui presentes.

Sobre os aspectos metodológicos (as ferramentas do historiador), escolhemos como metodologia a Análise de Conteúdo pelas obras de Bardin (2004) e de Moraes (1998), pois esta ferramenta possibilita a organização dos elementos extraídos das fontes. Por outro lado, a Análise de Conteúdo requisita o relacionamento dessas fontes com a historicidade às quais pertencem, questão muito bem-vinda em trabalhos historiográficos. O uso se deu pois não há metodologia específica destinada ao trabalho de imprensa, para além das excelentes proposições de Luca (2005), o que nos fez adaptar a Análise de Conteúdo às necessidades e aos propósitos da nossa pesquisa.

Assim, procedeu-se a análise pautada pelas três fases principais a seguir:

1. Preparação das informações: consistiu na composição e na organização do arquivo. Aqui, percorreu-se as edições de ambos os jornais, de 01/01/1951¹³ à 30/09/1954, através da varredura dos termos¹⁴ “PTB” e “trabalhismo”. No *Correio da Manhã*, capturou-se todas as ocorrências da página 4, conhecida como o espaço opinativo do jornal, pois é nossa intenção visualizar a opinião dos periódicos como empresa que desejava inserir-se como porta-voz autorizada no mundo social. Trabalharemos melhor as descrições dos jornais adiante, mas, por enquanto, gostaríamos de esclarecer que, na impossibilidade de se encontrar variedade de materiais opinativos explícitos no jornal *Ultima Hora*, delimitamos a página 3 como o espaço de análise, devido à importância dos materiais contidos ali, como outras colunas de grande apreço e reportagens muitas vezes anunciadas na capa. A “*Coluna de Ultima Hora*”, conhecida por ser o editorial do jornal escrito por Samuel Wainer¹⁵, não possuía regularidade: não era publicada diariamente e, quando era, poderia sair na capa ou na página 3. Então, fizemos a varredura também das capas, além da página 3, em busca de ocorrências. Após primeira leitura flutuante e da organização do arquivo em tabelas info-analíticas, contendo informações e sínteses de cada material, obteve-se, ao todo, 1.482 arquivos, divididos da seguinte forma:

¹³ O jornal *Ultima Hora* surgiu em 12/06/1951, portanto a varredura desse partiu desta data.

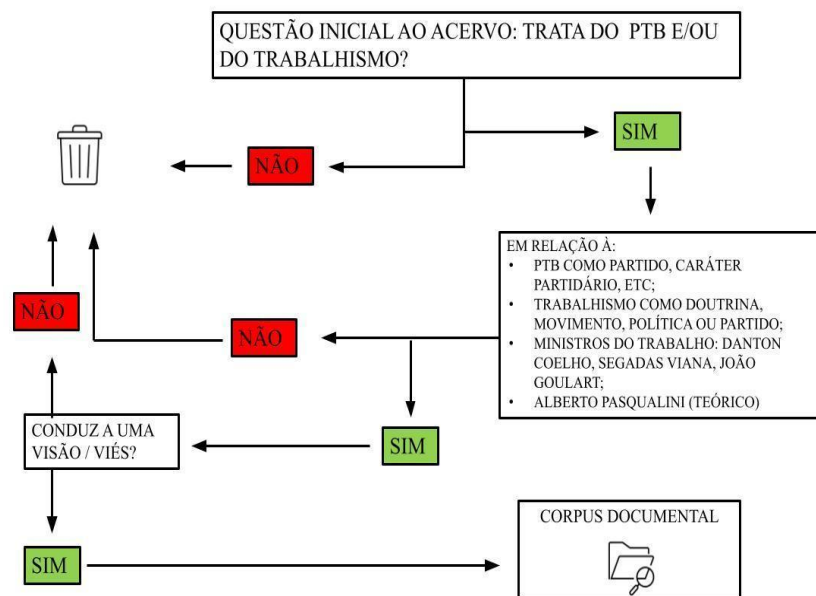
¹⁴ A varredura de termos é um mecanismo de busca disponibilizado pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, local em que se acessou, online, os acervos digitalizados dos jornais utilizados nesta pesquisa.

¹⁵ Wainer (1987).

JORNAIS	TERMO PTB	TERMO TRABALHISMO
<i>CORREIO DA MANHÃ</i>	350	92
<i>ULTIMA HORA</i>	993	47

Fonte: a autora (2021)

Ao realizar a leitura flutuante dos materiais, percebeu-se que, tanto pela quantidade de ocorrências, quanto pelo conteúdo, necessitava-se fazer uma triagem do arquivo para compor o corpus documental, pois nem todos os materiais possuíam ou conduziam a algum nível de opinião sem que se inferissem sentidos que não poderiam ser comprovados. Muitos materiais apenas citavam o PTB, mas tratavam de outros assuntos sem relevância para a análise em questão. É válido ressaltar que essas delimitações foram estipuladas somente após um primeiro conhecimento de todo o arquivo, através da leitura flutuante e resumo dos materiais. Portanto, submeteu-se cada um dos 1.482 arquivos às seguintes questões ilustradas pelo organograma abaixo:



Fonte: a autora (2021)

A escolha das personalidades se deu pelo destaque que elas receberam em ambos os jornais, mas também por questões relacionadas à historiografia, as quais exibiremos no capítulo

em que se desenvolverá a análise destes resultados. Sobre a questão específica “conduz a um viés/visão”, estabelecemos os seguintes critérios:

Crítérios de triagem	
1. Não se posiciona ou não conduz a alguma visão dos elementos.	<p>a) Descrições e informações sem ênfase otimista/pessimista, apenas objetivando dar conhecimento e se fazer saber de algo relacionado ao assunto.</p> <p>b) Apenas citando os elementos para informar sobre outro assunto, alheio ao objeto ao qual a pesquisa foca. Ex: Roberto, do PSD, conversou com deputados de diversos partidos, entre eles PTB, UDN, PL (apenas cita o PTB).</p>
2. Posiciona-se ou conduz a uma visão dos elementos	<p>a) Faz emissões explícitas de opiniões (editoriais e colunas)</p> <p>b) Faz interpretações de acontecimentos, abrindo espaço para esclarecimentos através de entrevistas e transcrições de discursos (reportagens)</p>

Fonte: a autora (2021)

A partir desse refinamento, o corpus documental ficou composto de 363 materiais¹⁶, sendo esses:

JORNAIS	PTB	TRABALHISMO
<i>CORREIO DA MANHÃ</i>	141	49
<i>ULTIMA HORA</i>	151	22

Fonte: a autora (2021)

¹⁶ Aqui é necessário realizar uma diferenciação básica: os materiais totais não correspondem ao número de ocorrências que se discutirá nos capítulos 3 e 4 e que constam nos anexos. As ocorrências foram contabilizadas por unidade de sentido, podendo ser encontradas uma ou mais ocorrências no mesmo material. Por exemplo: num mesmo editorial do *Correio da Manhã*, podemos encontrar duas ocorrências positivas á Pasqualini, mas uma ocorrência negativa a Danton Coelho.

Resta, para a explicitação desta etapa, comentar sobre os critérios de definição de formatos jornalísticos. Há diversas formas de classificar os materiais de acordo com as características presentes nas matérias. No entanto, essas partem do pressuposto de classificar os gêneros de acordo com os padrões atuais de jornalismo. Apesar do estabelecimento deste padrão ter se acelerado nos anos 1950, ganhando muitas das formas que hoje são utilizadas, à exemplo do *lead*, os jornais analisados ainda se encontravam em um processo de transição. Por esse motivo, pode haver certa flutuação nas características dos materiais analisados. Como forma de delinear convencionadamente a classificação dos formatos existentes no corpus documental, estabelecemos como critérios as definições de Mello e Assis (2010), elaborando a seguinte tabela de catalogação, com base nas referências dos autores:

FORMATO	DEFINIÇÃO
ARTIGO	Matéria jornalística através da qual jornalistas e cidadãos desenvolvem ideias e apresentam opiniões. Contém julgamentos mais ou menos provisórios, porque é escrito enquanto os fatos ainda estão se configurando. Democratiza a opinião no jornalismo, possibilitando o seu acesso às lideranças emergentes na sociedade. (Mello; Assis, 2010. p. 64).
COLUNA	Mosaico estruturado por unidades curtíssimas de informação e de opinião, caracterizando-se pela agilidade e pela abrangência. Cumpre uma função que foi peculiar ao jornalismo impresso antes do rádio e da televisão: o furo. Tem como espaço privilegiado os bastidores da notícia, descobrindo fatos que estão por acontecer, pinçando opiniões que ainda não se expressaram, ou exercendo um trabalho sutil de orientação da opinião pública. Aparentemente tem caráter informativo, mas na prática é uma seção que emite juízos de valor, com sutileza ou de modo ostensivo. (Mello; Assis, 2010. p. 65, grifo nosso).

EDITORIAL	Expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento. Porta-voz da instituição jornalística. Espaço de contradições. opinião das forças que mantêm a instituição jornalística (proprietários, jornalistas, acionistas, anunciantes, leitores. Sinaliza à opinião pública, pretendendo nela influir [...]. (Mello; Assis, 2010. p. 64).
REPORTAGEM	Relato ampliado de acontecimento que produziu impacto no organismo social (desdobramentos, antecedentes ou ingredientes noticiosos). Trata-se do aprofundamento dos fatos de maior interesse público que exigem descrições do repórter sobre o “modo”, o “lugar” e o “tempo”, além da captação das “versões” dos “agentes”. De autoria originalmente individual, esse formato converteu-se em trabalho de equipe. (Mello; Assis, 2010. p. 55).
NOTA	Relato de acontecimentos que estão em processo de configuração. Nem todos os elementos da notícia (AÇÃO-AGENTE-TEMPO-LUGAR-MODO-MOTIVO) são conhecidos. Trata-se de um “furo”; antecipação de um fato que pode gerar notícia. Nutre-se dos boletins informativos difundidos pelas fontes. É mais frequente no rádio, na televisão e na internet. (Mello; Assis, 2010. p. 55).
ENTREVISTA	Relato que privilegia a versão de um ou mais protagonistas dos acontecimentos. Não se confunde com a técnica de “apuração” dos fatos. Configura uma espécie de relato da alteridade, dando “voz” aos “agentes” da cena jornalística. O repórter assume a função de “mediador”, assumindo empaticamente o papel de “intérprete” do receptor. (Mello; Assis, 2010. p. 55).

Fonte: a autora (2021)

2.Processamento dos dados analíticos: após realização de leitura densa do corpus documental, separou-se, para cada jornal, os materiais em dois grandes grupos (categorias primárias), “negativo” e “positivo”, referindo-se a que tipo de visão esses conduziam. Também se separou quando os documentos tratavam das personalidades delimitadas, criando outro sub-grupo. Em seguida, codificou-se esses grupos de modo a organizar as separações já realizadas. Por exemplo, no agrupamento dos materiais do *Correio da Manhã* que conduziam a visões negativas do PTB como partido, codificou-se “*CM-PTB=NEG-PART*”¹⁷. Da mesma maneira, um outro grupo, que tratou positivamente das personalidades-chave, codificou-se “*CM-PTB=POS-PERS*”¹⁸. Para cada grupo, construiu-se tabelas de unitarização, listando os código de localização do armazenamento do corpus documental¹⁹, acrescidos da unidade de conteúdo (redução desses a unidades menores de sentido), através das citações principais.

A partir dessa extensa organização, que já possibilitou uma primeira visualização de que viés cada jornal possuía dos elementos pesquisados, partiu-se para a busca de subcategorias, ou seja, extraindo o conteúdo que respondesse à questão ilustrativa “*porquê, para o CM/UH, o trabalhismo/PTB era negativo/positivo?*”. Esse trabalho final de processamento facultou apreender que formas de caracterização e de compreensão os jornais dispuseram ao trabalhismo e ao PTB.

3.Interpretação dos resultados: Nesta fase, a última, trabalhamos com a interpretação das categorias e das subcategorias, relacionando-as com a bibliografia existente sobre os temas, na tentativa de melhor refinar os sentidos dos resultados, considerando os objetivos expostos.

É honestidade intelectual e empatia com outros pesquisadores declarar que essas três fases, apesar de muito bem delimitadas, não se iniciaram e se encerraram de forma linear. Muitos retornos e avanços foram necessários até se conseguir estabelecer uma inteligibilidade ao processo metodológico que pudesse ser aplicada como científica. Entretanto, tais caminhos e descaminhos fazem parte de qualquer pesquisa que não se pretende positivista, apenas retirando os dados das fontes sem atentar às necessidades e particularidades dessas. Nesse processo de investigação foi necessário, além de inquirir as fontes e os objetos, fazer escolhas dentro de um universo de possibilidades historiográficas.

¹⁷ Significado: “*Correio da Manhã* – referente ao PTB = negativo – partido”.

¹⁸ Significado: “*Correio da Manhã* – referente ao PTB = positivo – personalidades”

¹⁹ Cada captura de ocorrência foi armazenada seguindo a forma de código de localização “SIGLA JORNAL-EDIÇÃO N°-DATA-TÍTULO...-FORMATO” e guardadas em pastas por “jornal>termo>ano”.

Com relação aos aspectos teóricos-conceituais (as *lentes* do historiador), antes de começar é válido melhor explicitar que nosso aporte teórico é formado por um conjunto de conceituações, não correspondendo com exatidão à realidade observada, mas servindo de categoria analítica para o processo de inquirição dos objetos. Por esse motivo que trouxemos a ideia de *lentes*: os conceitos são os “óculos” com os quais o historiador observa a realidade, mas isso não significa que ele apreenda a realidade em si. Os acontecimentos históricos são, em parte, apreendidos através dos indícios que o historiador encontra nas fontes, mas deve-se ter o cuidado de não considerar esses indícios como a apreensão do *todo* histórico. Como bem estabelece Paul Veyne, “A *história é, em essência, conhecimento por meio de documentos. Desse modo, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento*” (VEYNE, 1998, p. 18). Outro aspecto que se deve atentar é ao fato dos conceitos citados, como se verá adiante, especialmente em Bourdieu e Chartier, terem sido pensados em circunscrito para a sociedade e para as épocas em que os autores se inserem, neste caso a França. A transposição dessas categorias para a conjuntura histórica aqui solicitada, o Brasil dos anos 50, deve obedecer não só às adaptações, mas às considerações sobre a validade das adequações. Contudo, acreditamos que, possuindo o cuidado necessário, esses conceitos podem ser de grande utilidade para as proposições que faremos nesta pesquisa.

Durkheim²⁰, um dos primeiros autores a propor a ideia de *representações coletivas*, definia essas como resultados do *todo* social. Era no coletivo, no contato entre os diferentes grupos sociais, que as representações se formavam. Nota-se que em Durkheim o espaço social era uma arena de soma, não de conflito. Quem atualizou essa conceituação para uma dinâmica que envolvesse o embate social entre os grupos foi Bourdieu, para quem o mundo social é dividido pelo volume relativo de capital adquirido pelos agentes, ou grupos, nas suas lutas anteriores. As posições que os agentes ocupam, portanto, estão num constante processo de concorrência, caracterizada por disputas pelas classificações que se faz do mundo social, uma *luta simbólica*²¹. Essas classificações, de forma simplificada, são as *representações sociais*. São elas que, carregando sentidos próprios dos grupos que as formularam, competem por se tornarem senso comum, ou seja, a definição mais legitimada sobre os objetos representados. Como se pode supor, a classificação que se tornar hegemônica convergirá para a hegemonia do grupo social que a produziu, grupo esse que também constitui sua identidade através das práticas de elaboração das representações.

²⁰ Durkheim (1970).

²¹ Bourdieu (2016).

Segundo Hall²², as representações nada mais são do que as maneiras pelas quais nos referimos ao mundo. Onde residem essas representações? Incorporadas pelos esquemas de percepção dos agentes, elas são veiculadas através do próprio universo social: pelos discursos, palavras, símbolos, artes, etc²³. Já para Chartier, representações são “[...] *as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo [...]*” (CHARTIER, 2011, p. 20), em outros termos, práticas de designações da realidade tendo em vista a necessidade de se impor em dois níveis: como grupo para o próprio grupo, mas também como agrupamento para os outros círculos, visando a alteração das estruturas de poder. A ênfase na imposição é ainda mais clara quando Chartier revela que as representações, como classificações visando o poder, surgiram no espaço público à medida que se erradicou a violência explícita na sociedade, monopolizada pelo Estado absolutista.²⁴ Assim, é na substituição das lutas físicas que surgem as *lutas de representações*, conceito do autor que se aproxima da *luta simbólica* de Bourdieu:

As lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem. Ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais, e o exercício da dominação, qualquer que seja, graças à violência simbólica. (CHARTIER, 2011, p. 22, grifo nosso).

Isto significa que, ordenando a própria estrutura social²⁵, as representações possuem o caráter de mobilizar em torno de ideias, causas, objetivos e ações, unindo coletividades, mas também dividindo-as em prol dessas definições. Entretanto, elas só ganham eficácia à medida que produzem processos de *ancoragem*²⁶ com a rede de significados e valores presentes na sociedade. Em outras palavras, as representações só se validam se elas estiverem ligadas à realidade que interpretam e classificam, fazendo sentido para aqueles que a recebem. Para construir essa ancoragem é necessário um trabalho de divulgação, de *tornar público*. Tendo em vista que ao explicitar essas representações elas ganham evidência num universo composto de muitas outras classificações, colaborantes ou em disputa, os instrumentos de representação

²² Hall (2016).

²³ Jodelet (2001).

²⁴ Artigo de Chartier (1990) e também introdução a obra “A história cultural: entre práticas e representações.”, de Chartier (1990).

²⁵ Chartier (1990).

²⁶ Jodelet (2001).

social²⁷ necessitam elaborar um *trabalho de representação*²⁸, continuamente realizado “[...] para imporem sua visão de mundo ou a visão de sua própria posição nesse mundo, a visão de sua identidade social” (BOURDIEU, 1989, p.139).

As mídias funcionam como efetivos instrumentos de representação à medida que possuem, por excelência, o poder da publicidade. Dessa forma, os meios de comunicação têm enorme poder social ao conterem a capacidade de, também formulando representações específicas do mundo social, divulgá-las, torná-las explícitas. Segundo Jodelet, esse poder se afirma pois as mídias são, antes de tudo,

[...] **o vetor de transmissão da linguagem, portadora em si mesma de representações.** Em seguida, ela incide sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, influência, consenso ou dissenso e polêmica. Finalmente, ela [as mídias] **contribui para forjar representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes para a vida prática e afetiva dos grupos.** Energética e pertinência sociais que explicam, juntamente com o poder performático das palavras e dos discursos, a força com a qual **as representações instauram versões da realidade, comuns e partilhadas.** (JODELET, 2001, p. 32, grifo nosso).

Outra autora que colabora para essa compreensão é Jovchelovitch, para quem as mídias comunicativas aceleraram o processo de disseminação e de troca das representações ao alterarem a necessidade de contato direto entre os agentes e os grupos²⁹. Com a imprensa, o rádio e, atualmente, a internet, quantidades muito maiores de indivíduos, dispersos fisicamente, possuem acesso ao mesmo tipo de conteúdo, às mesmas classificações. Segundo Jovchelovitch, ocorre a *mediação* dessas classificações constituídas, pois

Os processos que dão forma e transformam as representações sociais estão intrinsecamente ligados à ação comunicativa e às práticas sociais da esfera pública: o diálogo e a linguagem, os rituais e os processos produtivos, as artes e padrões culturais, em suma, as mediações sociais. Dessa forma, a análise das representações sociais deve concentrar-se sobre aqueles processos de comunicação e vida social, que não apenas as produzem mas que também lhes conferem uma estrutura peculiar. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 80, grifo nosso).

Assim, para uma efetiva análise do papel dos meios de comunicação na formulação da realidade, não se pode partir da premissa de passividade das mídias na mediação das representações, visto que elas *agem* no meio social:

[...] os meios de comunicação se tornaram constitutivos da vida social. Eles alteraram modos de interação, transformaram o acesso a, e o consumo de, bens simbólicos, reestruturaram a política institucional e como não poderia deixar de ser eles mudaram

²⁷ Bourdieu (1981).

²⁸ Chartier (1990).

²⁹ Jovchelovitch (2000).

radicalmente as fronteiras entre a esfera pública e a privada. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 89).

Em especial sobre a imprensa, a autora ressalta que os periódicos são uma das formas pelas quais os sujeitos entram em contato maior com a realidade, dado o processo de aproximação do mundo com o indivíduo que ela proporciona:

[...] Ao se engajar na tarefa simbólica e compartilhada de representar uma dada realidade, os sujeitos sociais elaboram sua relação com o mundo social e o investem com afetos e valores. As representações sociais na imprensa são parte ativa deste processo. Nos trabalhos da imprensa também se localizam as condições através das quais uma sociedade se confronta com a sua realidade. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 100).

Sintetizando, a imprensa, que no Brasil ganha maior notoriedade e amplitude como empresa nos anos 1950, período no qual se insere essa pesquisa, tem a capacidade de produzir sentido de acordo com os valores e os objetivos de grupos postos em jogo. Essas ações são guiadas pelo posicionamento do jornal e pelos seus respectivos interesses, sendo a emissão de ideias de um periódico, no seu espaço opinativo, por exemplo, fruto de ações dentro do campo da chamada *luta simbólica* com a disposição de conformar ou de manter certa posição dentro do *campo de produção simbólica*, ou seja, o campo no qual essas classificações são produzidas e disseminadas, objetivando a mobilização da coletividade. É aqui que a problemática da pesquisa se encontra: os jornais seriam atores em um processo de mediação de diferentes classificações quanto ao trabalhismo e ao PTB, percepções essas que deveriam ser opostas, visto as posições dos jornais no campo de produção simbólica.

A partir dos pressupostos expostos acima, nossa intenção é de observar o comportamento adotado pelos jornais como atuantes em um processo de luta simbólica pela definição de trabalhismo e de PTB, visto que essa luta de definição não é ingênua, mas reflete o próprio desejo dos respectivos jornais de se posicionarem de forma privilegiada no mundo social. Ainda dentro desses parâmetros de análise, insere-se a questão de questionamento da submissão da imprensa, constatando se as representações sustentadas pelos jornais convergem ou divergem dos valores dos grupos aos quais se considera que os mesmos estão ligados. Dado o posicionamento oposto dos jornais dentro do campo de produção simbólica, que significações cada um deles conferiu ao trabalhismo e ao PTB? Seriam essas significações tão distintas, considerando a diferença entre os dois jornais e, somado a isso, a sua suposta submissão a diferentes grupos políticos e financeiros? É dessa suposição inicial que a pesquisa partiu.

Ainda gostaríamos de inserir aqui um último conceito analítico. Chartier, ao propor uma história cultural do livro e da leitura, estabelece a ideia de *apropriação*³⁰, referindo-se ao trabalho constante de reformulação que é feito por quem apreende o mundo social. Tratando como exemplo as peças de Shakespeare, adaptadas para a América do séc. XIX, o autor demonstra como o sentido da interpretação – e com isso, da classificação – muda juntamente com quem, e quando, são feitas essas releituras. Em outras palavras, um texto nunca é só o texto em si, mas também é aqueles que o leram e o interpretaram. Essa colaboração, apesar de parecer simples e objetiva, esclarece um ponto importante dessa investigação: as definições feitas pelos jornais analisados sobre o trabalhismo, ou sobre o PTB, não são a doutrina e o partido concretamente, mas a leitura que os jornais fizeram desses elementos, o que reflete tanto o representado, quanto o representante³¹. Nosso propósito não é compreender o que foi o trabalhismo e o PTB. Para isso já existem inúmeras excelentes bibliografias. A intenção é captar, mesmo que parcialmente, quais foram os prismas adotados pelos jornais.

Considerações feitas, iremos agora prestar algumas contextualizações inerentes aos objetos.

³⁰ Chartier (1990).

³¹ Jodelet (2001).

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Nosso foco é abordar o trabalhismo e o PTB na imprensa dos anos 50, como já foi ressaltado. Porém, para fazer essa abordagem se torna necessário melhor contextualizar certos antecedentes históricos localizados no período do Estado Novo. Se mesmo antes já se constituíam elementos que estavam presentes entre 1951 e 1954, foi durante esse governo, autoritário por natureza, que se acelerou a construção das bases econômicas, políticas e sociais que delinearão a vinda década de 50. Entre elas, uma proposta específica para a questão social, além de projetos para o campo econômico, visando a solução de problemas típicos de um país heterogêneo que planejava seu desenvolvimento.

Foi no Estado Novo que se pôs em prática óticas de administração que persistiram no segundo governo. Além disso, a expansão econômica que fora planejada durante a Era Vargas se desenvolveu, modificando na década de 50 o panorama das cidades e, conseqüentemente, o cotidiano dos indivíduos: populações cada vez mais necessitadas de moradia, transporte, alimentação, e tantos outros direitos básicos, não aceitavam mais ficar em plano secundário na gestão do país. Quando Getúlio Vargas voltou ao poder, em 1951, o que encontrou foi um Brasil distinto do que abdicou em 1945. Essas mudanças foram registradas pelos meios políticos e intelectuais, entre eles a imprensa. Também esta sofreu com as alterações no horizonte brasileiro, apressando suas transformações para atender às novas necessidades de consumo de informação. Nos mais diversos âmbitos, percebia-se que um Brasil diferente se formava, porém ainda assemelhando-se ao existente em muitos aspectos. Pretendendo ilustrar essas questões, de permanências e continuidades inúmeras, que se fará agora a contextualização das particularidades históricas desse trabalho

2.1 “EMBARQUE”: ESTADO NOVO COMO GESTAÇÃO NÃO PLANEJADA DE UMA NOVA DEMOCRACIA

Para compreender o contexto dos anos 50 é indispensável recuarmos no tempo, até, pelo menos, o período do Estado Novo³². Criado em 1937 como a fixação do estado de exceção que vigorava no Brasil desde a Intentona Comunista³³, esse regime introduziu uma nova forma

³² O embasamento em relação ao Estado Novo foi feito primordialmente através de Capelato (2003) e Gomes (1994).

³³ Segundo Capelato (2003), a Intentona Comunista serviu para conseguir o respaldo de setores liberais ao estado de sítio imposto ao país, devido ao iminente perigo comunista. Não queremos discutir a realidade desse perigo,

política no país, autoritária e antidemocrática. Apesar de assinalar um *novo* começo, esse período se constituiu de variados aspectos de continuidade com o regime anterior, fundado com a Revolução de 30. Além da condução pelo mesmo protagonista político, Getúlio Vargas, outro desses aspectos era a tentativa de solucionar os problemas de desenvolvimento da nação, que ficaram ainda mais explícitos após a Crise de 1929. Como pátria majoritariamente agro-exportadora e com uma indústria nascente, comparada a outros países desenvolvidos, ocorreram severos danos econômicos quando a exportação de café recuou, devido à crise mundial. Outro fator importante, em especial quando se trata dessa dissertação, é a *questão social*. Desde os anos 20 cresciam os apelos populares e operários em relação à melhora das condições de vida e de trabalho³⁴. Grandes greves, como a de 1917, paralisam atividades inteiras. Em sua maioria organizadas por anarquistas e socialistas, essas mobilizações atemorizavam os setores médios e as elites, que acreditavam num possível colapso das estruturas de poder advindo da desordem social. A partir de 1930, com Vargas, essa situação social deixou de ser, em parte, *caso de polícia*, com atendimento de certas solicitações, o que agradou muitos setores operários, apesar de não cessarem por completo as reivindicações³⁵. Essa situação geral estimulou reflexões diversas, nos campos culturais, mas também nos políticos, sobre quais modos de administração econômica e social possibilitariam ao país resolver seus dilemas, em especial a dependência da agro-exportação e o temor social. O Estado Novo foi, mais que o rascunho, a prática de uma proposta específica, pautada na crítica ao liberalismo e inspirada nos regimes autoritários europeus, especificamente o italiano de Mussolini. Assim, intelectuais como Azevedo Amaral e Francisco Campos apoiaram o regime do Estado Novo como uma chance de superação das mazelas advindas da adoção de preceitos liberais, como o menor controle do Estado na economia e a divisão política do país pelos partidos, ainda mais acentuada pelo caráter regionalizado da política brasileira. O novo regime varguista se propunha a acirrar a centralização em torno da instituição nacional – já estabelecida em parte com a abolição dos estados federativos – e governar essa centralização sob o princípio da *ordem* voltada para o progresso da nação. Tal progresso era definido por um desenvolvimento econômico orientado pelo Estado rumo à industrialização e ao crescimento de setores estratégicos, como o do aço e do petróleo – ainda que apenas nos anos 50 a questão do petróleo voltasse à discussão por parte do Estado.

visto que a autora já deixa sinalizado, e Gomes (1994) amplia o que ela chama de “*redimensionamento da ameaça comunista*” (GOMES, 1994, p. 161).

³⁴ Retrospecto analítico sobre as organizações de reivindicações trabalhistas pode ser consultado em Gomes (1994).

³⁵ Gomes (1994), Napolitano (2021).

Através de uma suposta *democracia social*, Vargas extinguiu os partidos e estabeleceu um modo corporativo de representação dos trabalhadores, organizados agora em sindicatos controlados pelo Estado. É o início do que Angela de Castro Gomes expressa como a *Invenção do Trabalhismo*, ou seja, foi construída uma lógica simbólica em torno da *dádiva*³⁶, mais popularizada como a *benesse* das leis sociais, *dadas* pelo Estado. Através da *ideologia da outorga*, criou-se, pelo Estado (e atenção a esse aspecto de criação), a imagem de que por pura clarividência e antecipação de Vargas se doou a legislação social, sem, teoricamente, haver necessidade de lutas para essa conquista – diferente de outros países, como na Inglaterra, onde, segundo o governo, houve intensa e fratricida luta dos trabalhadores para a obtenção dessas leis. Esse *presente* de Vargas, no entanto, gerava a necessidade de uma retribuição por parte dos operários, que era estipulada em termos de obediência e de colaboração. Em outras palavras, *ordem*. Aqueles que negassem esse *presente*, renunciavam também à possibilidade de uma cidadania válida perante o Estado, visto que, para o regime, apenas era cidadão aquele que tinha trabalho, vinculando-se ao sindicato de sua profissão e, através desse sindicato – única via possível - participava dos desígnios da nação, pois:

O regime democrático não era o regime da pseudo-representação eleitoral de indivíduos iguais, que na verdade não existem, mas aquele da **organização corporativa dos indivíduos em sindicatos diferenciados e dotados de poder político. A nova democracia era a democracia das corporações, que se constituíam como centros de organização e orientação de indivíduos para o bem público** e representavam fontes originárias da vontade popular. (GOMES, 1994, p. 187, grifo nosso).

É por ser um “[...] *um projeto de Estado autoritário, que reconhecia o capital, a propriedade privada e a importância da livre iniciativa empresarial*” (GOMES, 1994, p. 189) que a autora conclui ser essa *invenção* um projeto de Vargas em conjunto com as elites brasileiras, assegurando conciliação em torno dos chamados interesses nacionais, isto é, o desenvolvimento do país em vias pacíficas e sem confrontos intra-classes.

A deflagração da Segunda Guerra Mundial, em 1939, favoreceu a polarização do mundo em torno de “Eixo” e “Aliados”, dois grandes blocos em disputa. Nesse contexto, o Brasil buscava recursos para a instalação de indústrias de base, em especial siderúrgicas. Tronca (2007) expõe o papel de protagonismo do governo Vargas na obtenção de empréstimos para

³⁶ A autora utiliza a lógica simbólica da *dádiva* de Marcel Mauss para construir uma análise que compreenda o processo de “doação” da legislação social pelo governo. Assim, “A dádiva é um procedimento que tem uma face desinteressada. Contudo, quem doa o faz porque entende que precisa fazê-lo por alguma ordem de razões. A dádiva tem assim ao mesmo tempo uma feição obrigatória. [...] A outorga impede o uso da força, necessária quando a conquista precisa ser empreendida.[...] As duas dimensões da dádiva – voluntária e obrigatória – estão fortemente presentes no discurso estado-novista. [...] ele igualmente implica uma outra obrigação: a de receber.” (GOMES, 1994, p. 211).

esses fins, contrariando as teses tradicionais de que foram os militares os grandes atores do desenvolvimento da siderurgia nacional. Na realidade, as Forças Armadas estavam focadas na obtenção de armamentos e outros materiais bélicos, realizando contratos com qualquer país que pudesse concluir tais negociações, mesmo a Alemanha nazista, sendo parte do governo inclusive a favor do Eixo. Acirrando-se a conjuntura de guerra, os EUA constatavam que a Alemanha poderia estabelecer hegemonia na América Latina caso se tornasse a provedora desses recursos. Receando uma ofensiva alemã por território brasileiro, Roosevelt decidiu liberar as cooperações financeiras que o Brasil requeria, em troca de apoio militar. Com esses capitais, fundou-se a Companhia Siderúrgica Nacional, no município de Volta Redonda:

Vargas rompe relações com a Alemanha, o Japão e a Itália e, logo em seguida, assina os acordos de Washington, em março de 1942. O Brasil irá obter um crédito de 200 milhões de dólares em troca da cooperação militar (utilização, pelos americanos, de bases do Nordeste) e da garantia de fornecimento de matérias-primas estratégicas exclusivamente para os Estados Unidos. [...] Embora não apareçam nos acordos, os créditos necessários à siderúrgica estavam agora largamente assegurados, alcançando 45 milhões de dólares, com os quais se iniciará a construção de Volta Redonda ainda em 1942. (TRONCA, 2007, p. 429).

Este é o motivo que, somado as pressões sociais diversas³⁷, explica a entrada do país na Guerra em 1942, com posterior envio da FEB – Força Expedicionária Brasileira – para lutar na Itália.

O resultado da Segunda Guerra, com a vitória das forças aliadas e a derrota do Eixo, composto de governos fascistas e autoritários, pôs o Estado Novo em contradição: como lutar no exterior por uma democracia inexistente dentro do território nacional? Essa contradição, expressão da *ambiguidade*³⁸ que perpassou o Estado Novo a partir de 1942, transformava em incontornável a necessidade de uma abertura política democrática, e ainda tornava “[...] fundamental a capacidade destas elites de gerar ideias novas sobre sua continuidade política em uma ordem democrática. E, sobretudo, tornava-se crucial o cuidado na execução de políticas capazes de proceder à transição” (GOMES, 1994, p. 170). O governo previa, no entanto, que a promoção dessa abertura deveria ser gradual, sem riscos aos arranjos de poder em torno de Vargas. Para que esse processo se tornasse realmente estável e sem rupturas, o presidente recorreu ao fortalecimento da legitimidade do trabalhismo, tanto aproximando-se ainda mais do trabalhadores, através suas políticas sociais, como promovendo ampla rede de divulgação dessas conquistas. Por meio das ações estratégicas do Ministério do Trabalho,

³⁷ Capelato demonstra como inclusive a UNE – União Nacional dos Estudantes – tomou parte das discussões e se manifestou favoravelmente ao apoio brasileiro aos Aliados.

³⁸ Gomes, 1994.

Indústria e Comércio, comandado por Marcondes Filho³⁹, a importância e a atenção dada aos trabalhadores sofreram uma redimensionalização. Se, em boa parte, a representação dos trabalhadores era controlada pelo Estado, em outra parte, estes passavam a ter com o governo ligação direta através do atendimento de suas reivindicações. Nem todas as leis tiveram garantia na prática, visto que aos chamados *soldados da produção* – trabalhadores de fábricas no geral – era solicitado um *esforço de guerra*, que correspondia à legitimação do desrespeito dos patrões a aspectos da CLT, sob a justificativa da necessidade de produção perante a Segunda Guerra.

É essa proximidade do governo com os estratos populares que levou ao período democrático advindo dessa transição ser denominado por ampla historiografia de “República Populista⁴⁰”, na qual as ações do Estado visariam tão somente cooptar as classes para concretizar seus interesses pessoais, manipulando-as. Gomes (2013), ao fazer um esboço dessa conceituação mais genérica de populismo, para após a questionar, descreve-a da seguinte forma:

As massas, interpeladas pelo populismo são originárias do proletariado, mas dele se distinguem por sua inconsciência das relações de espoliação sob as quais vivem. Só a superação dessa condição de massificação permitiria a libertação do populismo ou, o que seria quase o mesmo, a aquisição da verdadeira consciência de classe. (GOMES, 2013, p. 25).

Através dessa perspectiva reducionista, considera-se que as classes operárias aderiram ao trabalhismo por incapacidade de fazer boas escolhas políticas, permitindo-se, portanto, serem controladas e manipuladas pelo governo em troca das ditas benesses sociais. Esse é um pensamento que permeou – e permeia ainda hoje – diversos setores sociais quando se abordam as escolhas políticas das classes menos favorecidas, geralmente classificadas como inaptas. Porém, tratando do trabalhismo, a mesma autora expõe que “[...] não se buscava apenas o mero controle, mas a adesão e a mobilização, o que só é possível através de procedimentos mais participativos e capazes de gerar certa dose de representatividade real” (GOMES, 1994, p. 171).

Foi nesse contexto dicotômico, ao mesmo tempo se estimulando e se controlando mobilizações de caráter popular, que transcorreu o período de 1942 à 1945, chegando à

³⁹ Gomes identifica a ação de Marcondes Filho visando três frentes de atuação: 1) publicidade da legislação social; 2) conjunto de medidas visando o fortalecimento da sindicalização e 3) articulação dessas duas medidas anteriores visando um processo de continuidade do poder governamental (GOMES, 1994, p. 170).

⁴⁰ Não se pretende aqui fazer uma ampla retrospectiva sobre o conceito de populismo, devido ao receio de tornar a dissertação longa e sem direcionamento concreto. Acreditamos que bastará, para o momento presente, o que será exposto nestas páginas, baseadas no questionamento que Angela de Castro Gomes faz do conceito mais comum de populismo. Entretanto, temos em vista essa opção não exclui a necessidade de aprofundamento descritivo e analítico para pesquisas futuras.

frustração de um plano continuísta⁴¹ de Vargas, muito embora houvesse intenso movimento daqueles que ainda *queriam*⁴² Getúlio no poder. Como manter os laços políticos construídos ao longo da Era Vargas com o raiar da democracia vindoura? Foi em resposta a essa questão que se estabeleceu, através do Decreto-Lei nº 7.586 (28/05/1945), a Lei Agamenon. Nomeada em função de seu legislador, o ministro da Justiça Agamenon Magalhães, essa instituiu a criação dos partidos e o alistamento *ex-officio*⁴³. Com a deposição de Vargas, em outubro de 1945, vários aspectos da lei foram desconsiderados, mas permaneceu, entre eles, a exigência de que os pretensos partidos a surgir reunissem bases nacionais, dificultando de maneira considerável o poder oligárquico de se reconstituir, dado que a maioria dos partidos antes de 1937 eram regionalizados e voltados às questões de ordem local, como problemas específicos de seus estados⁴⁴.

Dada a largada da corrida partidária, logo as primeiras agremiações surgiram. Entretanto, o personalismo varguista ainda se fazia presente, pois as três maiores legendas foram criadas *através* de Vargas ou *contra* Vargas⁴⁵. A UDN, reunindo bases diversas sob a pauta do antigetulismo, foi registrada em 07/04/1945. O PTB e o PSD, por sua vez, pilares distintos de um mesmo objetivo governamental – arregimentação das bases de apoio a Vargas, - surgem, respectivamente, em 15/05/1945 e 17/07/1945. A criação de dois partidos, diferenciados, de dentro de um mesmo poder refletiu a diversidade de arranjos das forças políticas presente no governo getulista. Como D’Araújo e Gomes (1987) afirmam, o PTB e o PSD surgiram da incapacidade de se conformar, num mesmo partido, bases tão distintas, entre elas as elites políticas, advindas da burocracia do Estado Novo (base do PSD) e as novas lideranças sindicais, fruto das mobilizações trabalhistas (base do PTB), construindo o que Delgado denominou uma “*unidade diversificada na preservação de laços de poder no novo regime político que se constituía*” (DELGADO, 2011, p. 34, grifo nosso).

⁴¹ Ver mais em Limongi (2015).

⁴² Segundo Gomes, o *queremismo* foi um movimento que, mesmo estimulado pelos órgãos trabalhistas, refletia o desejo dos trabalhadores pela manutenção dos direitos adquiridos durante o governo Vargas. Porém, enquanto o trabalhismo, encarnado no PTB, delimitava-se pelas regras da disputa política, o *queremismo* era “[...] movimento social que tanto podia correr à margem das regras do jogo, como podia efetuar todos os tipos de alianças, sem qualquer comprometimento maior.” (GOMES, 1994, p. 268).

⁴³ Gomes (1994).

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ Hippolito (2004).

2.1.1 Trabalhismo – de anglo-saxão à indígena: entre doutrinas e projetos

O trabalhismo, como doutrina aliada à prática, surgiu na Inglaterra no início do século XX, com a criação, em 1900, do “Comitê Trabalhista”, passando a se chamar, em 1906, de *Labour Party*⁴⁶. Vinculado aos pressupostos de maior igualdade social, implicava questões tanto sociais como econômicas, através do caráter pautado no socialismo pacífico⁴⁷, não se opondo ao governo estabelecido, mas propondo participar ativamente dele para a concatenação de seus objetivos socio-econômicos. Clement Attle, de inspiração *fabiana*⁴⁸, foi um dos seus maiores nomes, ingressando no *Labour Party* em 1907. A primeira atuação da agremiação como governo se deu em 1924, mas não seguiu adiante, pois se encontrava precária⁴⁹. Após o combate governamental ao Eixo junto a Churchill, na Segunda Guerra Mundial, o Partido Trabalhista Inglês saiu vitorioso nas eleições de 1945, completando, então, um amplo programa de reformas, com estatizações de indústrias estratégicas, ferrovias, serviços telefônicos e o Banco da Inglaterra. Mantiveram-se no poder até 1951, momento em que sofreram revés dos conservadores (ALCÂNTARA, 1998). Assim, pode-se concluir que, pelo menos na Inglaterra, o trabalhismo foi um conjunto de princípios e de ideias que guiaram uma agremiação partidária. E no Brasil?

Como vimos, o surgimento do PTB se deu apenas alguns anos depois das primeiras idealizações sobre o trabalhismo. A doutrina, em si, a qual se considera um dos seus maiores teóricos brasileiros a figura de Alberto Pasqualini⁵⁰, foi trazida pelo Estado Novo em muitos de seus princípios, mas estes foram revestidos de projeto de Estado. Na ideia de *invenção do trabalhismo*, de Gomes (1994) pode-se compreender como esse projeto foi construído ao longo da primeira metade dos anos 40, através de discursos (do presidente e do ministro do Trabalho, Marcondes Filho), de datas comemorativas (1º de maio, aniversário do presidente e aniversário

⁴⁶ O senador Lúcio Alcântara faz uma retrospectiva do Labour Party no prefácio de “Bases e fundamentos do Trabalhismo”, de Clement Attle (1998).

⁴⁷ Segundo Bodea (1992), o socialismo pacífico do trabalhismo inglês se diferenciava do socialismo revolucionário à medida que esse último propunha à quebra das estruturas sociais e de poder existentes, para então construir uma nova estrutura, igualitária e distributiva. O socialismo pacífico, no entanto, não acreditava na necessidade de desmantelamento das estruturas vigentes, mas sim acreditavam no objetivo de reestruturação *por dentro* do poder.

⁴⁸ O Fabianismo foi um movimento criado em 1883 por intelectuais como Bernard Shaw e Sidney Webb e que se posicionava a favor do socialismo como programa de intervenção estatal para garantir o bem-estar social (ALCÂNTARA, 1998).

⁴⁹ Alcântara (1998).

⁵⁰ Preferiu-se maiores análises sobre Alberto Pasqualini no capítulo reservado à análise das personalidades-chave do PTB.

do Estado Novo) e de práticas (a consolidação das leis sociais). Marcondes Filho ia semanalmente aos programas de rádio⁵¹ não apenas discursar, mas com o objetivo pedagógico de ensinar aos trabalhadores sobre o significado da legislação social, seu conteúdo e sua aplicação. Apesar do estilo propagandístico, a atuação de Marcondes possibilitou a comunicação maior dos trabalhadores com o poder público. Segundo Gomes:

O ministério, ao longo desses anos⁵², não cessara de receber consultas, comentários, referências e sugestões de um público que incluía trabalhadores e muitos outros setores. Desta forma, o programa radiofônico – ao lado de muitas outras iniciativas – contribuíra decisivamente para tornar a legislação social um patrimônio do trabalhador e da comunidade nacional. (GOMES, 1994, p. 197).

Entretanto, revestindo-se o trabalhismo brasileiro de projeto de Estado e sendo esse mesmo Estado autoritário, elementos como igualdade e participação individual dos cidadãos estavam excluídos da nossa doutrina trabalhista, chamada pela imprensa muitas vezes de *indígena*, trabalhismo *caboclo* ou *botocudo*⁵³, termos todos relacionados aos nossos povos originários e fazendo referência à peculiaridade do trabalhismo no Brasil. Como dito anteriormente, a própria noção de cidadania foi modificada para conceber apenas aqueles que tinham profissão, identificados pela Carteira de Trabalho. Esse processo de incutir a noção de cidadania ligada ao trabalho pode ser vista nos mais diversos aspectos, até mesmo na música, na qual o Estado Novo intervia para combater, por exemplo, sambas que faziam ode à malandragem, estimulando, em seu lugar, sambas de exaltação do trabalhador e de seu ofício⁵⁴. Nesse sentido, forjava-se a criação de um *homem novo* através de variadas políticas públicas, com destaque à organização sindical, visto que “*a formação de um novo espírito unindo povo e Estado precisava da inestimável colaboração dos sindicatos, órgãos representativos do cidadão-trabalhador*” (GOMES, 1994, p. 221). Essa organização não era livre, mas conformava todas as concepções autoritárias desse trabalhismo dentro de um mecanismo organicista, através da cooperação profissional de inspiração medieval: o cidadão-trabalhador

⁵¹ Além das falas no programa estatal Hora do Brasil, Marcondes ainda ia na Rádio Mauá e seus discursos eram transcritos no jornal oficial do governo A Manhã, garantindo ampla divulgação dos assuntos tratados nos programas (GOMES, 1994).

⁵² De 1942 à 1945 (Gomes, 1994).

⁵³ Termos do *Correio da Manhã*, encontrados no período aqui analisado. *Indígena* aparece também no *Ultima Hora*.

⁵⁴ O samba brasileiro, especificamente o carioca, era conhecido por suas letras que representavam a figura do malandro, avesso ao trabalho, esperto, etc. A partir do Estado Novo, entretanto, ocorre grande “[...] incentivo às músicas cujas letras fossem adequadas aos valores apregoados pelo regime, como era o caso da exaltação do trabalho e da nacionalidade” (CAPELATO, 2003, p. 128). Assim, letras que apregoavam valores como “*eu tenho orgulho em ser tão vadio [...] eu vejo quem trabalha andar no miserê [...]*” (Lenço no Pescoço -Wilson Batista - 1933) foram perdendo espaço para outras como “*quem trabalha é quem tem razão [...] o Bonde de São Januário leva mais um operário, sou eu que vou trabalhar*” (Bonde de São Januário – Wilson Batista – 1941).

não participava do todo orgânico do Estado através de emissões de opiniões individuais, mas aglutinado ao sindicato de sua profissão, seguindo o modelo corporativista. Assim, era através do trabalho ligado ao sindicato que o trabalhador existia como cidadão e como pessoa, bem como poderia participar da sociedade e receber os direitos que lhes eram *doados*. O destaque aos sindicatos como célula representativa e de intermediação crescia à medida em que o projeto era “[...] desenvolver o espírito associativo de forma em que cada sindicato estivessem inscritos todos aqueles que exercessem a profissão por ele representada. Só assim o sindicato se tornaria realmente representativo de sua categoria” (GOMES, 1994, p. 232). Mais do que englobar o trabalhador em uma diferenciada modalidade de representação, a *democracia social*, é importante o fato de que Gomes percebe o sindicato corporativista como meio de bloquear os laços possíveis entre trabalhadores e outras linhas de associativismo, especialmente aquelas às quais os trabalhadores recorriam na Primeira República - socialismo e anarquismo. Se não era mais possível conter as exigências dos trabalhadores apenas por meios repressivos, então a saída era atendê-los dentro de um modelo que permitisse o controle e a ordem. Esse modelo só seria eficiente se tivesse algum tipo de ligação, emocional ou de valores, com os “controlados”, isto é, o trabalhismo brasileiro, como projeto de Estado, só funcionou porque “[...] estavam presentes ideias, crenças, valores e códigos de comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930. O trabalhismo, portanto, traduziu uma consciência de classe, legítima como qualquer outra, porque histórica” (FERREIRA, 2005, p. 88). Essa presença só foi possível porque o Estado Novo, apesar de se colocar como o criador unilateral de uma forma política de justiça social aos trabalhadores — que *ganhavam* as leis, supostamente, sem ter necessitado lutar por elas —, formulou o seu projeto tendo por base justamente reivindicações as quais os trabalhadores muito ansiavam serem atendidas:

Ele **releu o passado das lutas dos trabalhadores sem ao menos mencioná-lo**, estruturando-se a partir de uma ética do trabalho e da valorização da figura do trabalhador nacional. Era a esta figura — novo modelo de cidadão — que o discurso se destinava e era a ela que os benefícios sociais eram oferecidos como uma dádiva. (GOMES, 1994, p. 216, grifo nosso).

Adalberto Paranhos (2007), seguindo a lógica de Gomes, denomina esse processo de releitura por parte do Estado como “*roubo da fala*”, ou seja, as reivindicações do operariado foram *abafadas* durante a construção da ideologia do trabalho, no decorrer da Era Vargas, ainda nos anos 30, para após suas solicitações serem devolvidas na forma de doação. Trabalhando a formação do mito através de Georges Sorel e Roland Barthes, conclui que “[...] o mito é uma *fala roubada e restituída*. Simplesmente, a fala que se restitui não é exatamente a mesma que

foi roubada: trazida de volta, não foi colocada no seu lugar exato” (PARANHOS, 2007, p. 29), ou seja, o mito, no caso do trabalhismo a doação da legislação social, seria uma fala despolitizada que tenta desarmar os trabalhadores em suas lutas de classe. O autor esclarece muito bem essa lógica da dávida ao comentar que:

O mito da doação se propagou com a maior intensidade, principalmente a partir do “Estado Novo”, e pela sua difusão se tentou fazer crer que a legislação social não passaria de uma dávida caída dos céus pelos getulistas sobre a cabeça dos trabalhadores brasileiros. Mas, convém frizar, a ideologia do trabalhismo não operou no vazio. Sua força, historicamente, adveio da “concessão” de direitos, ou melhor, do atendimento de interesses mais ou menos imediatos ou a certas aspirações da classe trabalhadora, mesmo que esse atendimento fosse parcial e integrado a uma estratégia geral que fugia aos propósitos de amplos setores do movimento operário. (PARANHOS, 2007, p. 23 e 24).

Percebemos então que, assim como Gomes e Ferreira, Paranhos também concebe o trabalhismo não como uma manipulação pura dos trabalhadores, mas um cálculo que, refletido pelo operariado, oferece-lhes mais ganhos que perdas. É sob essa perspectiva, embasada historiograficamente, que iremos conceber as análises desta pesquisa, levando em consideração o fato de que a representação dos jornais não necessariamente deva corresponder a essa realidade analítica, mas sim revelar como os periódicos entendiam a doutrina/projeto.

2.1.2 PTB: ser ou não ser reformista. Eis a questão.

Deixando claro o objetivo de se diferenciar como legenda voltada aos trabalhadores, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi fundado em maio de 1945 sob “chancela governamental”⁵⁵. O caráter de chancela é deveras importante para que se perceba a oficialidade que marcou a origem da agremiação. Como dito anteriormente, anunciando-se a necessidade de uma abertura política controlada, isso só se tornou possível através da criação de legendas partidárias que arregentassem as bases sociais e de poder que foram construídas ao longo do Estado Novo. Após a renúncia de Vargas, em outubro de 1945, o PTB se caracterizou pela presença do getulismo, em sua face social, na nova ordem democrática. Sua intenção, além de arregimentar as bases populares de apoio a Getúlio Vargas, era de bloquear o quanto fosse possível o temido ganho de espaço do Partido Comunista entre o operariado⁵⁶. Assim,

⁵⁵ D’Araújo; Gomes, 1987.

⁵⁶ As relações entre o PTB e o PC podem ser melhor analisadas em autoras como Gomes (1994), D’Araújo e Gomes (1987), D’Araújo (1996), Delgado (2011) e Neves (2013). Aqui, resta entender o partido como uma proposta não comunista de arregimentação e mobilização do operariado, bem como explicitar que, com a

explicitamente durante todo o período de legalidade do PC e implicitamente quando essa legalidade lhe foi tirada, ambos ao partidos disputaram a confiança dos operários. Entretanto, a criação das agremiações sob apoio de Getúlio não conferiu ao presidente uma nova personalidade política. D’Araújo (1992) é clara em demonstrar que, mesmo em seu segundo governo, Vargas optou por se autorreferenciar como figura apartidária e acima de qualquer legenda. Nesse sentido, a função primordial do PTB, durante toda a existência do ex-ditador, era de servir de intermediário entre o poder (Vargas e a máquina burocrática do Ministério do Trabalho) e os sindicatos (englobando os trabalhadores), mobilizando-os *controladamente*⁵⁷. Contudo, apesar dessa aura de oficialidade e de encaixe dentro da estrutura de governo, o PTB teve muitos problemas ao longo de sua história. O maior deles talvez estivesse nas suas disputas internas, que lhe permitiram ser apelidado pela imprensa e por políticos da época como “*saco de gatos*”⁵⁸. Segundo Maria D’Araújo, “*Embora Vargas fosse um elemento catalizador, o personalismo dos líderes secundários e as frequentes disputas internas extrapolavam muitas vezes os limites da oposição política entre facções e impediam uma identidade partidária mais precisa.* (D’ARAÚJO, 1996, p. 23). Essas disputas, embora motivadas também pela tentativa de se aproximar do prestígio pessoal de Vargas, processo que a autora analisa como sendo parte da “*rotinização do carisma*”⁵⁹, também se deu nas tentativas de decisão quanto à linha de ação que o partido deveria seguir. Em outras palavras, havia dentro da agremiação diferentes propostas sobre qual deveria ser a orientação do PTB frente às questões trabalhistas e parlamentares. Essas diferentes propostas eram verdadeiros grupos:

A organização do PTB orientou-se por estratégias que representavam propostas e visões diferenciadas do que seriam os objetivos do partido. Na verdade, as contradições e os conflitos internos entre grupos “ideológicos mais reformistas e políticos fisiológicos que organizaram o PTB se manifestaram desde as origens do partido”. De imediato, dois grupos se destacaram: um pragmático e fisiológico, identificado com Vargas, preso à estrutura do Ministério do Trabalho. Outro doutrinário, ligado às propostas trabalhistas de Alberto Pasqualini. Essas diferenças iniciais de posição conferiram a Pasqualini uma marca menos fisiológica e pragmática, pois suas propostas estavam envolvidas por um teor mais “esquerdista” do que as de Vargas. (DELGADO, 2011, p. 55).

ilegalidade do PC, inegavelmente, o PTB se torna privilegiado em acesso aos trabalhadores, privilégio visualizado nas eleições de 1950, por exemplo.

⁵⁷ Delgado (2011).

⁵⁸ Essa terminação será demonstrada nas análises de dados aqui presentes.

⁵⁹ D’Araújo, 1996.

Essa divisão estrutural interna, em confronto, é atestada por vários outros pesquisadores⁶⁰, sendo consenso identificá-la como uma fragilidade da agremiação. Essa fragilidade, aliada à função instrumental da agremiação nos objetivos de Vargas, legaram ao aos petebistas críticas diversas, muitas delas ligadas à visão comum de que o petebismo tinha objetivos apenas populistas, à maneira da concepção de populismo explicitada anteriormente. Por outro lado, apesar desse “populismo”, o PTB foi um partido em ascensão ao longo dos anos 50 e 60. Finalizou 1945 com 22 cadeiras na Câmara Federal. Em 1950 esse número mais que dobrou, indo para 51 cadeiras e, em 1962, chegou à marca de 116 cadeiras, em porcentagens, respectivamente, 7,7%, 16,8% e 28,4%⁶¹. A que se deve esse crescimento acentuado? Seria apenas em função da sua suposta capacidade de manipulação? Segundo D’Araújo. “[...] o PTB foi de fato uma invenção da burocracia ministerial e sindical vinculada ao Estado Novo, mas só se viabilizou porque houve uma massa disponível para aderir à proposta” (D’ARAÚJO, 1996, p. 26). Já Delgado afirma que o PTB se consolidou como “[...] um meio eficaz de introdução dos trabalhadores na sociedade política. Uma introdução real, apesar de ter sido realizada sob a via do controle e sob os auspícios do Estado. (DELGADO, 2011, p. 78). Pode-se especular, então, que o prestígio do Partido, mesmo desorganizado internamente e em lutas pelo seu controle, daria-se por uma relação de novo tipo: a proximidade, maior ou menor, mas existente, entre o partido e as classes populares, ou seja, a caracterização dessa agremiação como um *partido de massas*.

Sobre essa definição conceitual, Bobbio (1998), assim como Manin (1995), são unânimes em apontar o surgimento dos *partidos de massa*, ou “*de aparelho*”, como resultante da modificação de forças sociais numa dada sociedade. Manin demonstra, tendo como base países europeus, em especial a Inglaterra, como se processaram as transformações do sistema representativo. Essas se deram do século XIX para o XX, acarretadas pelo desenvolvimento da urbanização e da industrialização, extensão do sufrágio, bem como pelo crescimento demográfico e de alfabetizados, que estimularam a necessidade de uma nova forma de representação⁶², através de estruturas que lhes incorporassem ao sistema político. Bobbio, por

⁶⁰ Gomes (1994), D’Araújo e Gomes (1987), Bodea (1992), D’Araújo (1996), Delgado (2011), entre outros. A divisão em correntes internas do PTB é unânime na historiografia, principalmente entre a diferenciação entre *pragmáticos* e *doutrinários*. Alguns autores, como D’Araújo (1996) e Bodea (1992) apenas destacam a existência inicial de uma terceira corrente, a *sindicalista*, mas que, segundo ambos os autores, foi enfraquecida ao longo dos anos 50, pois novas elites e figuras não ligadas ao sindicalismo tiveram maior articulação dentro do partido, ficando os sindicalistas em segundo plano. Figuras exemplares dessa corrente inicial são alguns dos fundadores do partido, como Paulo Baeta Neves, Luis Augusto França, entre outros.

⁶¹ Dados disponíveis em D’Araújo (1996).

⁶² Ainda sobre o assunto, Manin escreve “Além disso, firmou-se a convicção de que a relação de representação típica do parlamentarismo tinha sido substituída por outra de novo formato, na qual o papel dos partidos de massa

sua vez, segue a mesma linha de raciocínio, apenas situando essas mudanças como mais destacadas no pós Segunda Guerra Mundial:

[...] a partir do segundo pós-guerra, foi-se realizando, nos principais países europeus, a integração, pelo menos formal, das massas populares no sistema político: os partidos de origem operária foram reconhecidos quase em toda parte como concorrentes políticos no “mercado” político [...] (BOBBIO, 1998, p. 909).

Uma diferença entre os autores é que, enquanto Bobbio trabalha com a ideia de um *mercado político*, Manin prefere trabalhar com a analogia de *público e palco*, dado que, para o autor, não é válido tratar os eleitores em termos de consumidores, pois:

Na maior parte das vezes, quando um cidadão entra no que se poderia chamar de mercado político, suas preferências não estão ainda formadas. Ao contrário, elas se firmam à medida que ele vai tomando conhecimento dos debates públicos. Na política a demanda não é exógena; de modo geral, as preferências não preexistem à ação dos políticos” (MANIN, 1995, p. 15).

Apesar de transmitir uma ideia, num primeiro momento, passiva dos eleitores, a visão de Manin possibilita compreender que a atividade dos grupos votantes se concebe por meio da experiência. É certo que as conceituações dos autores constituem um modelo construído através da ótica europeia. Porém, é visível que também o Brasil nesse período, consideradas as suas particularidades históricas, como a transição do regime ditatorial do Estado Novo para uma abertura política controlada através do Estado, também estava enfrentando significativas modificações em seu sistema representativo, mudanças que foram frutos dos mesmos elementos socio-demográficos europeus (industrialização, urbanização, etc). Não é sem razão, mesmo em contextos dessemelhantes, o surgimento do Labour Party (Inglaterra) e, inspirando-se no primeiro, o do PTB (Brasil).

Na “democracia de partido” — denominação realizada por Manin para descrever o período representativo marcado pela ascensão dos partidos de massa —, as clivagens partidárias, ou seja, a constituição das legendas e dos programas político-partidários como diferentes entre si, refletem as diferenças da sociedade em que se delimitam, bem como o *conflito* em que essas sociedades estão. Esse embate, que o autor coloca como surgido “*da industrialização e do conflito de classes por ela engendrado*” (MANIN, 1995, p. 12), também reflete o fato de que, no momento em que um determinado partido de massas sobe ao poder

e das plataformas políticas parecia ter evoluído como consequência da extensão do direito de voto. (MANIN, 1995, p. 2) e “O aumento do tamanho do eleitorado, gerado pela extensão do direito de voto, impediu-o de manter relações pessoais com seus representantes. Os cidadãos não votam mais em alguém que conhecem pessoalmente, mas em um candidato que carrega as cores de um partido” (MANIN, 1995, p. 10).

político, esse necessita recorrer ao princípio básico da *conciliação* para minimizar os riscos de uma luta social:

A democracia de partido maximiza o risco de confronto aberto. [...] Para evitar o risco do confronto violento, o campo majoritário tem apenas uma solução: estabelecer um acordo com a minoria. A democracia de partido só se torna uma forma viável de governo quando os interesses opostos aceitam o princípio da conciliação política, uma vez que nada vem atenuar seu conflito na esfera social. Kelsen, aliás, vê no conceito de conciliação a pedra angular da democracia, ainda que não tenha explicado claramente a razão pela qual os protagonistas teriam motivos para transigir (Kelsen, 1981, pp. 53-68). [...] Mas, se a democracia de partido repousa no princípio da conciliação, os partidos não podem realizar a totalidade dos seus projetos, quando ascendem ao poder. (MANIN, 1995, p. 13).

A potencial fuga dos termos delimitados no programa partidário também são previstos em Bobbio. Para esse autor, os partidos de massa são, em sua maior parte, compostos de uma maioria de seguidores, que adere e apoia o partido, e por uma minoria que estabelece o poder dentro desse partido, em que se “[...] *define a linha política, controla as nomeações apesar do possível dissenso ou dos reais interesses das bases do partido*” (BOBBIO, 1998, p. 904).

2.2 “PRÓXIMA ESTAÇÃO”: O RIO DE JANEIRO DOS ANOS 50 E O SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951-1954).⁶³

2.2.1 Panelas vazias, ruas cheias: o impacto econômico na mobilização dos trabalhadores e conformação de uma atmosfera geral

A paisagem nacional muito se modificou desde a última estada de Vargas no poder. Durante o governo Dutra, a partir de 1946, foram adotadas medidas econômicas de cunho liberalizante que extinguiram as reservas que o Estado Novo acumulou durante a II Guerra com exportações. Por outro lado, o país cresceu em urbanização e em industrialização, alçando novos índices urbanos especialmente nas capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo. Esses dois aspectos, somados, criaram uma efervescência social que, se por um lado impressionava pela modernização do país, por outro preocupava pela crescente insatisfação dos diferentes setores sociais quanto às condições de vida, pois, com o fim do Estado Novo, “[...] *os trabalhadores não apenas recuperaram a ousadia de dizer o que pensavam e o que queriam, como também requisitaram o direito de participar da riqueza gerada com a sua força*” (NEGRO; SILVA,

⁶³ Para esclarecer: essa contextualização dos anos 1950 tem como base as seguintes obras principais: Skidmore (1982), D’Araújo (1992) e dos diferentes artigos presentes em Ferreira (2019), além dos demais artigos de Ferreira; Gomes (2019), Hippolito (2004), Limongi (2015).

2020, p. 47). A inflação, no Rio de Janeiro, aumentou o custo de vida em 11% em 1950, a mesma porcentagem em 1951 e, no ano de 1952, subiu para 21%.⁶⁴ Os salários estavam defasados e mesmo o aumento do salário mínimo de 1951 não foi suficiente para equilibrar os orçamentos familiares, visto a subida crescente dos valores de aluguéis e de mantimentos, entre outros. Frente a essa situação, Vargas, que se elegeu sob o discurso suprapartidário de solução nacionalista e trabalhista para a crise, via as manifestações sociais aumentarem de forma inversamente proporcional ao seu prestígio. Greves irrompiam pelo país, registrando a insatisfação dos trabalhadores com uma política que não lhes atendiam o que fora prometido. É com essa ótica que se pode entender, por exemplo, a Greve dos 300 Mil, ocorrida em 1953 na cidade de São Paulo, que se alastrou interrompendo diversas atividades sob a exigência de aumento salarial em 60%, estabilidade no emprego e combate à carestia⁶⁵. O efeito dessa greve, segundo D'Araújo, foi de sinalizar algo que já vinha sendo percebido nos setores progressistas da política, ou seja, de que não seria mais possível governar sem considerar os anseios populares:

As greves, no início de 1953, contestam, pela primeira vez, a viabilidade desse projeto, que não chega a se concretizar, e colocam para o governo a questão, ainda que tardia, a favor de quem pretendia direcionar suas ações. Ao cruzarem os braços, os trabalhadores demonstravam sua certeza quanto ao fato de que a eles não se dirigem as benesses governamentais. (D'ARAÚJO, 1992, p. 132).

Para resolver essa crise, logo no início de sua administração Vargas optou por um governo de conciliação, buscando conseguir maioria no Congresso para a aprovação de seus projetos. Essa tentativa de conciliação foi posta em prática através do *Ministério da Experiência*, composição ministerial mista em que Getúlio convidou para as pastas mesmo partidos de oposição, à exemplo de João Cleofas, da UDN, no Ministério da Agricultura. Essa prática foi duplamente fracassada, pois a UDN, desconfiada, recuou, mantendo sua posição de veto⁶⁶, enquanto os dois partidos de base, PTB e PSD, ressentiram-se. O PSD sentiu-se ameaçado na sua liderança e em sua estabilidade política, posto que era a grande base parlamentar de Vargas, esperando, portanto, maior reconhecimento. Falta de consideração também sentiu o PTB, que trabalhou junto aos sindicatos pela volta do presidente, registrada pela legenda do partido. Não só, ao assumir o poder, Vargas não deu a devida atenção às promessas trabalhistas feitas na campanha, assunto visto pelo subcapítulo anterior, como também destinou ao PTB apenas a pasta do Trabalho, sob chefia do petebista Danton Coelho.

⁶⁴ Skidmore, 1982, p. 150.

⁶⁵ Negro e Silva (2019).

⁶⁶ D'Araújo (1992).

Esse fato, em que pese a ampliação da articulação do partido, à medida que esse tinha o controle da grande máquina burocrática trabalhista, composta de Ministério próximo aos sindicatos e de institutos ligados à previdência, também rompeu com a ideia, por parte de alguns líderes do partido — entre eles o próprio Danton Coelho — de que a legenda do PTB obteria maior espaço no governo (lembremos que muitas das disputas internas da agremiação eram por cargos e chefias⁶⁷). Assim, sem conquistar a oposição e afastando seus partidos de apoio⁶⁸, Vargas não conseguiu a união necessária para levar suas medidas à conclusão. Esse problema influenciou na instabilidade do governo, que se viu obrigado, em 1953, a reformar os ministérios. Esse processo de tentativas e erros, composições e reformas, foi permeado por uma atmosfera social de debates. Skidmore (1982), apesar de seu escrito estar datado e de quase não tratar dos apelos e das pressões que o operariado expressou nesse contexto, descrevendo a situação “de cima”, isto é, através da ótica militar e das elites, demonstra como a situação financeira do país acirrava as tensões sociais em seus diferentes setores. Essa tensão faz retornar com ainda mais força o antigo⁶⁹ debate brasileiro sobre a modernização do país: como e sobre quais bases desenvolver o Brasil? Essa discussão mobilizou a sociedade em torno de três categorias de pensamento distintas⁷⁰ que, embora não homogêneas e ainda muito difusas, permearam o pensamento social do Brasil na década de 50: o neoliberalismo, o nacional-desenvolvimentismo e um nacionalismos mais “à esquerda”, defensor da industrialização e exploração energética com capital nacional e grande intervencionismo do Estado. A primeira categoria, embasada através de pensadores como Eugene Gudin, simpatizava amplamente com o capital exógeno e defendia preceitos como a regulação econômica através dos preços e a chamada “vantagem comparativa”. A segunda era clara na defesa de um desenvolvimento industrial do país que, mesmo contando com o capital estrangeiro, fosse coordenado pelo Estado, regulando os interesses desses capitais. Assim, através de uma economia mista e pautada pela proteção dos interesses nacionais, romperiam-se os estrangulamentos econômicos do Brasil e se construiria a segurança dos setores estratégicos, como aço, eletricidade e combustíveis. O autor

⁶⁷ Delgado (2011), D’Araújo (1992).

⁶⁸ Hippolito (2004) comenta que o PSD, maior partido no Congresso, adotou, durante o processo de impeachment de Vargas, uma posição de “*omissão preventiva*”, caracterizando-se por não defender “[...] vigorosamente o governo, mas tampouco o atacava, porque ocupava vários ministérios e precisava do Poder Executivo para tentar vencer as eleições de 1954” (HIPPOLITO, 2004, p. 33 e 34).

⁶⁹ Fonseca e Salomão (2020) demonstram que já no período pré-republicano, em 1870, intelectuais como Benjamin Constant, Serzedello Corrêa, Antônio Felício dos Santos, Amaro Cavalcanti e Rui Barbosa formavam um grupo que debatia e patrocinava ideias que posteriormente se transformaram na teoria desenvolvimentista. Segundo os autores, formou-se naquela época um “núcleo duro” da teoria do desenvolvimento nacional que permanece mesmo nos debates recentes. Esse núcleo duro seria a industrialização do país, a defesa do projeto nacional e o intervencionismo (FONSECA; SALOMÃO, 2020, p. 156).

⁷⁰ Essa elaboração conceitual foi buscada em Skidmore (1982).

brasilianista descreve o último grupo, dos nacionalistas de “esquerda”, como mais polemistas do que proponentes de alguma fórmula específica de desenvolvimento. Estes se identificavam mais com discursos conspiracionistas de que havia um pacto entre as elites agrárias nacionais e as da indústria internacional em torno da manutenção do país como produtor agrário voltado para a exportação. Por isso, esse grupo seria desacreditado, só obtendo alguma parcela de atenção em prol das propostas de monopólio estatal dos empreendimentos econômicos. Já Martins (2010) define esse panorama de propostas através da exposição das teses liberais, industrialistas e cepalinas⁷¹. Em síntese, essas duas últimas correntes seriam convergentes à medida que contestavam a crença neoliberal na autoregulação dos mercados de países subdesenvolvidos. Nessas localidades, já havia ocorrido desequilíbrio dos setores econômicos, que perdiam capital à medida que restringiam-se à condição de exportadores de matérias-primas e de produtos agrícolas, com pouca elasticidade comercial, que se desvalorizavam com o tempo em comparação com os produtos manufaturados adquiridos no exterior. Portanto, era necessário, tanto para os industrialistas, quanto para aqueles que endossavam as ideias da CEPAL, a ação estratégica reguladora do Estado como forma de conter tais desequilíbrios, dando impulso ao desenvolvimento econômico. Desta maneira, ampliavam-se as concepções de atuação estatal como proposta para o desenvolvimento econômico do país. Longe de defender a simples substituição do setor agrícola pelo industrial, o que se propunha era o desenvolvimento conjunto de ambas as esferas:

[...] era fundamental que as melhorias na produção primária fossem acompanhadas de investimentos no setor industrial ou transferidos diretamente para ele. Ou seja, a solução não estaria em aprofundar a especialização primária da periferia, mas em quebrar esse ciclo, diversificando a economia periférica e apostando, ao menos inicialmente, no reforço do mercado interno. (MARTINS, 2010, p. 123).

Essa circunscrição do debate econômico e político interessa a essa pesquisa, dado que nosso enfoque é justamente sob o campo intelectual-jornalístico, mas que, neste período, pretende-se construído o debate à nível de “opinião pública”. As ideias, portanto, alastram-se por meio de representações sociais, configurando o que Ferreira (2005) descreve como a luta entre dois grandes grupos:

De um lado, as esquerdas, compostas por trabalhistas, comunistas, socialistas, sindicalistas, estudantes e facções do Exército, com o projeto nacional-estatista, cujo programa, em termos gerais, baseava-se na soberania nacional, no desenvolvimento econômico e na justiça social; de outro, os **liberais-conservadores de direita**, como udenistas, políticos tradicionais, empresários,

⁷¹ A CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - foi uma instituição criada em 1948 pela ONU para pensar soluções ao desenvolvimento dos países latino-americanos. Suas ideias tiveram forte influência nos debates econômicos do período analisado. (MARTINS, 2010)

latifundiários, **meios de comunicação** e facções da Aeronáutica, Marinha e Exército, defendendo restrições aos direitos do movimento sindical, o liberalismo econômico, a abertura do país ao capital estrangeiro e o alinhamento incondicional aos Estados Unidos. (FERREIRA, 2005, p. 14, grifo nosso).

A afirmação do autor de que os meios de comunicação dos anos 50 eram, em sua grande maioria, liberais pode ser questionada por Martins (2010) e por aspectos que se desenvolverão adiante nesse trabalho. Contudo, interessa-nos, especialmente, perceber que Ferreira expõe ser a disputa desses dois grupos uma luta maior por projetos de desenvolvimento, atingindo o clímax em 1954 com a crise de estabilidade do segundo governo e levando às alternativas golpistas. D'Araújo (1992) é uma boa referência para se notar que a posição da UDN, que desde antes da eleição de Vargas defendia a impugnação de sua vitória, caso fosse eleito, foi se recrudescendo em torno do golpe às forças democráticas, através de uma retórica

[...] em prol das conquistas liberais, que na prática é transformada em uma ação golpista e de apelo às armas. No cerne desse comportamento, está a preocupação de limitar a participação popular e reservar a direção do processo político aos grupos que considera mais bem preparados para assumir as tarefas do governo. A UDN sustenta a crença na capacidade superior das elites, bem como no despreparo político e na imaturidade do povo, que o deixariam na condição de ser educado e conduzido. (D'ARAÚJO, 1990, p. 124).

Ou seja, enquanto um grande grupo fazia pressão pelas reformas e pela melhora das condições sociais, outro grupo combatia tais propostas por verem nelas a desestruturação dos grupos sociais e políticos neoliberais, desajustamento esse comandado por um ex-ditador *demagógico* e *populista* e que, portanto, apontava para uma conjuntura de “democracia deformada”. A partir de então, construiu-se, progressivamente, um *imaginário da crise* (FERREIRA, 2005) como justificativa retórica para as soluções antidemocráticas. O governo era descrito como incapacitado e desmoralizado para enfrentar as questões que se impunham, entre elas a decadência política, nomeada como *mar de lama*. Com desenrolar da conjuntura de 1953 e 1954, notadamente a crise que envolveu a atuação e a saída de João Goulart, as suspeições ao governo e a mobilização que o Atentado da Rua Toneleiros causou aumentaram os apelos pela reforma do próprio regime, implicando a retirada de Vargas do poder. Os próximos capítulos exporão melhor os debates em torno de Goulart, mas basta, para o momento, esclarecer que o período em que ele ocupou o Ministério do Trabalho foi marcado por violentas críticas e ataques. Imputavam a João Goulart responsabilidade pelas agitações dos trabalhadores, afirmando-se que o ministro estimulava desordens com o objetivo de estabelecer

uma “República Sindicalista aos moldes de Peron”, político que ascendeu ao governo argentino pelo movimento sindical⁷².

No entanto, se em parte esse imaginário era reforçado pelos problemas ocorridos nesse período, à exemplo do atentado a Carlos Lacerda, por outro lado esses embates refletiam disputas por

[...] projetos alternativos de desenvolvimento econômico para o país e de cidadania política para os trabalhadores. Em 1954, a luta entre os grupos atingia o clímax, cindindo toda a sociedade, mas a vitória definitiva de um deles somente seria imposta dez anos mais tarde (FERREIRA, 2005, p. 172).

Ou seja, a radicalização dos acontecimentos espelhava o próprio conflito entre as diferentes teses de desenvolvimento e as alterações profundas pela qual o país passava nos anos 50, descritas acima.

A concepção de que a democracia estava deficiente, acreditamos, serviu de respaldo às teorizações em torno de República Populista, comentadas anteriormente. No entanto, no artigo “*Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação*”, de Ferreira e Gomes (2019), pode-se compreender que esta instabilidade conjuntural não representou sua deformação, mas antes o avanço de uma democracia ainda em desenvolvimento, crescimento esse expresso pela expansão do eleitorado⁷³ e pelo fortalecimento das agremiações políticas, aliado ao paradoxo, exposto pelos autores, de que nesse momento também perdiam os partidos o controle sobre o resultados das eleições (FERREIRA; GOMES, 2019). Essas mudanças são expostas por Limongi, autor com o qual o artigo dialoga.

Fernando Limongi (2015) explica que o aumento dos eleitores e, conseqüentemente, da competição eleitoral, não se deu apenas por conta do alistamento ex-officio,⁷⁴ o aumento dos grupos urbanos decorrentes da industrialização e a independência dos eleitores. Nesse período, a competição entre os partidos se dava na *construção* dos eleitores, isto é, mobilizá-los e garantir que seus votos estivessem nas urnas:

[...] do ponto de vista das práticas eleitorais, a ruptura entre a Primeira e a Terceira República não é grande, se é que ela existe. A adoção do voto secreto não retira dos políticos a capacidade de controlar o comportamento dos eleitores. A emergência da competição eleitoral se dá sem alterações profundas na forma como os eleitores eram levados a votar (LIMONGI, 2015, p. 386).

⁷² Ferreira (2005).

⁷³ Em 1950, segundo o autor, o crescimento do eleitorado se deu em 53%. Dados disponíveis em LIMONGI, 2015, p. 384.

⁷⁴ Apenas ¼ dos eleitores, em 1945, foram alistados devido a seu ofício. (12% nas capitais e 11,1% no interior). Dados disponíveis em LIMONGI, 2015, p. 379.

Analisando como se processou o projeto de criação de um fundo partidário⁷⁵, Limongi nota que o objetivo desse recurso era cobrir os enormes custos que os partidos estavam assumindo em levar o eleitor ao local da eleição e garantir que esse estivesse com a cédula eleitoral correta⁷⁶. Em cidades menores, ou no interior, era necessário não só deslocar o votante, mas também garantir que esse ficasse no local e votasse, o que o autor descreve como a formação de verdadeiros quartéis eleitorais, com alimentação e entretenimento. Assim, os novos partidos e a competição eleitoral eram, se não descaradamente continuidades, pelo menos, então, vestiam-se de rupturas, caracterizando a nova democracia em formação que, como toda planta embrionária, carrega os nutrientes da terra em que nasceu.

2.2.2 “Desembarque” pelo lado esquerdo?

A reforma ministerial, bem como a posição econômica que Vargas adotou durante seu segundo governo, são motivos de controvérsias historiográficas. Por muito tempo, considerou-se que com a reforma de 1953 tivesse ocorrido uma “virada à esquerda” por parte do governo. Essa concepção, solidificada através de Skidmore (1982), mas presente na análise de outros autores, como Bodea (1992), tem como base analisar que as medidas econômicas adotadas por Vargas em 1951-1952 foram de linha ortodoxa, com restrições de importação e exportação, além de arrochos salariais. Com a ineficiência dessa suposta primeira atuação, aliada às pressões que o Brasil sofreria no cenário internacional, como a eleição de Eisenhower (Republicanos) nos EUA e o fim da doutrina Truman, o governo foi obrigado a uma derradeira busca de apoio das esquerdas. Essa interpretação também usa como fato-base a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, que, visto o novo tipo de atuação do ministro petebista, aproximando-se dos trabalhadores, assim como sua posição mais voltada para reformas de base, de teor nacionalista, comprovariam o plano de Vargas em busca de apoio dos trabalhadores. Por esse viés que são interpretados, assim, o aumento de 100% do salário mínimo, proposto por João Goulart e decretado por Vargas em 1º de maio de 1954.

Não negamos por completo que Vargas tenha buscado essa aproximação com os trabalhadores, apenas acreditamos que o momento dessa aproximação não foi somente nos anos 1950, mas durante todo o descrito processo de *invenção do trabalhismo* abordado

⁷⁵ Sobre o Projeto de Lei nº 870, de 1952, que instituiu o fundo partidário, Limongi afirma que “Os custos com alistamento e transporte eram vistos como um ônus, um serviço prestado ao Estado pelos partidos” (LIMONGI, 2015, P. 387).

⁷⁶ Importante lembrar que naquele período eram os partidos que imprimiam e distribuíam as cédulas eleitorais.

anteriormente. Além disso, adotamos a tese de Maria Celina D'Araújo (1992) de que a atuação de Vargas se deu no sentido de conciliação entre classes e setores, não no sentido de repúdio ou afastamento das classes burguesas e industriais. A Reforma Ministerial de 1953 foi uma reordenação de forças, não uma modificação. Aliás, a autora tem o cuidado de demonstrar que, com exceção da figura de Jango para a pasta que já pertencia ao PTB, os outros ministérios permaneceram em mãos do PSD, UDN, PSP e outros partidos menores. Martins explicita essa construção do Executivo, compondo seu governo através da nomeação de personalidades partidárias distintas, como buscando aumento de base parlamentar para tornar a administração viável⁷⁷.

Já no campo econômico, Fonseca e Salomão (2020) explicitam haver três teses tradicionais sobre o posicionamento do governo Vargas: uma de viés populista, para qual o governo agiu de forma contraditória, beneficiando as esquerdas em busca de apoio sem medir consequências econômicas de suas intervenções; uma segunda que traz para o lado econômico a suposta virada à esquerda ministerial, afirmando que Vargas foi ortodoxo até 1953, depois mudando de posição e sendo até 1954 nacionalista; ainda haveria uma última, descrevendo o posicionamento do governo como ortodoxo do início ao fim. No entanto, a tese desses autores, descrita no artigo como tendo também por base a obra de D'Araújo, é de que a ação econômica de Vargas foi nacional-desenvolvimentista de 1951 à 1954. Porém, para concretizar suas ações de desenvolvimento nacional, como o subsídio do Estado em obras estratégicas, investimentos, etc, dada a crise financeira já explicitada, o governo necessitou de uma maior contenção dos gastos. Essa contenção, podendo ser confundida com ortodoxia, nada mais seria do que uma estabilização em um governo que precisava encontrar equilíbrio para iniciar seu projeto. Tal conciliação nacional, portanto, buscava apoio dos diferentes grupos para uma proposta econômica nacional-desenvolvimentista. Nesse aspecto em especial, D'Araújo observa o trabalhismo como o outro lado *de uma mesma moeda*, que esperava obter grande maioria no Congresso e estabilidade econômica para então levar adiante o desenvolvimento da Nação. A dita mudança, com João Goulart no MTIC, sinaliza que Vargas desejava, sim, melhorar a relação com os trabalhadores dentro da nova tática de João Goulart, mas não porque ele “virou à esquerda” ou queria “ludibriar” os trabalhadores: visando o nacional-desenvolvimentismo, esse projeto não seria possível sem atender as reivindicações dos trabalhadores, obtendo com

⁷⁷ Martins (2010).

isso certa paz social, necessária tanto ao governo, quanto às próprias elites industriais não “repelidas” a partir de 1953.

Essa ação dual, tendo em vista conciliar, é notada por D’Araújo também em termos de existência de duas instituições específicas no governo: A Assessoria Econômica e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Projetos nacionalistas, como o da criação da Petrobras, foram de responsabilidade da Assessoria, que segundo a autora tinha caráter mais técnico do que de posicionamento político ou econômico. Já a Comissão girou em torno da busca por investimentos estrangeiros no país e suas compensações em termos de reciprocidade brasileira. Através dessas duas atuações, pode-se perceber como o governo buscou a complementação de desenvolvimento interno com economia-mista.

Agora, falta contextualizar a situação da imprensa nos anos 50, bem como os dois jornais eleitos para esta análise, o *Correio da Manhã* e o *Ultima Hora*. É isso que se fará no próximo subcapítulo.

2.3 IMPRENSA, HISTÓRIA E O MERCADO JORNALÍSTICO DOS ANOS 50 – APONTAMENTAMENTOS

Com a expansão do ofício historiográfico ao longo do século XX, se, por um lado, a imprensa deixou de ser descartada como fonte, por outro, até meados dos anos 70, os estudos históricos viam com ressalvas seu uso. Influenciados pelo marxismo, concebiam a imprensa como sujeita às pressões exercidas por grupos econômicos e/ou políticos, aos quais elas se vinculariam em termos de interesses ou benesses⁷⁸. Capelato, na sua obra *O Bravo Matutino*, refere-se a imprensa nos seguintes termos:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como ‘mero veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO, 1980, apud LUCA, 2008, p. 118).

Esse viés de suspeição à imprensa foi sendo desconstruído nas décadas seguintes, apesar de alguns resquícios permanecerem em obras como a de Laurenza (1998), na qual a autora afirma que, não obstante as possibilidades de seu uso como “sinalizador de fatos”, não

⁷⁸ Sobre esse assunto, consultar Martins (2018).

se pode analisar a imprensa como fonte sem suportes nos quais se comprovem a veracidade de suas afirmações:

É improvável que a imprensa possa abandonar, em algum momento, sua condição de instrumento político. Na medida que noticia um fato, mesmo sem defendê-lo ou criticá-lo, funciona como uma caixa de ressonância de posições políticas ou ideológicas, através da repercussão que dá ao episódio. (LAURENZA, 1998, p. 99).

Através dessa perspectiva, o jornal *UH*, que também foi objeto da autora, parece ser apontado como instrumento político *ad infinitum* do governo Vargas, adotando na íntegra qualquer projeto, instituição ou idéia que interessasse ao presidente. Em outra passagem, Laurenza comenta que:

As condições inerentes à produção de notícias detectadas na *Ultima Hora* e na Tribuna da Imprensa, no período estudado, demonstram que, acima da informação a ser dada pelo leitor, estavam os envolvimento econômico e político assumidos anteriormente pelos dois jornais. Estavam os compromissos pessoais de Carlos Lacerda e Samuel Wainer. (LAURENZA, 1998, p. 133).

Porém, quando se observa a imprensa como fonte e como objeto, não se pretende investigar exatamente que “verdades” ou “mentiras” ela sustenta, mas sim como os órgãos de comunicação interpretam a conjuntura em que se inserem, formulando textos que, mais do que tratar do exterior, exibem também o interior da atividade jornalística como lugar de formulação de representações. É notar, nas entrelinhas, significâncias para além dos fatos anunciados, remetendo aos valores específicos do jornal também como empresa de comunicação.

Outra interpretação relativa à imprensa é a da historiadora Marialva Barbosa (2007), conferindo um poder especial, distinto, encontrado na capacidade dos jornais de *tornar explícito o implícito*⁷⁹. Através da perspectiva gramsciana de possibilidade dos órgãos de comunicação atuarem como *partidos políticos*, à medida que elaboram e transmitem materiais discursivos mobilizadores da sociedade civil, observa a imprensa como “[...] *força dirigente superior, mesmo que em função de objetivos específicos se liguem a um ou a outro grupo e, dessa forma, exercem o papel de estado maior intelectual do partido orgânico*” (BARBOSA, 2010, p.151). Esse poder se tornou efetivo quando a imprensa iniciou sua imposição como campo específico⁸⁰, dotado de *fala autorizada*⁸¹, ou seja, quando institucionalizou-se como empresa

⁷⁹ Barbosa, 2007, p. 153.

⁸⁰ Barbosa, 2007.

⁸¹ Ribeiro, 2007.

pretensamente voltada para os interesses de representar a população, cobrando as autoridades e defendendo os direitos dos cidadãos.

No Brasil, apesar das peculiaridades existentes para a comparação do desenvolvimento da imprensa brasileira com a de outros países, devido à própria realidade política e social da nação, Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) demonstra como esse processo foi construído. Desde o Império, quando o jornalismo era marcado pelo panfletarismo e pela militância, a imprensa da Primeira República se desenvolveu através do modelo francês de jornalismo — *literário* —, opinativo explícito, narrativo e com função de dissertar sobre acontecidos, desvinculado de qualquer aparência partidária. Os anos 50, período nos quais os jornais analisados se encontram, foram marcados na memória dos profissionais da época como de mudanças estruturais na imprensa brasileira, em que essa estabeleceu novos rumos de produção e de autorreferenciação, transformando-se em jornalismo *empresarial*. Para se ancorar nessa nova fase, utilizou-se de princípios do jornalismo anglo-saxão, como aparência de *objetividade* e de *neutralidade*, para construir a imagem de desassociação dos interesses políticos ou privados. Para alcançar tal visual, procedeu-se a uma série de reformas técnicas na diagramação, no layout e na formulação textual, como inserção do *lead*⁸², uso de linguagem impessoal e abandono dos artifícios narrativos, além da profissionalização do ofício. Com esse processo, concretizou-se o fenômeno da *institucionalização da opinião*, em que os juízos de valores expressos no jornal eram opinião desse como empresa, não como dos autores vinculados a ele. Assim,

[...] foi ancorada no modelo norte-americano - centrado nos conceitos de objetividade e imparcialidade – que a imprensa (e a mídia jornalística em geral) se constituiu como um dos principais campos discursivos do nosso tempo, fundando sua legitimidade social e sua deontologia. (RIBEIRO, 2007, p. 14).

Tal legitimação conferiu prestígio social à imprensa como formuladora de representações sociais sobre a realidade à medida que funcionava como um espaço próprio e como instância pública. Também observa esse movimento a historiadora Lavínia Ribeiro (2001), afirmando que

O que permitiu à imprensa atingir um nível de grande reconhecimento foi a sua nobilitação como instrumento necessário da prática política, atuando contra e a favor

⁸² Com o lead se impunha a padronização do texto jornalístico a partir da organização por pirâmide invertida: no topo do texto encontravam-se as principais informações da notícia, através das respostas às seguintes questões: *quem, fez o que, quando, onde, como e porquê*. (RIBEIRO, 2007).

do Estado, movimentando-se entre os diversos grupos, facções, partidos, formações e manifestações, dentro da discursividade política nacional. A expressão pública era um procedimento necessário à projeção de ideias e interesses e os jornais atuavam, portanto, como veículos protegidos em função da defesa e manutenção da vitalidade do jogo político. A imprensa traz o registro da diversidade deste jogo, porque atuou nas diferentes posições em confronto. (RIBEIRO, 2001, p. 76).

A diferença entre as duas autoras se encontra, porém, no tipo de interpretação que se faz da construção do espaço da imprensa no Brasil. Ana Paula Ribeiro (2007) se alinha a uma reflexão aproximada das observadas em Capelato ou em Laurenza, de que, ao menos no Brasil, devido às injunções entre tradição patrimonial e modernidade emergente, a modernização da imprensa foi utilizada para atender à política. Não houve, assim, uma completa emancipação da imprensa em relação ao poder: “*Todos [os jornais], em graus variados, adotaram as técnicas modernas como armas de luta política*” (RIBEIRO, 2007, p. 40). Já Lavínia Ribeiro (2001) se aproxima de uma visão mais autônoma da imprensa, ao espectro de Barbosa, na qual, ao conformar seu espaço discursivo desvinculado de outras artes, como a literatura, e de práticas, como a política, a imprensa “[...] *deixa de ser um instrumento de ação política, tornando-se uma instituição com critérios e procedimentos próprios de estruturação, funcionamento e manifestação pública*” (RIBEIRO, 2001, p. 80), mesmo que sofra pressão dos diferentes setores da realidade. Observa-se, portanto, uma *zona de fronteira* entre dois grandes polos historiográficos: um que concebe a imprensa como autônoma na construção da realidade e outro que faz um diagnóstico de sujeição da imprensa aos diferentes poderes políticos e econômicos. Pelos desenvolvimentos historiográficos de Martins (2010), que percebe existir uma certa independência dos jornais da grande imprensa carioca nos seus posicionamentos em relação aos projetos econômicos do segundo governo Vargas, somados às experiências iniciais de pesquisa na graduação da pesquisadora desse trabalho (SOUZA, 2020), nossa hipótese é que há uma posição intermediária nessas fronteiras, através de uma *relativa autonomia*.

O impulso ao jornalismo ocasionado pela década de 50 é evidenciado pelo desenvolvimento brasileiro dentro do sistema capitalista mundial que, como vimos, acelerou-se entre os anos 40 e 50. Lattman-Weltman aponta que “[...] *ao longo da década de 50 [que] se reúnem as condições macroestruturais ideais, de acordo com o nosso modelo, para que a longa fase do chamado ‘jornalismo literário’ seja superada e a imprensa brasileira ingresse definitivamente numa fase dita ‘empresarial’*” (LATTMAN-WELTMAN, 2008, p. 161). Entretanto, é consenso entre os historiadores da imprensa atribuírem a esse período não um processo de inauguração, mas de *transição* entre diferentes fases. Não só as inovações já

ocorriam durante a primeira metade do século XX⁸³, quanto elas ainda não estavam completamente definidas em meados dos anos 50⁸⁴. Os jornais as adotaram, em maior ou menor grau, dependendo dos seus interesses em se projetarem como modernos, o que não implica uma total padronização da imprensa brasileira, em especial no início da década de 50, período de análise. Portanto, no *Correio da Manhã*, fundado no início do século, e em menor grau no *Ultima Hora*, fundado nos anos 50, observa-se uma simbiose entre novo e antigo, moderno e tradicional. Passamos agora para uma melhor descrição dos dois jornais escolhidos.

2.3.1 O *Correio da Manhã*

Fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt, o matutino *Correio da Manhã* surgiu como forma de contestação à conjuntura que ele observava, marcada pelo reflexo de um frágil Brasil Republicano em desenvolvimento. O *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro* (ABREU, 2001) aponta que seu surgimento pode ser relacionado à Revolução Federalista⁸⁵, insurreição deflagrada em fins do séc. XIX no sul do Brasil. Intitulando-se de oposição ao governo, antioligárquico e sem vínculos partidários, advogava as causas do comércio e do *povo*, impondo-se como um jornal opinativo de expressão da *verdade*⁸⁶. Foi sob essas perspectivas que o periódico participou de movimentos de contraposição, à exemplo da campanha pelo combate ao aumento da passagem dos bondes, no RJ, e da oposição à campanha de vacinação obrigatória, durante o governo de Rodrigues Alves. Esses posicionamentos, segundo o DHBB (2001), serviam de arremetimento da sua clientela urbana, que se formou em torno da pequena burguesia⁸⁷.

Paulo Bittencourt, filho de Edmundo, assume a direção do jornal em 1929. Seis anos antes, 1923, Pedro Costa Rego, conhecido como “braço-direito” do jornal, torna-se redator-

⁸³ Ribeiro (2007), Ribeiro (2001).

⁸⁴ Lattman-Weltman (1996) demonstra que elementos de pretensão de objetividade só passaram a ser sistematicamente vigentes nas manchetes da grande imprensa a partir de 1955, por exemplo, advertindo sobre “[...] qualquer tentativa de absolutização, de a-historização do próprio conceito de objetividade jornalística [...]” (LATTMAN-WELTMAN, 1996, p. 180).

⁸⁵ Essa relação do jornal com a Revolução é explicada pelo DHBB (2001) pela trajetória profissional de Edmundo Bittencourt, que iniciou na profissão de jornalista em Porto Alegre, colaborando com o jornal *A Reforma*, pertencente a Gaspar Silveira Martins, líder da Revolução.

⁸⁶ A Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro destaca a seguinte citação editorial de junho de 1901: “[...] jornal que propõe, e quer deveras defender a causa do povo, do comércio e da lavoura, entre nós, não pode ser um jornal neutro. Há de, forçosamente, ser um jornal de opinião e, neste sentido, uma folha política. [...] O povo está cansado, o povo sente que lhe ocultam a verdade, [...] dizer a verdade, é para dizê-la que aqui estamos”. (*CORREIO DA MANHA*, 1901, apud SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (RJ), 2002).

⁸⁷ Ribeiro (2007).

chefe. Rego, responsável pela linha editorial, foi quem definiu o posicionamento autointitulado, pretensamente, “liberal” do *CM* como “ortografia da casa”⁸⁸, definição que o jornal constantemente ressaltava. Estava então formada a composição que, nos anos vindouros, organizariam o matutino como o objeto aqui estudado. Apoiando a Aliança Liberal, defendeu a Revolução de 1930 sob a justificativa de que foram as condições políticas da Primeira República que levaram à sua necessidade. Porém, jornal legalista como sempre foi identificado, logo após as primeiras medidas de restrição das liberdades constitucionais se tornou contrário ao governo Vargas, oposição que se desdobraria em sua marca antigetulista. À medida que se desenvolveu, seu pensamento conservador se evidenciou, influenciado por pensadores como Azevedo Amaral, escritor que foi articulista e editor do jornal entre os anos 20 e 30. Martins (2020) esclarece esse posicionamento ao investigar as posições do *CM* referente à democracia brasileira e à participação das diferentes camadas sociais na política brasileira, identificando visões negativadas dessas. Ao contrário de desacreditar na democracia como instituição, o jornal avaliava que, no Brasil essa tinha problemas de funcionamento, pois possibilitava que as classes populares, destituídas de pensamento crítico, participassem da política, iludindo-se com os demagogos. Desta maneira, “[...] poderosas, instáveis e incapazes de se auto governarem, as massas exigem lideranças políticas fortes e intelectualmente superiores a elas.” (MARTINS, 2020, p. 15).

Foi o *CM* o responsável por divulgar a entrevista que é considerada até hoje um dos marcos da queda do regime do Estado-Novo: em 1945, José Américo de Almeida a concedeu a Carlos Lacerda, um dos jornalistas da equipe do matutino, na qual se criticou abertamente o regime estado-novista. Devido à inação do DIP, que controlava o que se publicava referente ao governo na imprensa, outros jornais se sentiram encorajados a também publicarem suas críticas. Na década de 40-50, já considerado elitista e de grande influência política, o *CM* encampou a campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN. Ainda segundo o DHBB, essa candidatura foi interpretada pelo jornal como a solução de todos os problemas do país, tentando contrapor àquilo que denominavam “*trabalhismo de pelegos*” em detrimento de um “*trabalhismo autêntico*”, esse último através da figura de Eduardo Gomes, como referido na introdução. Vencendo o candidato Dutra, posicionou-se com certa expectativa. A partir da ameaça do retorno de Vargas, que de fato se concretizou, o *CM* retornou com sua tônica, ainda mais forte, antigetulista. Porém, o *CM* também não adotou a tese da maioria absoluta levantada

⁸⁸ Ribeiro (2007).

pela UDN⁸⁹, em que Vargas não poderia assumir, defendendo sua posse, apesar do seu “trabalhismo falsificado”⁹⁰.

Não obstante ser classificado geralmente pela historiografia sobre a imprensa como um dos jornais de maior oposição ao governo⁹¹, o DHBB aponta que este influenciou nas decisões políticas das pastas através dos debates em suas páginas, que objetivavam mobilizar a “opinião pública” em torno dos seus pressupostos. Nesse sentido, o *CM* se punha contra o total rechaço ao capital estrangeiro na economia, criticando, por exemplo, a UDN por encampar a tese do monopólio estatal do petróleo, durante o processo de criação da Petrobras. No entanto, o jornal apoiou projetos do governo que envolviam capital misto, com colaboração nacional e estrangeira. Esse posicionamento do jornal fica evidente dos trabalhos de Martins (2010; 2012), em que o autor traz evidências de que:

O Correio da Manhã e O Globo demonstraram, em termos programáticos, uma linha de ação mais linear, na medida em que sempre defenderam o modelo originalmente apresentado por Vargas. Afastaram-se e distanciaram-se de Getúlio conforme ele se afastava ou se distanciava do seu próprio programa, acabando por condenar o presidente por não ter sido coerente com a sua própria proposta, em favor de “conveniências políticas”. (MARTINS, 2012, p. 212).

Assim, o matutino não fez oposição intransigente aos planos econômicos do segundo governo Vargas. Após o suicídio de Getúlio, em 1954, assumindo o vice-presidente Café Filho, mostra clara dessa influência e prestígio do *CM* foi a sua indicação de Eugene Gudín para a pasta da Fazenda ter sido aceita⁹².

Sobre o aspecto técnico do órgão, em seu lançamento foi considerado um jornal à frente do seu tempo, com linguagem mais direta, simples e trazendo grande emoção aos seus textos. Apesar de muito diferentes das técnicas jornalísticas do anos 50, eram os primeiros sinais das ditas mudanças estruturais da imprensa brasileira, que procurava inovar em seu conteúdo para conquistar parcelas da população. Nos anos 50, período dessa análise, o *CM* possuía

⁸⁹ A UDN se pôs contra Vargas desde sua campanha, mas, vencendo o candidato trabalhista, alegou-se por parte da UDN de que Vargas não poderia assumir à presidência pois não venceu por maioria absoluta de votos. No entanto, a Constituição de 1946 previa apenas maioria simples para a eleição, ou seja, 50%+1 dos votos. Essa tentativa da UDN marcou seu crescente posicionamento golpista e que, devido ao legalismo do *Correio da Manhã*, não foi bem recebido pelo jornal, apesar da simpatia desse pelo partido udenista.

⁹⁰ Abreu (2001), Ribeiro (2007).

⁹¹ Inclusive, Abreu e Lattman-Weltman (1994) identificam o *CM* como parte dos jornais radicais no que se refere a formação de um consenso sobre a inviabilidade da permanência do segundo governo Vargas.

⁹² Abreu (2001).

tiragem de 72 mil exemplares (1954) e continha, em média, 12 à 18 páginas, divididas da seguinte maneira⁹³:

- Primeiro caderno: a capa era voltada para manchetes internacionais, as três primeiras páginas continham algumas colunas e artigos, além de notícias rápidas sobre acontecimentos políticos e sociais. A página 4 era destinada majoritariamente aos formatos opinativos explícitos, pois nela, além do editorial do jornal em posição privilegiada superior-esquerda (SE), existiam também colunas conhecidas por seus comentários ácidos, como a “*Pingos e Respingos*” e “*Tópicos e Notícias*”, além de outras colunas, assinadas ou não, notas e artigos. Ainda nessa página saía, sem regularidade determinada, uma coluna assinada por Costa Rego, o já comentado redator-chefe do *CM*. As páginas 5 em diante seguiam com notícias nacionais e internacionais. Ao final, algumas notas sobre teatro e cinema.

- Segundo caderno: era composto de classificados, pequenas notícias nacionais e internacionais, boletins comerciais e amenidades diversas, como esportes. Espaços publicitários eram localizados entre as áreas inferiores da página (IE, IC, ID, vide anexo “divisões de espaços das páginas”), podendo ultrapassar esses espaços às vezes. Os produtos anunciados eram bens duráveis e de consumo, voltados ao público de elite ao qual o jornal se voltou ao longo de sua trajetória, diferenciado do seu público inicial.

Dividido por linhas de seis ou oito colunas, com textos densos, manchetes sóbrias e uso modesto de imagens (mas boa utilização, diga-se de passagem), conforme a imprensa carioca encaminhou sua modernização, o *CM* tornou-se “pesado” em relação aos seus concorrentes. Ao longo dos anos 60 o jornal passou por inovações gráficas. Porém, quando Paulo Bittencourt faleceu e sua ex-exposa assumiu a direção do periódico, retornou-se aos padrões originais. O jornal entrou em crise devido à sua oposição à ditadura militar de 1964, sofrendo diversos bloqueios publicitários. Em 1969 foi arrendado, tornando-se um jornal governista e, em 1974, foi extinto.

2.3.2 O Última Hora

⁹³ Gostaríamos de ressaltar que, apesar da certa estabilidade da organização gráfica do jornal, as referidas localizações dos conteúdos expostos, assim como o número de páginas da edição, variavam de acordo com as necessidades do jornal. Uma das características mais estáveis do *CM* era a sua página 4 ser destinada aos espaços opinativos explícitos, como dissemos anteriormente.

A criação do vespertino *UH* é intimamente ligada à trajetória profissional de seu fundador, Samuel Wainer. Indivíduo, inicialmente, de poucos recursos financeiros e imigrante judeu, fazia oposição ao Estado Novo enquanto trabalhou em *Diretrizes*, revista de Azevedo Amaral, escritor que posteriormente deixou a equipe por incompatibilidade de posicionamentos políticos⁹⁴. Com o fechamento da revista pelo DIP, Wainer foi trabalhar no exterior, onde, principalmente nos Estados Unidos, entrou em contato com o modelo de jornalismo anglo-saxão. É com essa influência jornalística que Samuel voltou para o Brasil, após o fim do Estado Novo, empregando-se em *O Jornal*, de Assis Chateaubriand. Neste emprego Wainer produziu a célebre entrevista com Getúlio Vargas, declarando que *ele voltará*⁹⁵. Casualmente, ou não — há controvérsias⁹⁶ —, Wainer estava sobrevoando o RS com um avião particular para fazer uma reportagem sobre a produção de trigo no sul do Brasil. Assim, percebeu que estava próximo da estância onde Vargas se resguardava após a saída do poder e ordenou ao piloto que fosse até o local: “ – Nelson, o avião é meu e nós vamos para lá [...]. Se ele me receber, faço uma bela reportagem. Caso contrário, farei uma reportagem dizendo que ele não recebe ninguém” (WAINER, 1987, p. 20). Desse encontro, que se sucedeu de outros, cobrindo a campanha eleitoral de Vargas à qual o resto da imprensa carioca hesitava em comentar⁹⁷, surgiu uma amizade entre o ex-presidente e o jornalista, que ganhou o apelido de “O Profeta”. Wainer se identificava com aquele *novo* Vargas:

O Getúlio Vargas que no começo de 1951, conforme prometera ao longo da campanha, subiria com o povo as escadarias do Catete era um homem diferente do chefe do Estado Novo. Em primeiro lugar, ele se tornara um nacionalista muito mais convicto, mais consistente. Além disso, suas idéias sobre justiça social se haviam tornado mais nítidas. Enfim, ele se convencera da necessidade de consolidar a burguesia nacional. Essas três linhas de ação, sobretudo a opção nacionalista, marcariam sua trajetória até o dia do suicídio. (WAINER, 1987, p. 123).

⁹⁴ A equipe de *Diretrizes*, segundo Wainer, era formada por figuras ligadas a uma “esquerda não comunista”. Já Amaral, como comentamos em relação ao *Correio da Manhã*, era um escritor de viés conservador, apoiador do Estado Novo. A informação pode ser encontrada em Wainer (1987) e também em Fidelis (2018).

⁹⁵ Segundo Wainer, publicou-se a manchete “Eu voltarei como líder de massas”. As edições de *O jornal*, que normalmente vendiam 9.000 exemplares, naquele dia venderam 180.000. (WANEIR, 1987, p. 25).

⁹⁶ Samuel Wainer garante em suas memórias que ele teve, espontaneamente, a ideia de entrevistar Vargas em sua fazenda. Porém, Chateaubriand nega que tenha sido Wainer o autor da oportunidade, mas que ele fora enviado ao RS por *O Jornal* justamente com o objetivo de encontrar o ex-ditador (FIDELIS, 2018).

⁹⁷ O jornalista declara nessas memórias que era o único a cobrir integralmente a campanha de Vargas.

Segundo Wainer, a grande imprensa carioca, por esses motivos, promovia uma “*conspiração do silêncio*”⁹⁸ sobre as ações de Vargas, antes e após sua eleição. Para romper com esse silenciamento Vargas lhe deu a ideia de criar um jornal:

Respondi que aquele era o sonho de um repórter com o meu passado. Ponderei que não seria difícil articular a montagem de uma publicação que defendesse o pensamento de um presidente que, como era o seu caso, tinha o perfil de um autêntico líder popular.

— Então, faça – determinou Getúlio. [...]

— Em 45 dias dou um jornal ao senhor. (WAINER, 1987, p. 127).

Assim, a *Ultima Hora* começava a nascer e Wainer a encontrar *sua razão de viver* (WAINER, 1987). Com subsídios do Banco do Brasil e de empréstimos com figuras políticas⁹⁹, criou duas empresas distintas: a Editora Érica e a *Ultima Hora*. Em 12 de junho de 1951, saiu a primeira edição, com equipe composta de grandes nomes e de antigos colegas do *Diretrizes*, como Octávio Malta (braço direito de Wainer no jornal, inclusive redigindo editoriais e outros textos opinativos), João Etcheverry, o chargista Augusto Rodrigues, o escritor Medeiros Lima, responsável pela editoria política¹⁰⁰, entre outros. Para a composição gráfica do jornal contratou o paraguaio Andrés Guevara, conhecido por revolucionar a imprensa argentina. Foi Guevara que conferiu ao jornal sua feição moderna, composta de flechas, grandes imagens, desenhos e linhas, além de grandes títulos destacados na página¹⁰¹.

A autora Ana Paula Ribeiro (2007) comenta que

Desde o seu surgimento, a *Ultima Hora* foi um polo de irradiação do pensamento nacionalista, funcionando como um elo de ligação entre Getúlio e a população. Segundo o próprio Wainer, o jornal era “o intérprete, muitas vezes, de decisões do governo que o povo não entendia” (CPDOC). O presidente intervinha diretamente no conteúdo de *UH*, como admite Wainer em depoimento ao CPDOC: ‘Getúlio interferia como se fosse o seu jornal’. (RIBEIRO, 2007, p. 124).

Realmente, são conhecidos diversos bilhetes que demonstram a relação entre o *UH* e Vargas, não comum em imprensas de regimes democráticos, segundo Laurenza (1998). Essa autora também demonstra a relação de Wainer com o Catete ao comentar que o jornal foi o

⁹⁸ “Percebi que a imprensa decidira fechar o cerco a Getúlio Vargas através da *conspiração do silêncio*” (WAINER, 1987, p. 126).

⁹⁹ Wainer declara que a maior parte dos recursos conseguiu com Juscelino Kubitschek, futuro presidente e na época político mineiro influente. (WAINER, 1987, p. 130).

¹⁰⁰ Ribeiro (2007).

¹⁰¹ Ribeiro (2007).

responsável por “fritar” Danton Coelho, ministro do Trabalho, assim como elaborar outras matérias de acordo com preferências do presidente:

No arquivo pessoal de Vargas, encontra-se a evidência da elaboração editorial da *Ultima Hora* por Wainer em conjunto com o presidente da República. Além do “caso Danton”, há o “caso Odilon Braga”, em que um bilhete de Samuel Wainer denuncia a estreita ligação entre a linha editorial da *Ultima Hora* e os interesses políticos de Vargas: “4 de set. de 52, Presidente, bom dia. Este foi o editorial que publicamos sábado último (30/08/52) sobre o Odilon. Amanhã sairá outro. Abraços, Wainer”. (LAURENZA, 1998, p. 75).

Esses bilhetes, junto com a história de criação do *UH*, constroem na historiografia uma imagem do jornal como essencialmente subordinado¹⁰² ao governo, semelhante a uma folha oficial, ou, pelo menos, com sua linha editorial influenciada por interesses pré estabelecidos do dono do periódico¹⁰³, que “prestaria contas” ao presidente. Outras comunicações do governo com o jornal são resgatadas por Angela de Castro Gomes¹⁰⁴ na obra *Getúlio escreve à Lourival: os bilhetes à Casa Civil da Presidência da República (1951 e 1954)*. Nessas correspondências de Getúlio ao seu chefe da Casa Civil, observa-se muitas menções a Samuel Wainer, como indicações do que se poderia ser publicado, mas um dos bilhetes se destaca, pois possibilita uma interpretação complementar, quiçá questionadora a do *UH* como “porta-voz”. Os conhecidos elogios ao presidente e ao governo se dariam mais ao tipo de interpretação que Wainer fazia dos acontecimentos:

Bilhete 193:

É preciso responder a uma carta de Samuel Wainer, comunicando a próxima publicação de seu jornal A **Ultima Hora**. Agradecer a comunicação, fazer votos pelo êxito de seu empreendimento, declarar que não espero outra coisa de um jornalista como ele, inteligente, objetivo, sabendo escolher os assuntos, expondo-os com clareza, simplicidade, sentindo o que diz.

Gosto de ser interpretado por um espírito como o dele.

[...] As pessoas que exercem uma parcela de atividade pública apreciam a crítica da imprensa, quando esta se faz com lealdade, [...]. Louvar quando os atos são merecedores de elogio, criticar quando precisam ser esclarecidos ou corrigidos, censurar quando são reprováveis ou merecedores de tal censura. Não agir com deslealdade deturpando os fatos [...] (VARGAS, 1951, apud GOMES, 2015, p. 117).

¹⁰² Barreto (2014),

¹⁰³ Laurenza (1998).

¹⁰⁴ Gostaria aqui de agradecer à professora Dra. Angela de Castro, que me indicou a obra durante as apresentações da ANPUH RJ de 2020, e a Dra. Luciana Pessanha, que me auxiliou no acesso à obra.

Alguns dados da pesquisa de iniciação científica “Representações do PTB no *Ultima Hora* (1951-1954)¹⁰⁵, colaboram para esses questionamentos, que serão investigados aqui. O *UH* foi considerado inovador, provocando mudanças na imprensa como um todo, afinal os concorrentes precisaram se adequar às inovações para não perderem clientes. Porém, Ribeiro (2007) mostra que essas mudanças, em grande parte, não foram inéditas. Já havia sido utilizada a cor, por exemplo, em outros jornais da primeira década, assim como diagramações mais modernas. Por outro lado, o *UH* reviveu técnicas como o colunismo, aumentando a identificação dos leitores com os escritores do jornal.¹⁰⁶ A grande diferença do *UH* em relação ao mercado jornalístico é que no jornal de Samuel Wainer se concentram boa parte dessas modernizações, tornando a página “leve” e atraente. Colocando-se como popular, o jornal conseguia, por meio das suas estratégias de publicação (variedade de assuntos, atração pelos conteúdos), agradar públicos mais diversos, sendo considerado *policlassista*¹⁰⁷.

Precisa-se observar que, apesar de a “Coluna de *Ultima Hora*”, geralmente escrita por Samuel Wainer, ser considerada o editorial do jornal, bem como o jornalista deixar explícito em suas memórias que, sentindo-se inseguro no início de *UH*, solicitava que os editoriais fossem escritos por Octávio Malta, não há, de forma linear, espaços de opinião oficial do órgão de comunicação. Isso não permite concluir que o jornal “não tinha opinião”, mas sim que possuía, para além de simples adoção do modelo anglo-saxão de jornalismo, o cuidado em não se assemelhar a um jornal partidário, visto que suas ligações com o governo não eram desconhecidas. A propósito, no lugar do editorial, a primeira edição do vespertino trouxe uma carta de Vargas, felicitando-os pelo lançamento. Por conta disso, fizemos as escolhas e recortes de análise explicitados na introdução, pois se observa grande atenção, por parte do *UH*, aos assuntos políticos, econômicos e sociais, mas em formatos como colunas e reportagens, majoritariamente.

Com tiragem média inicial de 70 mil exemplares (1952)¹⁰⁸ e cerca de 18 páginas (variava bastante), o *UH* rompeu com a característica patrimonialista da grande imprensa carioca. Até então, os grandes jornais eram todos pertencentes às influentes famílias brasileiras,

¹⁰⁵ Maiores informações sobre essa pesquisa, que nos levou ao projeto de mestrado hoje transformado em dissertação, podem ser encontradas em Souza (2020).

¹⁰⁶ Colunismo era a técnica de voltar a criar espaços para colunas assinadas no jornal, prática abandonada quando a imprensa se voltou para os ideais de impessoalidade. Assim, além de criar um vínculo entre escritor-público, também se reduziam os custos para produzir noticiário, dado que para escrever colunas se mobiliza menos equipe do que reportagens e noticiários. (RIBEIRO, 2007).

¹⁰⁷ Ribeiro (2007).

¹⁰⁸ Em 1954 as tiragens alcançaram o número de 92 mil exemplares (RIBEIRO, 2007).

como era o caso, por exemplo, do próprio *Correio da Manhã*, passado de pai para filho. Portanto, Wainer descrevia certa hostilidade da imprensa em relação ao seu jornal. Se essa hostilidade pode ser implícita, explícito foi o combate político que ocorreu ao vespertino, principalmente a partir de 1953, com a CPI da Imprensa. Em um conflito que Laurenza (1998) reproduz como sendo próprio das ligações do jornal com Vargas e o PTB, começou-se a especular que o *UH* era favorecido pelo governo para fazer a defesa desse. Samuel Wainer, entretanto, para manter a imagem idônea do órgão de comunicação, sugeriu que se criasse uma CPI para lhe investigar. A CPI foi aberta e elementos do PTB conseguiram que se criasse ainda uma segunda CPI, para investigar a imprensa em geral. Ambas as CPIs trabalharam juntas, levantando dados que comprovavam favorecimentos em questão de empréstimos do Banco do Brasil, mas não só ao *UH*. Outros jornais, como os *Diários Associados*¹⁰⁹, deviam quantias muito maiores, ou seja, havia um estímulo por parte do governo aos jornais como um todo, e não só ao *UH*.

Quanto à materialidade do vespertino, essa variava muito. Os anúncios publicitários localizavam-se em diversos formatos e espaços do jornal, destacando-se em produtos de beleza, tecidos, consumo não durável, remédios, imóveis, eletrodomésticos, entre outros. Como o jornal ainda estava em formação, durante todo o período de análise colunas entravam, saíam, mudando constantemente de autores, de localização nas páginas, bem como suas publicações não eram lineares. Uma coluna poderia ficar mais de uma semana sem aparecer e, de repente, voltar a circular. No entanto, uma tentativa de descrição se situa como:

- Primeiro caderno: a capa continha assuntos gerais, como pequenas chamadas ou notícias nacionais e internacionais, destacando-se que algumas notícias esportivas poderiam também aparecer. Além disso, na capa também era publicado, geralmente, a “*Coluna de Ultima Hora*”, de Samuel Wainer, mas essa era publicada, às vezes, na página 3. A página dois era composta da coluna “*Na Hora H*”, de M. Bernardes M., além de notícias e reportagens diversas. A página 3 era destinada às colunas “*Ultima Hora na Política*”, de Medeiros Lima, e da “*Na Arena do Parlamento: Maioria x Minoria*”, não assinada, seguida por uma das mais famosas colunas do jornal, “*O Dia do Presidente*”, que tinha por objetivo acompanhar e divulgar diariamente as atividades do Catete¹¹⁰, mostrando um Getúlio Vargas mais simpático e

¹⁰⁹ Segundo Laurenza (1998), os Diários Associados eram os maiores devedores, acumulando responsabilidades financeiras com o Banco do Brasil no valor total de C\$144.089.936,30 e o Globo em C\$53.617.903,60. O *Ultima Hora*, por sua vez, acumulava C\$106.688.003,80.

¹¹⁰ “‘O dia do presidente’, que criei inspirado em colunas que vira na imprensa americana, era publicado na página 3. [...] O responsável por ela, Luís Costa, um talentoso jornalista piauiense que morreria muito moço, entrava no

dedicado ao governo. Posteriormente, essa página também começou a abrigar a coluna “*Por trás da Cortina*”, assinada por “H.A”. Acreditamos que seja Humberto Alencar, autor de diversas reportagens políticas, nessa página e em outras. Na página 5, além das habituais notícias, havia a coluna “*Na Ronda das Ruas*”, na página 6 a coluna de assuntos internacionais “*Dois Mundos*”, na página 7 se localizava a coluna “*Barômetro Econômico*”, escrita por Octávio Malta, que deixava claro posicionamentos do jornal sobre assuntos de economia. As demais páginas eram dedicadas às notícias esportivas, à coluna de Nelson Rodrigues, “*A vida como ela é*”, notícias de rádio, cinema, etc.

- Segundo caderno: notícias da cidade do Rio e nacionais, teatro, cinema, passatempo, palavras cruzadas, esporte carioca, “boite” (a noite carioca e sua programação), concursos que eram propostos pelo jornal e os suplementos — pequenas revistas em quadrinhos, que variavam em temas infantil, juvenil e esportivo.

Após a CPI do *UH*, que se processou com ataques diversos ao jornal por parte da UDN, destacando-se Carlos Lacerda, inimigo político de Wainer, o jornal entrou em crise, que se acentuou com o suicídio de Vargas. Após esses acontecimentos, o jornal retomou sua boa fase a partir do governo JK, expandindo-se para outras cidades, como Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre (em São Paulo já existia desde 1952). Com o golpe de 1964 o jornal entrou em decadência. Em 1971 foi vendido para Maurício Nunes de Alencar, funcionando então no mesmo prédio do *Correio da Manhã*. Em 1982 encerrou suas atividades por completo.¹¹¹

Palácio do Catete às oito da manhã e só voltava à redação quando o jornal estava no limite do horário para o fechamento da edição. A seção foi publicada diariamente até o dia do suicídio de Getúlio Vargas —naquele momento, decidimos extingui-la. Ao desaparecer, ela já se transformara numa ‘instituição nacional’, conforme a chamara o *Correio da Manhã*, num editorial [...]”. (WAINER, 1988, p. 144).

¹¹¹ Ribeiro (2007).

3 MESMA MOEDA, DIFERENTES FACES: TRABALHISMO E PTB NO *CORREIO DA MANHÃ* E NO *ULTIMA HORA*

Como movimento ocorrido nacional e internacionalmente, assim como pela sua execução estatal, o trabalhismo fez parte da realidade do país e, por conta disso, foi discutido nos mais diversos âmbitos. O foco aqui não é definir o que foi ou não o trabalhismo, ou o PTB, pois há bibliografia suficientemente especializada e consagrada sobre o assunto, mas sim se pretende compreender melhor como a doutrina e seu partido correspondente foram discutidos num âmbito específico, a imprensa, já que é na esfera pública que se debatem questões de interesse maior dos cidadãos e, como visto, constroem-se também semânticas da realidade social. Mais ainda, dada as comentadas diferenças entre os dois jornais escolhidos, pretende-se observar como ambos, de suas posições específicas no mundo social, interpretaram e construíram a realidade, dialogando com o contexto efervescente dos anos 50. Após o breve aporte conceitual e historiográfico que se fez, acredita-se que seja possível ao leitor acompanhar as análises que se farão a seguir. Quando necessário, recorrerão-se a maiores complementações para a interpretação dos dados encontrados, edificando arguições em constante diálogo com o estado da arte da ciência histórica. Esse capítulo está dividido em quatro partes. Na primeira, abordar-se-á como o trabalhismo foi representado no *Correio da Manhã*. Na segunda parte, discutirá-se como a mesma doutrina foi apresentada no outro órgão, o *Ultima Hora*. As terceira e quarta partes repetem a mesma estrutura, mas agora analisando as representações do PTB no *Correio* e no *Ultima Hora*, respectivamente.

3.1 O DE LÁ, AUTÊNTICO E DEMOCRÁTICO; O DAQUI, FALSO E CONDENADO: O TRABALHISMO NO *CORREIO DA MANHÃ*.

Já no primeiro contato com as fontes se percebe que o *CM* não era contrário ao trabalhismo. Em diversos materiais, observa-se grandes elogios à doutrina, afinal, segundo Costa Rego, ela traria “*harmonia*” e tomaria “*a sociedade em sua afirmação*”, definindo a “*posição do trabalhador*” e favorecendo “*o equilíbrio entre as classes*”¹¹²

Fez-se elogios ao trabalhismo inglês em vários aspectos, como, por exemplo, seu surgimento e seu funcionamento. Em uma coluna não assinada do dia 03 de fevereiro de 1951, intitulada, não coincidentemente, “Trabalhismo”, o jornal afirmou:

¹¹² “Trabalhismo e comunismo”, *Correio da Manhã*, 03 de julho de 1951, caderno 1, página 4, coluna assinada por Costa Rego.

No trabalhismo autêntico, porém, as coisas se passam de modo inteiramente diverso. Os trabalhadores, grupados livremente em sindicatos, impõem sua vontade por seus representantes no parlamento. São obedecidos e não obrigados a obedecer aos que querem fazer-se passar por seus líderes. São trabalhadores educados na democracia. Na Inglaterra, o Partido Trabalhista é formado pelas Trade Unions. [...] Se Attle é chefe do gabinete, é porque as Trade Unions assim o quiseram. Não foi Attle quem criou as Trade Unions ou o trabalhismo, mas esse que criou Attle. [...] A diferença é, pois, fundamental.¹¹³

O trabalhismo inglês teria surgido, então, através da vontade e da participação dos trabalhadores por meio dos sindicatos, que o jornal faz questão de caracterizar como livres, funcionando de maneira democrática. Essa questão referente ao trabalhismo ser ou não democrático é muito explorada pelo jornal, reaparecendo em outros materiais. Em “Falsos Modernos”, agora de 1953, encontra-se a seguinte definição:

Que é, afinal, o verdadeiro trabalhismo? Pensamos, em primeira linha, no Partido Trabalhista inglês, mas também nos seus companheiros continentais [...]. São partidos fundados com plataforma marxista, mas que – sem confessá-lo – deixam de ser marxistas, dedicando-se à reforma social, em vez de ao culto da revolução, e procurando, dentro da democracia, o equilíbrio entre a produtividade do trabalho e a distribuição do seu rendimento. Eis, em resumo, os princípios do verdadeiro trabalhismo.¹¹⁴

Percebe-se, mesmo que sutilmente, a tentativa por parte do jornal de afastar o trabalhismo inglês, o ideal para o jornal, de ideias que não lhe eram caras, como marxismo e revolução, construindo assim um panorama no qual é perfeitamente cabível reforma social dentro do capitalismo. Conotação interessante, visto as leituras que o jornal fez de seu próprio posicionamento, autoafirmado como liberal. Já em outro material, comentou-se que o trabalhismo inglês foi organizado “*de baixo para cima, e não de cima para baixo*”¹¹⁵. Logo adiante, outro: “*Trabalhismo é democracia, é igualdade de oportunidades e chances iguais para todos*”¹¹⁶. Já no editorial “Educação e trabalhismo”, houve maior desenvolvimento dessa ideia de igualdade de oportunidades:

Trabalhismo, acima de tudo, é a tomada de consciência da importância do esforço humano, vale dizer de todas as formas úteis do trabalho. Trabalhismo é o reconhecimento de que nem todos os homens contribuem igualmente para o progresso social; é a exigência de que o direito de cada um esteja na relação de seus deveres e represente o justo prêmio do esforço, quer se trate de um anônimo trabalhador braçal,

¹¹³ “Trabalhismo”, *Correio da Manhã*, 03 de fevereiro de 1951, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

¹¹⁴ “Falsos Modernos”, *Correio da Manhã*, 13 de novembro de 1953, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

¹¹⁵ “Trabalhismo”, *Correio da Manhã*, 05 de julho de 1953, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

¹¹⁶ “Cexim e o trabalhismo”, *Correio da Manhã*, 26 de março de 1953, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

quer de um capitão de indústria ou de um sábio [ilegível] nos estudos. Essa implantação definitiva do regime do mérito, mais alta forma de justiça social, é compatível com o capitalismo ou com o socialismo, conforme as condições reais da economia de cada país. O que ela exige é a efetiva igualdade de oportunidades.¹¹⁷

Após essa argumentação, ainda no mesmo editorial, expôs-se uma solução para a implantação, no Brasil, do “*verdadeiro trabalhismo*”, que seria pela reforma da educação. Por ela, somente, que poderia se elevar os mais humildes, bem como restringir aqueles que, com maiores condições, não obtivessem mérito para a posição que possuíam.

Em qualquer busca simples sobre o significado da palavra democracia, encontra-se ideias à exemplo de “*Democracia é uma forma de governo que tem como característica básica a escolha dos governantes pelo povo*” (SILVA, SILVA; 2009, p. 89). Esse elogio à participação dos trabalhadores ficou muito claro até o momento, notando-se que era inseparável, para o *CM*, a ideia de trabalhismo e de democracia, afinal, o primeiro funcionaria dentro das bases da segunda. O que se percebe aqui é uma sutileza em relação aos ganhos dessa participação. Quando o jornal afirmava que “*nem todos os homens contribuem igualmente para o progresso social*” e que se exigia que “*o direito de cada um esteja em relação aos seus deveres e represente o justo prêmio do seu esforço*”¹¹⁸, vê-se a possível consideração de que as leis trabalhistas deveriam ser constituídas através, sobretudo, do merecimento. Sendo considerado por parte da historiografia e mesmo se declarando como “liberal”, não surpreende que o jornal defendesse esse “*regime do mérito*”. O que surpreende, nesse caso, é o jornal combinar essas ideias a um elogio ao trabalhismo que promovesse a “*reforma social*” e que equilibrasse produtividade e a distribuição dos rendimentos dessa produção, como afirmado pelo *CM*. Voltar-se-á a esse ponto mais para frente.

Nas análises aqui presentes uma palavra se destaca: verdadeiro (também seguida do seu sinônimo, autêntico). Ao delimitar algo como verdadeiro, evidencia-se que há, então, um outro algo mentiroso, em outras palavras, falso. Uma imitação, que pode se aproximar ou se afastar do verdadeiro, mas que por ser falso carrega a inexatidão, a imperfeição. Seja qual for o objeto de uma retórica, empregar a palavra verdadeiro objetiva diferenciar esse de outros, falsos. Essa forma dicotômica de pensar é inerente ao pensamento humano e é utilizada nos mais variados aspectos, tais como luz *x* sombra, quente *x* frio, bem *x* mal e assim por diante.

Voltando à doutrina trabalhista, em síntese: trabalhismo — verdadeiro — para o *CM*, era participação democrática dos trabalhadores na escolha dos que vão lhe representar na busca

¹¹⁷ “Educação e Trabalhismo”, *Correio da Manhã*, 03 de agosto de 1951, caderno 1, página 4, editorial.

¹¹⁸ *Ibidem*.

pela justeza de direitos. Era também a distribuição desses direitos de acordo com o merecimento de cada trabalhador. Esse trabalhismo verdadeiro estaria perfeitamente aplicado na Inglaterra. Porém, seguindo a lógica, havia um trabalhismo falso, que ainda não foi explicitado nessa escrita. É o que será apresentado agora.

Como resultado da categoria “viés negativo/conduz uma visão de mundo negativa” se obteve 43 ocorrências, sendo estas divididas em 29 colunas não assinadas, 3 colunas assinadas — duas dessas são assinadas por Costa Rego, redator-chefe do jornal — e 11 editoriais. Um fato curioso: nenhum desses resultados referia-se ao trabalhismo inglês, ou ao trabalhismo ideal. Era o trabalhismo brasileiro discutido aqui negativamente, mas discutido como?

Falso e condenado. São as duas subcategorias formuladas a partir dos textos do jornal. A construção da ideia de que o trabalhismo brasileiro seria falso começava pela enunciação de que esse seria “*puramente eleitoral*”¹¹⁹, já que “*não se baseia num corpo de doutrina*”¹²⁰ e porque foi “*reduzido a um simples nome, debaixo do qual se entredevoram correntes e facções*”¹²¹, nome esse que servia de “*vocábulo mágico*” para “*agitações demagógicas*”¹²². A ligação do trabalhismo com a demagogia era algo constante. No editorial “Demagogia e Trabalhismo”, esses elementos se repetiram, unificados:

O trabalhismo brasileiro, tal como existe realmente nos partidos que o têm como rótulo, limita-se a duas coisas: uma intenção e um nome. A intenção é conquistar o poder de qualquer forma e dele extrair todo o proveito pessoal. O nome é o próprio trabalhismo, como vocábulo sonoro e mágico, legitimador de todos os abusos, instrumento eficaz para a demagogia.¹²³

O *vocábulo mágico*, instrumento da demagogia, seria o responsável pelo empobrecimento da população. Vimos que contexto histórico no qual o segundo governo Vargas se inseria foi marcado pela crise econômica e pela inflação. Essa crise foi interpretada pelo jornal como um plano, uma obra do “*trabalhismo brasileiro do sr. Getúlio Vargas*”¹²⁴.

¹¹⁹ “Trabalhismo e oportunismo”, *Correio da Manhã*, 15 de fevereiro de 1951, caderno 1, página 4, coluna assinada por Costa Rego.

¹²⁰ “O comunismo no Brasil”, *Correio da Manhã*, 16 de abril de 1952, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

¹²¹ “Tópicos e notícias – Trabalhismo”, *Correio da Manhã*, 29 de dezembro de 1951, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

¹²² “Educação e Trabalhismo”, *Correio da Manhã*, 03 de agosto de 1951, caderno 1, página 4, editorial.

¹²³ “Demagogia e Trabalhismo”, *Correio da Manhã*, 13 de setembro de 1951, caderno 1, página 4, editorial.

¹²⁴ “Barateamento populista”, *Correio da Manhã*, 11 de março de 1951, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

Instituições econômicas reguladoras, como a COFAP¹²⁵ e a CEXIM¹²⁶ eram vistas como entraves criados pelo trabalhismo, que, não se atendo aos efeitos desestabilizantes dessas instituições, mantinha uma burocracia que subjogava o pobre e favorecia o rico. Comparando as supostas socializações que o trabalhismo inglês faria, o *CM* afirmou que aqui só ocorreria a “socialização da miséria, [...] no sentido de elevar o nível do padrão de vida das massas jamais”¹²⁷. Em “Barateamento populista”, dissertando sobre a criação de classes de corte de carnes, da mais barata para a mais cara, fez-se a seguinte afirmação:

Graças, pois, ao populismo do sr. Getúlio Vargas, o povo que o elegeu vai deixar de comer o feijão de que gosta [...]. Quando tiver sido estabelecido o barateamento geral da vida prometido pelo populismo vitorioso, o povo terá barracão mais barato para morar, e pelanca, osso, broa de milho e feijão amarelo a menor preço. Quanto aos cidadãos mais abastados e felizes, comerão livremente o melhor file, o melhor pão [...] O trabalhismo brasileiro do sr. Getúlio Vargas terá coroado sua obra quando cada brasileiro fôr colocado no seu lugar: o rico cada vez mais rico lá em cima, o pobre cada vez mais pobre cá em baixo.¹²⁸

Em outra coluna — “O Consôlo de Seul” —, de 1952, comparou-se o Rio de Janeiro com a cidade de Seul, abalada pela guerra:

A United trouxe ontem a notícia de que em Seul, na Coréia, o custo de vida, de julho do ano passado para cá, aumentou 120%.

Seul é uma cidade duramente castigada pela guerra. [...] No Rio, apenas bombardeada pela demagogia oficial, cujas investidas suporta ao ouvir os discursos do trabalhismo caboclo, a elevação do custo de vida, em igual período, foi mais ou menos semelhante. É um ponto de vista em que Seul talvez se console...¹²⁹

Assim, ligava-se o trabalhismo a uma política de Estado que estaria sendo prejudicial à população e ao desenvolvimento econômico do país. Esses resultados, porém, não iriam

¹²⁵ Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) foi uma instituição criada em 1951 para controlar a distribuição de itens de necessidade para a população. Pela intervenção estatal, garantia a entrada e a disposição desses bens. Fonte: COMISSÃO Federal de Abastecimento e Preços (COFAP). In: ACERVO do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-federal-de-abastecimento-e-precos-cofap>. Acesso em: 16 jun. 2021.

¹²⁶ Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM) foi criada em 1941 e reconstituída no Segundo Governo Vargas como forma de controlar a importação e exportação, que estavam desequilibradas devido ao déficit público. Fonte: CARTEIRA de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM). In: ACERVO do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/carteira-de-exportacao-e-importacao-do-banco-do-brasil-cexim>. Acesso em: 16 jun. 2021.

¹²⁷ “Trabalhismo”, *Correio da Manhã*, 21 de junho de 1951, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

¹²⁸ “Barateamento populista”, *Correio da Manhã*, 11 de março de 1951, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

¹²⁹ “Tópicos e notícias – O consôlo de Seul”, *Correio da Manhã*, 10 de fevereiro de 1952, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

perdurar por muito tempo, estando o trabalhismo no Brasil “*condenado*”. Era o que dizia a coluna não assinada “Trabalhismo Prático”:

Mas o Brasil trabalhista, paraíso de um burocratismo arrogante e convencido, não precisa de fórmulas: resolve os problemas científicos por meio de uma portaria. [...] os salários acompanharão os preços, descendo e desmentindo, praticamente, êsse trabalhismo condenado.¹³⁰

Em 1953, junto a essas afirmações de trabalhismo como demagógico, empobrecedor e, portanto, condenável, começou a perceber-se denominações do trabalhismo brasileiro como falso. Já em 21/03/1953, na coluna não assinada “Responsabilidade”, apelava-se para que o “*presidente da República comece por descontentar o falso trabalhismo que o cerca, repondo os serviços portuários na ordem e na disciplina que lhe faltam*”¹³¹.

Na mesma coluna, “Falsos Modernos”, em que, como se viu anteriormente, o jornal fez definições sobre “verdadeiro” trabalhismo, utilizou-se dessa significação para comparar com o trabalhismo brasileiro, em que

Os nossos trabalhistas não podiam deixar de ser marxistas; não porque nunca foram, mas porque desconhecem a doutrina. [...] Não tendo sido nunca revolucionários, os nossos trabalhistas tampouco precisavam abandonar o culto da revolução. Em vez dêle, dedicam-se ao culto personalista, totalmente alheio ao trabalhismo democrático. [...] Trabalhismo, no Brasil, é, portanto, o contrário do que deveria ser. É um nome falso.¹³²

Alguns dias antes foi publicado um editorial em que, criticando a “*sediça, bolorenta e ineficiente*” política de reforma social de Vargas, dizia-se que o presidente consumaria a reforma agrária, se o seu trabalhismo não fosse uma mistificação:

O sr. Getúlio Vargas já explorou até o último furo os frutos hoje perros de sua cidadina política social. Já não lhe adiantam mais para nada as tiradas demagógicas do sr. João Goulart. **Os operários acham-se suficientemente esclarecidos de que lhes estão arrancando um dinheiro regularmente bom através de penosas contribuições [...].** Em suma: o sr. Getúlio Vargas não quis, ou não pôde encaminhar a sua *sediça, bolorenta e ineficiente* política de reforma social, demasiadamente inoperante nas cidades, em direção aos campos, onde o capitalismo não chegou a entrar, porque o que nêles existe é o feudalismo dos latifúndios. **A reforma agrária seria o segundo passo da política trabalhista do sr. Getúlio Vargas, se realmente o seu trabalhismo não fosse uma simples mistificação.**

[...] **Em vez de política social séria, política que vise ao mesmo tempo que ao progressivo enriquecimento nacional, a sua distribuição mais equitativa, e que só será possível pela desproletarização das massas transmitindo-lhes o sentido**

¹³⁰ “Trabalhismo prático”, *Correio da Manhã*, 26 de abril de 1951, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

¹³¹ “Responsabilidade”, *Correio da Manhã*, 21 de março de 1953, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

¹³² “Falsos Modernos”, *Correio da Manhã*, 13 de novembro de 1953, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

profundo do direito de propriedade, o que se observa é a degradação das mesmas pelo engodo de uma série de autarquias irresponsáveis, ávidas pelos salários inflacionados que as massas percebem nas cidades.¹³³

Muitos são os elementos chamativos nesse editorial. Primeiro, a crítica a uma política social que ainda não se desenvolveu em direção ao campo, atrelando esse equívoco às “*tiradas demagógicas*” de João Goulart, seu ministro do Trabalho e presidente do PTB nacional. Em segundo lugar, aqui surgem novamente elogios, ou pelo menos simpatias, a uma “*política social séria*”, que equilibre “*progressivo enriquecimento nacional*” atrelado a “*sua distribuição mais equitativa*”, propondo para isso o que o jornal chama de “*desproletarização das massas*”, na qual se incentive a noção do direito de propriedade. Além disso, chama atenção que essa política social seria, para o *CM*, envolvida à reforma agrária. Alguns materiais encontrados melhor elucidam essa visão. O primeiro deles é uma coluna não assinada que aparecia algumas vezes no jornal, sob o título “Imagens do...[que se queria comentar]”. Esse material específico foi intitulado de “*Imagens do Trabalhismo: Loteemos o Brasil*”, fazendo enormes críticas à reforma agrária:

Vem aí a reforma agrária; vem do sul, nas asas do minuano.[...] trigo e arroz matarão a fome geral. Geral? **Primeiro, matemos a fome dos trabalhadores**, que tendo feito um presidente não lograram fazer um govêrno, e andam por aí tão enfezados, tão oposicionistas de si mesmos. [...] **êsse lotinho privilegiado caberá, digamos, a um deputado do PTB que jamais tenha brigado com seus irmãos de credo, ou pronunciado nunca a menor blasfêmia ou discurso.** [...] tire de uns para dar a outros, de todos para dar a alguns, **sempre sob critério partidário** [...] um **cabo eleitoral a ocupará**, dela fazendo a Ilha Verdejante, em que o petebismo plantará suas couves-monstro. Praquê vai a Marinha guardar essas coisas sem préstimo, **quando há fome no PTB** e o mundo espera nossa reforma agrária? [...] ¹³⁴

Percebe-se que o *CM* imputava aos projetos de reforma agraria do governo um caráter, essencialmente, voltado para a politicagem, em que se planejava algo pelo aparente bem comum, mas que, na verdade, suas intenções eram outras, como adquirir vantagens partidárias do processo de redistribuição das terras. Assim, não quem merecia receberia lotes, mas os petebistas, “ávidos” por obter seus próprios interesses, à revelia da sociedade. Essa tônica se repetiu em um segundo material, que afirmou não se importar o Partido Trabalhista com os trabalhadores, mas somente com o aumento dos ganhos próprios:

¹³³ “O engodo da política social”, *Correio da Manhã*, 06 de novembro de 1953, caderno 1, página 4, editorial.

¹³⁴ “Imagens do Trabalhismo [...]”, *Correio da Manhã*, 05 de março de 1954, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

[...] o PTB, que se arvora em defensor dos trabalhadores, não teve um gesto, uma atitude, uma iniciativa que viesse corrigir o descalabro. As “iniciativas” que surgem são as do tipo do sr. Arthur Audrá: quer mais um instituto para acabar de aniquilar com as últimas reservas de que dispõe o esquecido habitante do interior. **Obra de amparo e proteção ao homem do campo seria a reforma agrária, a desapropriação por interesse social, já consubstanciada em projeto que dorme numa comissão, sob o desinteresse do PTB.**¹³⁵

Interessante notar nesse último material que, ao contrário do que se poderia supor, devido ao jornal se declarar “liberal” e a historiografia¹³⁶ endossar essa afirmação, o *CM* não era contra planos de reforma agrária. Sua oposição era pela aplicação política dos propósitos do projeto. Mais especificamente, era contra que essa reforma fosse feita sob a direção de um trabalhismo ludibriador, voltado à manipulação. Entretanto, o jornal foi claro em ligar uma reforma agrária digna como forma coerente de amparar os trabalhadores do campo. Esse resultado converge com as pesquisas de Martins (2010), que percebe a grande imprensa carioca do Segundo Governo Vargas desenvolvendo estratégias argumentativas que lhes afastam dos preceitos liberais.

Outro ponto anterior ainda não debatido é a noção emitida pelo jornal de que os trabalhadores estariam “esclarecidos”, percebendo a mistificação promovida pelo trabalhismo. Mistificação¹³⁷, palavra que de primeiro momento parece significar uma ação mágica ou mística. Ao explorar um pouco mais profundamente seu significado, percebe-se que se refere à enganação. Enganação, por sua vez, pressupõe enganar a alguém. Pressupõe, também, certa passividade por parte do sujeito que foi enganado, afinal, não se escolhe ser enganado, apenas enganar.

No editorial “Ilusões e decretos” é realizada a junção desses dois adjetivos:

Agora, entre nós, um agente do petebismo quer o congelamento dos preços por uma lei. Isto convém excelentemente ao governo, que terá legislado com aparência de interesse popular [...]. Para o povo, no entanto, a consequência seria apenas esta: a fuga dos gêneros do mercado normal e a criação de um mercado negro, com preços ainda mais altos. Mas não será a êste resultado mesmo que desejam chegar os agentes do petebismo governamental para daí tirar a matéria destinada a uma agitação cada vez maior em favor do seu falso e mistificador trabalhismo?¹³⁸

¹³⁵ “Tópicos e Notícias – Mais um”, *Correio da Manhã*, 11 de abril de 1954, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

¹³⁶ Ribeiro (2007).

¹³⁷ Fonte: MISTIFICAÇÃO. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. [Online, 2008-2021]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/mistifica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 27 jun. 2021.

¹³⁸ “Ilusões e decretos”, *Correio da Manhã*, 28 de maio de 1954, caderno 1, página 4, editorial.

Ou seja, não cabe aqui julgar se a política de Vargas foi positiva ou negativa nos aspectos apontados pelo jornal, apenas notar que, para o *CM*, eram negativas. Todas essas configurações, relacionadas ao contexto econômico e social do Brasil, eram vinculadas pelo periódico como consequências da aplicação errônea do trabalhismo brasileiro, dessa imitação feita sob o objetivo de perpetuar o poder, enganando certas parcelas sociais para tal. Não é preciso muitos questionamentos, sabemos que as parcelas ditas enganadas, que apoiaram o trabalhismo tanto em 1945, quanto em 1950, eram as classes trabalhadoras. À elas geralmente era creditado escolhas mal pensadas, ou iludidas. Essa visão passiva revela um pouco mais do pensamento conservador que era presente no jornal, comentado anteriormente. Dentro dos materiais referentes ao trabalhismo e ao PTB é impossível não perceber uma discussão não muito definida, mas muito repetida, sobre consciência ou inconsciência das “massas”, o que nos leva a seguinte questão: será, mesmo, que a população, ou melhor as classes trabalhadoras, foram enganadas por esse falso e/ou mistificador trabalhismo?

Enganados ou não, o *CM* fez um constante esforço de afirmar, em “Cexim e o Trabalho”, que

O povo anda alerta e com a inteligência muito aguçada. Está percebendo muito mais do que as elites as graves injustiças sociais que estão sendo cometidas por este governo. Quando se fala a esse povo das vantagens da “legislação social do presidente Vargas”, ou ele vira as costas ou faz um gesto significativo de desprezo. O povo não quer mais saber de leis sociais [...] O que o povo quer, em suma, é que lhe deixem trabalhar em igualdade de condições com os privilegiados que o sr. Getúlio Vargas continua criando nesse país.¹³⁹

Já em outra coluna, ao comentar sobre uma reunião de cidadãos dos municípios de Araxá e França (SP), para a construção de uma ponte, o jornal foi enfático em dizer que a reunião foi “*séria. Nada de balbúrdia, demagogia, de populismo e, sobretudo, nada desse estrabismo que o trabalhismo getulista insiste em criar em certos meio, deturpando o interesse coletivo*”¹⁴⁰ e que “*O povo encontra-se hoje suficientemente lúcido para perceber de onde lhe está vindo a miséria*”¹⁴¹.

É como se o jornal, por meio dessas críticas, colocasse-se como representando a “opinião pública”, no momento desgostosa com o desenvolver do governo nas situações econômicas e sociais. Porém, o *UH* também se punha como representante, se não da opinião

¹³⁹ “Cexim e o trabalhismo”, *Correio da Manhã*, 26 de março de 1953, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

¹⁴⁰ “Rodovia indispensável”, *Correio da Manhã*. 03 de setembro de 1953, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

¹⁴¹ *Ibidem*.

pública, pelo menos das classes populares. Sendo assim, a nossa hipótese era de encontrar, na exploração do jornal em relação ao trabalhismo, elementos que colaborassem para defesa desse projeto, discutindo-o e esclarecendo-o. O trabalho de campo, no entanto, forneceu indícios que nos afastaram das nossas hipóteses.

3.2 SINÔNIMO DE PTB OU ABRIGO DE PELEGOS: O TRABALHISMO NO *ULTIMA HORA*.

Esperava-se, logo no início da pesquisa, encontrar um intenso debate sobre trabalhismo no *UH*. Em um mapeamento inicial, ainda sem definições de espaços e de triagens, encontrou-se resultados quantitativos expressivos, o que estimulou a curiosidade sobre como ocorria esse debate no jornal de Samuel Wainer. Após a fase de preparação das informações, porém, foi difícil não descartar quase todos os materiais. Além de, nos espaços escolhidos, haver menos ocorrências, as existentes são, quase todas, de caráter descritivo. Fez-se, então, a triagem dos arquivos, conforme os critérios conhecidos, e aplicados a ambos os jornais, o que resultou em surpreendentes 22 fontes.

Dos 22 documentos, a categorização estabeleceu como positivas 20 ocorrências. Não é de se surpreender. Considerando a linha editorial do jornal como favorável ao nacionalismo e a proposta do jornal de ser um intermediário¹⁴² das reivindicações populares, o raciocínio por dedução lógica faria a conclusão de que, muito provavelmente, o jornal seria a favor de uma doutrina que prezasse pelos direitos operários. Realmente, isso aconteceu, mas não da maneira que se imagina ao pensar num jornal como o *UH*, que, designando-se como popular, procurava muitas vezes facilitar as discussões e as ações políticas para a população menos esclarecida intelectualmente.

Dessas 20 ocorrências, tentou-se perceber que sentido de trabalhismo o *UH* construía, para então estabelecer uma comparação entre as visões de trabalhismo do *UH* e do *CM*. Separou-se as ocorrências positivas em dois grupos: a) trabalhismo positivo como doutrina (*UH-TRAB=POS-C.DOU*); e b) trabalhismo positivo como partido (*UH-TRAB=POS-C.PART*).

¹⁴² Padovani (2016).

Como doutrina, os resultados foram escassos, apenas 7 ocorrências. A primeira, de 31/07/1951, é em uma reportagem não assinada¹⁴³ chamada “*O superfluo em mão de poucos gera a falta no lar de muitos*”, sobre o discurso de Pasqualini no palácio Monroe, sede do Senado, relativo a Salgado Filho, petebista falecido há cerca de um ano. Dissertando o senador em torno das condições necessárias para ser um trabalhista, este disse não estar incluso “*ser operário ou trabalhador assalariado e, sim, ter a convicção dos ideais trabalhistas e a disposição de lutar pela sua realização*”¹⁴⁴. Então, Pasqualini estabeleceu alguns preceitos sobre a doutrina, ideias que não foram comentadas ou apoiadas pelo jornal, diretamente, apesar do título ter expresso como sentença a fala de Alberto Pasqualini. Segue a citação:

Definiu, então, o sr. Pasqualini, o que é o trabalhismo. Teórico do PTB, apelidado por muitos como o Lasqui brasileiro, o senador gaúcho aproveitou a deixa e doutrinou: “O Trabalhismo é um conjunto de postulados no campo social e um sistema de soluções no campo econômico, tendo como objetivo precípua **melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras, pela eliminação crescente de todas as formas de exploração e pela realização da justiça social**. A tendência trabalhista se traduz na compreensão, no sentido fundamental da evolução humana. E a história nos revela que essa evolução é um processo de **nivelamento econômico**”.¹⁴⁵

Interessante notar aqui a relação feita por Pasqualini, e explicitada no *UH*, sobre o trabalhismo ser uma doutrina de postulados sociais, mas que implicava em soluções no campo da economia. Ou seja, muitos dos debates sobre trabalhismo envolviam também debates sobre a questão econômica, que para Pasqualini perpassariam a necessidade de nivelamento econômico da população, em um país que, sabe-se, é historicamente desigual. Mais do que observar que trabalhismo implicava discutir economia, vale questionar quais os tipos de propostas econômicas eram destacadas nas páginas desses dois jornais. Outro detalhe é, no *UH*, transparecer ao discurso de Pasqualini como sendo o trabalhismo contra todas as formas de exploração. Não se conseguirá e nem se pretende aqui fazer uma grande discussão sobre como cada jornal via e construía a visão de exploração do trabalhador. A questão aqui é, prioritariamente, observar o que os jornais destacaram ou não sobre trabalhismo, pois essas interpretações se aproximam da ideia de “*apropriação*”¹⁴⁶. Assim, sejam ideias de Pasqualini, sejam dos teóricos ingleses, as definições dos jornais revelam muito do que os periódicos

¹⁴³ No *UH*, muitas reportagens eram assinadas, tendo especial destaque as reportagens de Humberto Alencar. Por conta dessa informação, optou-se por diferenciar reportagens assinadas de não assinadas.

¹⁴⁴ “O superfluo em mãos de poucos gera a falta no lar de muitos”, *Ultima Hora*, 31 de julho de 1951, caderno 1, página 3. Reportagem não assinada.

¹⁴⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁶ Chartier (1990).

entendiam e queriam dar a entender sobre a doutrina. Para o momento, basta observar como o *CM* ressaltou no trabalhismo verdadeiro elementos referentes a harmonia entre classes, ação doutrinária, etc. O que foi ressaltado nos textos do *UH*?

Ainda sobre trabalhismo como doutrina, o outro material é uma entrevista com Peregrino Junior¹⁴⁷, na qual lhe questionaram sobre o que pensava de um partido trabalhista no Brasil, ao que Junior respondeu ver positivamente, desde que tivesse um “*programa estruturalmente trabalhista, isto é, um programa sólido, claro, objetivo, que condense as ideias atuais das massas trabalhadoras, sem flutuações demagógicas e sem acomodações nas circunstâncias*”¹⁴⁸. Para isso, sugeriu seguir como base os princípios do trabalhismo inglês. No terceiro material, entrevista com Eurípedes de Menezes, presidente da ação arquediocesana, na qual ele defendeu ser a Igreja Católica a pioneira nos direitos sociais do trabalhador, com a *rerum novarum* e as corporações de ofício. Comentando, então, sobre o “*trabalhismo cristão*”:

Responde a democracia cristã, o trabalhismo cristão: “Todos proprietários, em nome da dignidade da pessoa humana, da liberdade e da estabilidade da família”. Eis delineados alguns dos muitos aspectos revolucionários da ordem social cristã, que numa concatenação lógica nos leva obrigatoriamente, cristãmente, à luta contra a plutocracia, para uma distribuição mais equitativa dos bens, segundo as exigências da Justiça Social¹⁴⁹.

As demais 4 ocorrências foram no sentido de trabalhismo como uma doutrina partidária (do PTB) ou na qual Jango e/ou Vargas eram expoentes. A mais significativa delas é uma reportagem não assinada que reproduz a carta escrita pelo próprio Samuel Wainer, dono e editor do *UH*, lida por Fernando Ferrari na Câmara dos deputados, na qual eram respondidas acusações feitas por Aliomar Baleeiro¹⁵⁰. Wainer, sobre sua ligação com Vargas, dizia que “*só encontrei motivos para fortalecer a minha fé, minha confiança na democracia, que foi a grande bandeira do líder do trabalhismo brasileiro naquela memorável campanha eleitoral*”¹⁵¹. A importância desse material se dá tanto pelo conteúdo presente, quanto, principalmente, pelo fato de ser um posicionamento do próprio dono e definidor da linha editorial do jornal. Já na

¹⁴⁷ Intelectual brasileiro, médico, jornalista e, na época, membro da Academia Brasileira de Letras.

¹⁴⁸ “Peregrino Junior Propõe ao PTB Seguir o Modelo do Trabalho Britânico”, *Ultima Hora*, 18 de junho de 1952, caderno 1, página 3, entrevista com Peregrino Junior.

¹⁴⁹ “A igreja contra o salário e pela participação nos lucros”, *Ultima Hora*, 15 de setembro de 1952, caderno 1, página 3, entrevista com Eurípedes de Menezes.

¹⁵⁰ Deputado federal pela UDN e integrante da chamada “Banda de Música” do partido (ala essa que fazia as mais ferozes críticas ao governo Vargas e seus coligados), Aliomar Baleeiro proferiu uma série de acusações na Tribuna da Câmara sobre as ligações entre o *Ultima Hora* e o Banco do Brasil, no conhecido escândalo de empréstimos que levou a CPI da *Ultima Hora* e a CPI da Imprensa.

¹⁵¹ “Wainer responde a Baleeiro: ‘Tudo não passa de refalsada mentira’”, *Ultima Hora*, 06 de junho de 1953, caderno 1, página 3, reportagem não assinada.

coluna “*O dia do presidente*”, comentando-se sobre a reunião de petebistas com Vargas, após a Convenção Nacional do partido, descreveu-se que Vargas “*também aduziu novos conceitos sobre a importância que empresta à missão do partido no quadro político do país e o verdadeiro sentido dessa ‘revolução em marcha’ que é o trabalhismo nacional*”¹⁵². Ou seja, até pode-se entender trabalhismo nesses materiais como doutrina, mas percebe-se a ligação com o fato de que era, para o *UH*, uma doutrina ligada ao PTB.

Nas outras 13 ocorrências, quase que descritivas, não teriam prejuízo de sentido se fosse substituída, na leitura, a palavra trabalhismo por PTB. Utilizaram-se do termo como um sinônimo do partido para noticiar e comentar sobre as questões partidárias. É evidente esse sentido quando dissertaram sobre a vitória do PTB nas eleições municipais gaúchas (1951) ou sobre as ações de João Goulart como presidente reeleito do PTB nacional (1953). Na primeira, uma entrevista com João Goulart sobre o ocorrido, escreveu-se como cartola “*Fala o comandante do trabalhismo gaúcho*”¹⁵³, para em seguida Goulart responder “- *O PTB saiu amplamente vitorioso do pleito municipal do Rio Grande do Sul.*”¹⁵⁴. Nessa época, Goulart era secretário do interior do Estado do Rio Grande do Sul e trabalhou intensamente na campanha do PTB para prefeituras dos municípios gaúchos. Já em 1953, na Convenção Nacional do partido, João Goulart foi reeleito presidente do PTB, o que foi noticiado com outra cartola especial: “*Unanimidade em Torno do Dirigente Nacional do Trabalhismo – Louvores ao Intenso Trabalho de Arregimentação Partidária e ao Cunho Doutrinário de Que se Revestem Atualmente as Atividades do Partido [...]*”¹⁵⁵. Mais claro que isso, somente na reportagem assinada por Humberto Alencar, chamada “*Começou em Minas a Revolução do PTB*”. Ao explicar sobre o crescimento do partido no cenário político mineiro, dizia Alencar:

Não há dúvida de que a orientação do Sr. João Goulart à frente do PTB está produzindo os melhores resultados políticos para a agremiação. Já agora os círculos políticos começam a ver no trabalhismo uma força uniforme, que sabe o que quer e para onde vai. Sentem que o PTB está provocando a sua renovação e, mais do que isso, é uma revolução em marcha na paisagem política deste país¹⁵⁶.

¹⁵² “O dia do presidente – Um instrumento da luta de renovação econômica e social do país”, *Ultima Hora*, 23 de maio de 1952, caderno 1, página 3, coluna não assinada.

¹⁵³ “O povo nos confiou a maioria dos municípios e todos os redutos de nossos adversários”, *Ultima Hora*, 29 de novembro de 1951, caderno 1, página 3, entrevista com João Goulart.

¹⁵⁴ *Ibidem*.

¹⁵⁵ “Reeleição de João Goulart”, *Ultima Hora*, 19 de março de 1953, caderno 1, página 3, reportagem não assinada.

¹⁵⁶ “Começou em Minas a revolução do PTB”, *Ultima Hora*, 09 de junho de 1953, caderno 1, página 3, reportagem de Humberto Alencar.

Nenhuma grande discussão sobre o trabalhismo. Vê-se duas possíveis razões para esse silenciamento. A primeira, mais objetiva e material, refere-se às características próprias do *UH*. Como dito antes, o *UH* era um jornal de sua época. Surgindo na esteira da modernização da imprensa, nos anos 50, com amplas adoções de medidas inovadoras e com a influência anglo-saxã absorvida por Wainer nos Estados Unidos, seguiu-se a linha norte-americana de construir a importância dos seus serviços jornalísticos pelos conceitos de objetividade e de neutralidade e, por isso, o jornal optava por não fazer uma apologia direta à doutrina trabalhista, ficando suas opiniões de forma mais implícita – mas sempre presentes, afinal não há como eliminar qualquer traço de subjetividade no meio jornalístico, assim como no meio historiográfico. Junto a isso, o *UH* se divulgava como um jornal popular – apesar de, analiticamente, ser multiclassista¹⁵⁷. Por conta disso, é provável que não interessasse ao jornal fazer grandes discussões conceituais, com referências à grandes intelectuais e aos debates políticos, partindo o jornal para uma discussão mais concreta, pautada na realidade diária do país. Isso pode ser notado também na rápida leitura de alguma das edições do *UH*: era um jornal, pelo menos no período trabalhado aqui, voltado para notícias e reportagens nacionais, além dos espaços de entretenimento. Evidentemente, existiam muitas notícias internacionais, mas não se pode dizer que havia o mesmo espaço dado a esses assuntos em comparação com o *CM*, por exemplo. Portanto, discussões mais amplas que envolvam conceituações e comparações doutrinárias poderiam não ser o objetivo do jornal.

A segunda possibilidade, agora de caráter mais implícito, era o fato de o *UH*, como linha editorial, entender trabalhismo diretamente como Vargas e sua estrutura partidária, no caso, o PTB. Por isso não se fazia grandes discussões, afinal não há motivos para se questionar, definir-se e diferenciar-se algo que estava consolidado na ideia geral, ou que se *queria* ter como consolidado. Trabalhismo e PTB eram a mesma coisa, ou, pelo menos, como força organizada por Vargas e materializada no PTB, sendo simbolizada por esses e pelos getulistas. Assim, adotaria-se uma visão de trabalhismo nacional como de fato ela foi: projeto de incorporação dos trabalhadores na política brasileira através de uma representação corporativa e controlada (GOMES, 1994), mas sem as conotações e implicações negativas que os críticos do governo Vargas lhe imputariam, ou seja, de que seria uma forma demagógica de controle das camadas populares, iludidas ou enganadas (a exemplo do que se viu no *CM*). Isso não significa, entretanto, que o *UH* não fez também sua diferenciação de um trabalhismo que fosse falso. Apesar de rápido e, pelo menos no corpus documental aqui presente, reduzido, há uma fonte

¹⁵⁷ Ribeiro (2007).

em que se encontra o termo “falso trabalhismo”. Este era vinculado, surpreendentemente, a uma figura do Partido Trabalhista. Na coluna não assinada “*Rebelam-se os sindicatos contra os ‘pelegos’*”, encontrou-se referências a um Ministério do Trabalho que não serviria aos trabalhadores, mas que continuava sendo “*Pôrto Seguro Para os Profissionais do Falso Trabalhismo*”. Segundo o jornal:

Perduram e continuam dominando o Ministério do Trabalho os mesmos métodos de falsificação do trabalhismo e predominam os mesmos semblantes sinistros dos aproveitadores do Fundo Sindical e de quanta verba possa aparecer para a mesma categoria de roedores. [...] ¹⁵⁸.

Como melhor explicitado na contextualização, Vargas, ao assumir o governo, optou pela proposta de “Conciliação Nacional”, por meio do chamado “Ministério da Experiência”. Alijando o PTB do espaço que esse partido acreditou receber, já que Vargas se elegeu pela sua legenda e o Partido Trabalhista Brasileiro se dedicou de forma intensa em sua campanha eleitoral junto aos sindicatos, Vargas distribuiu as pastas ministeriais até mesmo para partidos de oposição, à exemplo de João Cleofas, da UDN, no Ministério da Agricultura. O objetivo era conseguir ampla maioria parlamentar que aprovasse seus projetos. Recebendo o PTB apenas o Ministério do Trabalho, esse era o único meio de participação mais direta do partido no governo. Como, então, essa pasta estaria estimulando o falso trabalhismo? Parece uma situação contraditória, visto que, para o UH, trabalhismo era sinônimo de PTB, não se fazendo críticas à doutrina, mas essa situação se torna menos incomum se buscarmos na historiografia maiores informações sobre esse período do MTIC.

Após a renúncia de Danton Coelho, outra personagem que se irá analisar no capítulo dedicado às personalidades do PTB, o Ministério do Trabalho foi assumido em 1951 por Segadas Viana, petebista, ex-diretor do Departamento Nacional do Trabalho e, inclusive, um dos formuladores da CLT¹⁵⁹. A autora Lucília Delgado, na sua célebre obra sobre o PTB¹⁶⁰, demonstra como Viana, assumindo seu cargo em um período de forte instabilidade econômica e social, com o aumento crescente das reivindicações do movimento sindicalista, adotou uma postura ambígua. Ao mesmo tempo em que tomava medidas de cunho liberalizante, como o fim do atestado de ideologia e a promoção de eleições para estabelecer as liberdades sindicais,

¹⁵⁸ “Rebelam-se os sindicatos contra os “Pelegos”, *Ultima Hora*, 10 de outubro de 1952, caderno 1, página 3, coluna não assinada.

¹⁵⁹ Delgado (2011).

¹⁶⁰ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964). São Paulo: 2 ed. LTr, 2011.

bem como medidas assistencialistas, Viana também reprimia brutalmente as manifestações, com vigilância aos sindicatos e acionando “*os serviços de informação do Ministério do Trabalho, usados durante o Estado Novo e o governo Dutra, visando ao controle direto e sistemático das lideranças sindicais*” (DELGADO, 2011, p. 110).

O discurso presente no *UH* tentou separar da figura de Vargas essa atuação que se chamará, por enquanto, de inescrupulosa, dado que reprimia aqueles que deveriam ser ouvidos, no caso, os trabalhadores. De acordo com o jornal, enquanto Vargas estimulava a sindicalização em massa para um movimento “*ordeiro*”¹⁶¹ de trabalhadores, Segadas Viana continuava mantendo dentro do ministério o clima de peleguismo e de “*pequena intriga*”¹⁶² que o invadiu a partir de 1945:

Enquanto Vargas Prega a Sindicalização e o Expurgo Dos “Pelegos” e Parasitas da burocracia Corrompida do Ministério do Trabalho, o sr. Segadas Viana Releva-se Incapaz de Cumprir o Programa do Presidente – Devolver Aos Trabalhadores a Confiança no Ministério do Trabalho, Missão em Que o Ministro Falhou¹⁶³.

E também:

Um ano e meio depois de se encontrar à frente da pasta do Trabalho – setor fundamental do govêrno e órgão decisivo no cumprimento da sua política – o Senhor Segadas Viana oferece a triste revelação de sua total insuficiência para realizar a política de renovação dos quadros dirigentes e de fortalecimento da classe trabalhadora do país. E a incapacidade tanto mais se torna gritante quanto é notório que o operariado clama por esta renovação – coincidente com os apelos do presidente da República [...]. [...] o senhor Segadas Viana, sucumbido sob a inércia e a sabotagem reinante no Palácio do Trabalho, demonstra não compreender que o Presidente não deseja ver os seus pensamentos limitados às palavras, mas quer vê-los traduzidos por atuação dinâmica e realizadora. [...]¹⁶⁴.

Assim, o texto esclarecia que se iniciava, no “*maior centro operário do país, o processo, de há muito ansiado pelos trabalhadores, de identificação e repulsa aos chamados ‘pelegos’, que infestam, debilitam e adulteram o sindicalismo brasileiro*”¹⁶⁵, início esse dado por metalúrgicos de São Paulo, que teriam expulso falsos líderes de seus sindicatos. Relendo essas informações, concebe-se que os trabalhadores estariam agindo de modo a expurgar todo aquele que não servisse aos verdadeiros interesses trabalhistas. O *UH*, por sua vez, não critica a doutrina trabalhista, mas expõe as falhas na aplicação do trabalhismo, que estariam contidas na

¹⁶¹ “Rebelam-se os sindicatos contra os “Pelegos”, *Ultima Hora*, 10 de outubro de 1952, caderno 1, página 3, coluna não assinada.

¹⁶² *Ibidem*.

¹⁶³ *Ibidem*.

¹⁶⁴ *Ibidem*.

¹⁶⁵ *Ibidem*.

atuação inescrupulosa de Segadas Viana, repudiada pelos trabalhadores. Primeiro, gostaríamos de apontar nesses dados uma visão mais ativa das classes populares, não estando enganadas ou ludibriadas, o que irá reforçar-se em outros materiais, referentes às distintas análises presentes nessa dissertação. Em segundo lugar, desejamos questionar se essa atuação “inescrupulosa” era descolada da orientação governamental. O *UH* insistia em marcar, como vimos, a política de Segadas como distinta e fugindo das determinações de Getúlio Vargas. Dada a iminência da greve dos marítimos, em 1953, problema ainda sob gerência de Viana, um trecho da coluna “O dia do Presidente” dizia que Vargas, ao saber da intervenção policial nos sindicatos, afirmou que “*As reivindicações dos trabalhadores não podem ser consideradas como simples caso de polícia*”¹⁶⁶. Esse trecho ainda explicitava do que se tratou a reunião do ministro com Vargas e comentava as queixas dos trabalhadores sobre os abusos do Ministério do Trabalho. Porém, é questionável como um ministro poderia tomar medidas tão incoerentes com a política oficial, supostamente sem o conhecimento – e a permissão – do Presidente. A historiografia indica que, se não todas, pelo menos algumas dessas medidas de controle eram parte de um objetivo maior do governo.

Também em 1953 é criada a Petrobras. Projeto inicialmente formulado por Vargas para ser composto por economia mista (participação estrangeira e nacional), foi reformulado após intensas campanhas que mobilizaram o país em torno da proposta do monopólio estatal sobre o petróleo brasileiro. Essas campanhas, segundo Delgado (2011), foram um indício de que a participação das camadas médias e populares, de forma autônoma, estava se acentuando e de que não seria possível mais, nesse contexto, tomar decisões à revelia dessas. Assim, entre 1952 e 1953, com a crescente reivindicação popular e a eclosão de inúmeras manifestações quanto à crise econômica que assolava o país, mais especificamente ligadas ao alto custo de vida e os desajustes salariais, tanto o PTB perdia a sua função de intermediário de uma mobilização controlada dos trabalhadores, quanto crescia o perigo das manifestações se sobrepujarem à capacidade do governo de atendê-las e atenuá-las. Esse perigo era, inclusive, refletido na oposição desencadeada pelas classes conservadoras e industriais, que viam nesse desarranjo a quebra da manutenção dos seus interesses.

Bodea (1992), analisando o processo de formação das ideias trabalhistas no Brasil, aponta a influência do pensamento do PRP, Partido Republicano Rio Grandense, na trajetória

¹⁶⁶ “O dia do presidente – ‘As reivindicações dos trabalhadores não são casos de polícia’”, *Ultima Hora*, 12 de junho de 1953, caderno 1, página 3, coluna não assinada.

política de Vargas. Já nos discursos do partido, de inspiração positivista, surgem elementos como incorporação do proletariado na sociedade e paz social por meio da ordem. Então,

A influência do positivismo sobre as lideranças trabalhistas gaúchas teria, portanto, um efeito de certa forma ambivalente sobre o projeto político implementado a partir de 1930 e, sobretudo, de 1945: por um lado, se busca organizar e mobilizar o proletariado – e o conjunto das massas subalternas – na defesa de seus “legítimos direitos” e na sua incorporação organizada na estrutura social, superando o enfoque reacionário dado à “questão social” durante a República oligárquica. Por outro, a busca da “justiça social” vincula-se à idéia da atuação do Estado como árbitro, articulador de um compromisso social que levaria a uma integração harmônica das “classes produtoras” em cima de um projeto de progresso econômico e social. (BODEA, 1992, p. 185).

Para o autor, a crise de 1954 é a expressão máxima de um descompasso que surge dessa ambivalência na prática política: por um lado, as elites exigindo ordem e estabilização econômica por meio de uma política de contenção de gastos. Por outro, as classes populares reivindicando direitos, melhoria da qualidade de vida e reajuste dos salários. O projeto governamental de Vargas, sob o objetivo de conciliação nacional, encontrava-se em meio a este paradigma. A intenção de Vargas de controlar a mobilização das classes populares a ponto de que servissem de respaldo ao governo (base e origem do trabalhismo no Estado Novo¹⁶⁷) e de que, ao mesmo tempo, não se ferisse a harmonia entre os interesses desses primeiros e das elites, era a justificativa para que se compreenda a atuação de Segadas Viana como contendo os excessos dessa mobilização social. Considerando que o PTB, nesse período de 52-53, estava em constante conflito interno, o partido não conseguia atuar na intermediação entre mobilizações trabalhadoras e Estado. No conjunto do contexto social, estava cada vez mais difícil manter esse controle. Havia limites para o que significava uma mobilização social aceitável. Explorar quais eram esses limites não é o objetivo aqui, mas entender essas limitações como a chave para a atuação repressora de Segadas Viana, sim. Delgado mostra como Viana buscou esse controle, pelo assistencialismo e, dadas as circunstâncias efervescentes, pela repressão: “[...] naquele contexto, cumprir as determinações de Vargas não era tão simples, mesmo porque elas começavam a se chocar com o crescimento das mobilizações sociais e com suas propostas reformistas.” (DELGADO, 2011, p. 110).

Essa atuação repressiva de Segadas foi, ainda segundo a autora, desestabilizadora da sua gestão como ministro. Vargas, sob pressão, teve que afastá-lo. No seu lugar, nomeou João Goulart. Essa nomeação, que faz parte de uma reorganização ministerial maior, é vista por muitos autores como uma “virada à esquerda”. Bodea inclusive demonstra como uma

¹⁶⁷ Gomes (1994).

combinação de fatores internos – crescimento das oposições das elites conservadoras – e externos – eleição de Eisenhower, do Partido Republicano, nos Estados Unidos – moveram Vargas a uma orientação governamental voltada às tendências reformistas e de esquerda, buscando apoio popular. Essa busca seria atestada pela aproximação de Vargas com a seção mais forte e doutrinária do PTB, no Rio Grande do Sul. Porém, vimos como alguns autores¹⁶⁸ contestam essa visão.

Delgado incorpora essa contestação, mostrando como o descontentamento dos trabalhadores, aliado à atividade dos comunistas nos sindicatos oficiais, contribuíram para acirrar o clima social e abalar o prestígio do presidente. Em junho de 1953 eclodiu a greve dos marítimos. O movimento, de porte nacional, atingiu principalmente três cidades: Rio de Janeiro, Santos e Belém. A greve de fortes repercussões políticas reforçou as divergências que separavam Vargas de Viana. Também prejudicou a popularidade do presidente. Para recuperar o prestígio de Vargas, a alternativa viável era de, invertendo-se a tendência adotada por Viana, fazer com que, na dobradinha cooptação-coerção, o predomínio fosse da primeira. (DELGADO, 2011, p. 121).

Assim, acredita-se que, por conta de todos esses fatores, a atuação de Segadas Viana não foi isolada do plano de governo, mas uma tentativa de prática que se viu necessária num momento de efervescência social. A essa prática, “*criminosa e desagregadora*” (UH, 1953, p. 3) que o UH se opôs, como vimos e ainda veremos no decorrer das análises.

3.3 SACO DE GATOS *VERSUS* OTIMISMO POSSÍVEL: O PTB NO *CORREIO DA MANHÃ*.

O *CM*, durante todo o período de 1951 à 1954, trabalhou na construção da negação do PTB como partido real. Duas subcategorias se sobressaíram durante a análise, sendo elas “*não é partido*” e “*saco de gatos*”.

A subcategoria “*não é partido*” foi repetida especialmente em 1951, sempre numa certa tônica, a de que esse era movido pelo personalismo, ou seja, o PTB teria sido criado e mantido como um instrumento dos objetivos políticos de Getúlio Vargas, não indo além dessa função instrumental:

O PTB não é nem nunca foi um partido. **Só foi a legenda** na qual o sr. Getúlio Vargas fante de mieux se elegeu. Esse **papel instrumental** conferiu à agremiação de

¹⁶⁸ D’Araújo (1992).

caçadores de mandatos e empregos certo brilho - pálido reflexo da luz maior que é a lenda pessoal, ou antes o conto de fadas, em cujo centro se move o grande feiticeiro, o sr. Getúlio Vargas. Assim nasceu, pelo curto prazo de uma campanha eleitoral, a **lenda** da legenda do PTB.¹⁶⁹

Pois que partidos se manifestaram até agora pela reforma da Constituição? Um só, apenas, o PTB, ou melhor dito, a ala mais turbulenta, aventureira e irresponsável do PTB. Ora, sabendo-se que na realidade o PTB não existe como partido, que **só vive politicamente em função do nome de Vargas**, bastará uma palavra firme e direta do presidente da República para que cessem os slogans extemporâneos e os pruridos reformistas de alguns de seus inquietos correligionários [...].¹⁷⁰

Verificou-se mesmo, neste caso, que o partido [PTB] verdadeiramente não existia, somente vivendo como **apêndice e consequência momentânea de um nome**. Mas que significa isto? Simplesmente que o novo regime ainda se ressentia de **deformações** provenientes da ditadura.¹⁷¹

É nítido que aqui a crítica recaiu quanto ao PTB ser “de Vargas”, o que, para o jornal, vê-se acima, refletia problemáticas próprias de uma democracia deformada. Essas “*deformações*” estão na base do antigetulismo do *CM* no segundo governo, que Martins (2020) demonstra não como sendo repulsa ao sistema democrático no geral, mas sim, especificamente, à forma como a democracia se desenvolvia no país, através da coordenação por uma figura autoritária. Afinal, como sobrevive uma democracia na qual o presidente escolhido possuía tendências ditatoriais? Esse aspecto seria inconcebível, pois, precisando o presidente de maiorias homogêneas para governar, os partidos doariam-se a todo tipo de alianças ou coligações, sem escrúpulo, tornando o sistema partidário apenas uma “dança de letras”¹⁷² sem “convicções” ou “posturas”¹⁷³ Era essa a crítica feita em 1951 ao se discutir as propostas de fusão partidária:

A particularidade desse sistema partidário é a falta de convicções e de compostura. [...] Partidos inteiros seriam como rebanhos vendidos a outro proprietário, marcados com rótulo novo. [...] E desse modo pretendem transformar o panorama da política nacional! [...] Situações quase idênticas [comparação Brasil da época e Itália]: governos que, conservando as formas parlamentares, desejam maioria muito grandes para poder governar, na verdade ditatorialmente; partidos destituídos de convicções ideológicas, aglutinando-se em torno do poder para participar das vantagens fartamente distribuídas; [...] Para sua solução precisamos de outro transformismo, verdadeiro, que transforme o próprio sistema partidário, criando novos órgãos de formação da vontade política. Eis o transformismo a que estamos aspirando.¹⁷⁴

¹⁶⁹ “Lenda”, *Correio da Manhã*, 09 de março de 1951, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

¹⁷⁰ “Aventura e a ordem”, *Correio da Manhã*, 24 de junho de 1951, caderno 1, página 4, editorial.

¹⁷¹ “Apenas uma deformação”, *Correio da Manhã*, 09 de maio de 1951, caderno 1, página 4, editorial.

¹⁷² “A dança de letras”, *Correio da Manhã*, 28 de outubro de 1951, caderno 1, página 4, editorial.

¹⁷³ *Ibidem*.

¹⁷⁴ “Transformismos”, *Correio da Manhã*, 31 de outubro de 1951, caderno 1, página 4, editorial.

É sintomático que, alegando uma deformação da democracia, pois “*A política morreu. [...] E o cadáver da política se chama PSD, UDN, PSP, PTB e tem ainda muitos outros nomes. [...]*”¹⁷⁵, o *CM* defendesse a reformulação desse sistema político. Entretanto, não seria justamente essa contradição um dos elementos inerentes à democracia do período, constituída de um nascente e ainda desajustado sistema partidário¹⁷⁶? Voltando-se aos objetivos aqui presentes, basta perceber que essas críticas foram feitas também ao PTB, em que, apesar de algumas vezes o igualar a outros partidos, tratavam-no geralmente como uma exceção ao panorama nacional.

Porque o PTB não era partido? Porque era um “saco de gatos”, expressão que adveio do próprio texto do jornal. Utilizaram-se dessa para representar as constantes disputas que o partido sofria.

O PTB é um **saco de gatos**. O descontentamento reina nas suas fileiras. [...]. O fato é que **não se entendem**, pois nada de comum existe entre eles se não uma coisa: a pessoa do chefe. Todo o **desentendimento se cifra na disputa das graças** do detentor supremo do poder. O PTB não é um partido político como os outros. É antes um instrumento pessoal do chefe do executivo. E isto mesmo acabam reconhecendo os próprios líderes petebistas. Porta-vozes da agremiação não se pejam de afirmar que as brigas internas de facções não tem importância, pois ‘a palavra final caberá sempre ao supremo comando’, isto é, Getúlio Vargas.¹⁷⁷

E

É um saco de gatos em agitação. E não se trata propriamente de uma crise de insuficiência política. O caso do PTB é o de um partido que alcançou e não alcançou o poder. [...] em vez do PTB, como partido, eleger um candidato à presidência da República, foi o candidato quem contribuiu com o seu personalismo, para que o PTB obtivesse algum sucesso.¹⁷⁸

Vemos como aqui se somaram às críticas de personalismo as de disputas internas, soma ainda mais visível na coluna não assinada “*Rebelados*”, em que, comentando a Convenção Nacional do PTB de 1952, o *CM* a descreveu como um “*espetáculo vulgar de canibalismo político [...] na excitação do empenho de chegar mais depressa ao presidente da República*”¹⁷⁹. Realmente, como dado historiográfico¹⁸⁰, o PTB sofreu com o fato de, sendo partido criado

¹⁷⁵ “Morte e ressurreição”, *Correio da Manhã*, 16 de agosto de 1952, caderno 1, página 4, editorial.

¹⁷⁶ Ferreira e Gomes (2019).

¹⁷⁷ “O verdadeiro Trabalhista”, *Correio da Manhã*, 27 de fevereiro de 1951, caderno 1, página 4.

¹⁷⁸ “Força e fraqueza dos partidos”, *Correio da Manhã*, 28 de fevereiro de 1951, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

¹⁷⁹ “Rebelados”, *Correio da Manhã*, 14 de fevereiro de 1952, caderno 1, página 4, editorial.

¹⁸⁰ É consensual que o PTB sofria enormes lutas internas, sendo especialmente instável em 1951. Diversos autores apontam essa instabilidade/ disputas, entre eles: Ferreira (2005), Gomes (1994), Bodea (1992), D’Araújo (1996), Delgado (2011). Conferir depois datas e colocar em ordem.

através do prestígio de Vargas, construído ao longo do Estado Novo, seus integrantes travaram verdadeiras lutas pela obtenção de uma parcela desse reconhecimento, o que se pode interpretar como lutas pelo processo de *rotinização do carisma* (D'ARAÚJO, 1996). Baseando-se em Weber, Maria Celina D'Araújo utiliza o conceito de rotinização do carisma para compreender o funcionamento do PTB. Esse efeito se deu pela dispersão do carisma do líder, começando no partido ainda antes da morte de Getúlio Vargas, quando personalidades, à exemplo de João Goulart, foram sacramentadas como continuadoras do trabalho social vinculado à figura do presidente. Apesar de desestruturar a agremiação, essas lutas internas foram essenciais para a atuação do PTB como partido político, à medida que possibilitaram que esse fosse reconhecido por outros nomes que não só o de Vargas.

Porém, não só o PTB sofria com disputas. Também o PSD, por exemplo, possuía suas próprias lutas internas pela definição de nomes de candidaturas, a exemplo do surgimento da “fórmula Jobim” e da “fórmula mineira” (HIPOLITO, 2004)¹⁸¹. Portanto, é interessante atentar ao porquê de apenas o PTB ser construído como um partido “esfacelado” por disputas internas, explorando, assim, outros elementos que o jornal apontava como da agremiação. O desejo inescrupuloso por cargos públicos, caracterizado pela “avidez” é outro:

No PTB, cristalizam-se em organização civil os sentimentos queremistas. Adotando uma legenda internacionalmente famosa e respeitável por causa da experiência inglesa, os nossos trabalhistas não tinham, como não têm, conteúdo doutrinário para justificá-la. Sustentavam apenas um desígnio de ordem sentimental que foi alcançado: reconduzir ao govêrno o sr. Getúlio Vargas. [...] Empolgados na consecução daquele escopo, deram, até algumas vezes, a impressão de formar um partido. Eleito, porém, o sr. Getúlio Vargas, desavieram-se êsses seus eleitores; do antigo arcabouço queremista irromperam os seus fragmentos políticos buscando a autonomia pela discórdia e a autoridade pela avidez dos cargos.¹⁸²

Assim, os políticos petebistas desejariam garantir suas posições em cargos estratégicos do governo, sintoma que o jornal aponta como causado pela falta de conteúdo programático. O PTB, portanto, não teria um programa suficientemente estabelecido como trabalhista, servindo a legenda de instrumento do personalismo e da ganância, composta por “*espúria composição humana*”:

¹⁸¹ Em 1949, durante a escolha das candidaturas pelos partidos, o governador do RS, Válter Jobim (PSD), propôs uma fórmula de “conciliação nacional” na qual o candidato a presidência deveria ser escolhido por consulta a todos os partidos. O candidato natural, através dessa medida, seria Nereu Ramos, o qual Dutra considerava “*excessivamente ligado a Getúlio Vargas*”, vetando então a proposta e estimulando o surgimento, por Benedito Valadares, da “fórmula mineira”, na qual se sugeriu um candidato que fosse do PSD e mineiro. Essas divergências entre fórmulas levou Nereu Ramos, naquela época presidente do PSD, a renunciar ao seu cargo, por conta do desagravo da impossibilidade de sua candidatura. (HIPOLITO, 2004, p. 25).

¹⁸² “Avidez”, *Correio da Manhã*, 19 de abril de 1951, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

Vinculado, por sua origem e por tantos outros laços, ao caudilhismo social do sr. Getúlio Vargas, o PTB é mero instrumento de manobra, utilizado entre muitos outros. Dessa equivocada origem advém sua espúria composição humana, agremiando caoticamente profissionais do sindicalismo, aventureiros políticos, parceiros de negócios escusos e tôda uma variada fama, **em que não faltam alguns verdadeiros homens públicos, como o sr. Pasqualini.** [...] [o PTB] tem de mascarar sua miséria ideológica e programática com a defesa de nossa economia, não dispondo, por outro lado, de condições para neutralizar a ação do comunismo internacional.¹⁸³

A crítica ao partido por não desagregar as forças comunistas, doutrina exógena que estaria mobilizando o proletariado e se infiltrando nos partidos, é parcialmente compreendida se levarmos em consideração a formação da legenda petebista, servindo de cunha entre o PCB e os trabalhadores¹⁸⁴. A partir de 1952, e até 1954, continuou observando-se a desqualificação do partido, mas ela se transmutou para outra significação. Nos três anos vindouros, o PTB até era um partido, mas não era organizado. Faltava-lhe estruturas racionais que baseassem suas pautas e reivindicações, para que o partido deixasse de ser um simples “saco de gatos”:

Mas quanto ao PTB? Sabíamos que é partido. Não sabemos que é partido organizado. Se é, então o citado **Departamento de Estudos** deve ser o único vestígio de organização racional, no seio de um agrupamento muito diferente de tudo o que, no mundo lá fora, se chama partido político. É o PTB um agrupamento cujos representantes não se elegeram graças a seu valor pessoal **nem a uma plataforma definida**, mas pela simples repetição de um grito personalista, **destituído de conteúdo político.**¹⁸⁵

Nessa citação, e na anterior, é nitida a crítica à falta de conteúdo programático. Por conta disso, o PTB até poderia ser assumido como um partido, mas não de trabalhadores. O *CM* deixou claro:

Na verdade, pelo seu próprio nome, **o PTB deveria ser um partido de trabalhadores, um partido de substância trabalhista.** Na prática, porém, a sua **chefia e a sua direção estão entregues a ricos burgueses** que só querem se tornar mais ricos, às custas dos cofres públicos, estão nas mãos de aproveitadores e “pelegos”, [...]. E isso não aconteceria se o PTB fôsse realmente um partido destinado à influência e à elevação do nível de vida dos trabalhadores [...]. **O PTB não é um partido de trabalhadores, nem do povo.** É uma legenda explorada por gozadores, politiquinhos e golpistas. Três anos já foram para mostrar que não há no getulismo a menor sinceridade, no seu falso trabalhismo não existe a menor correspondência entre as palavras e os atos, entre o que promete e o que dá no govêrno.¹⁸⁶

¹⁸³ “PTB e Trabalhismo”, *Correio da Manhã*, 19 de julho de 1952, caderno 1, página 4, editorial.

¹⁸⁴ Delgado (2011).

¹⁸⁵ “Tópicos e Notícias – Partido organizado”, *Correio da Manhã*, 24 de dezembro de 1952, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

¹⁸⁶ “Os gozadores do PTB”, *Correio da Manhã*, 12 de maio de 1954, caderno 1, página 4, editorial.

Falta de programa, personalismo e disputas internas descaracterizam o PTB, não lhe permitindo ser um partido de trabalhadores, “*do povo*”. Interessante, porém, é que as últimas citações deixam entrever que não era o Partido Trabalhista como um todo maléfico. Existiam alguns “*verdadeiros homens públicos*”¹⁸⁷ no partido, a quem o jornal deu como exemplo Alberto Pasqualini. É ele quem dirigia o Departamento de Estudos, citado anteriormente como o “*único vestígio de organização racional*”¹⁸⁸ dentro do partido. Os problemas da agremiação partidária seriam suas chefias, que podemos entender como Vargas, obviamente, mas também como os “*ricos burgueses*”, ou agitadores extraparlamentares, que preferiam “*uma alcunha, Jango, assim como se usam alcunhas entre os malfeitores do morro*”¹⁸⁹.

No editorial “*Jogo de Sombras*”, o *CM* afirmou que o PTB estava dividido em dois grandes lados:

Está dividido o PTB em duas alas principais: uma delas, de que é **figura representativa** o sr. Alberto Pasqualini, pretende dar-lhe um programa, uma fisionomia, um caráter. Doutrinário nominal do partido, mas sem muitos seguidores, o sr. Pasqualini queria que o PTB adotasse o programa de uma reforma de base, levando o govêrno a executá-la. [...] A outra ala, esta dominante, é a do senhor Danton Coelho, representando a orientação getuliana. Dêste lado, nada de doutrinas, nem de preocupações com programas. O que os movimenta é a ação imediata, é o quotidiano, é o trivial político dos golpes e contragolpes. Esta espécie de política “trabalhista” faz-se no Ministério do Trabalho, com os institutos, os sindicatos, o eleitoralismo mais desbragado.¹⁹⁰

Posto isso, vemos que para o *CM* havia dois partidos: um real, problemático, mas um possível, ideal. Essas duas possibilidades eram caminhos distintos, seguidos conforme as figuras representativas de maior influência no cenário político, questão que se desenvolverá no próximo capítulo. Como se disse anteriormente, teve-se somente um resultado positivo, que ainda se pode discutir o quão positivo é, devido aos seus detalhes. Vamos a eles.

Na coluna assinada pela aprevação “R.B.”, cujo título era “*Trabalhismo*”, discutiu-se sobre o movimento lançado pelos petebistas no pós-morte de Vargas, de utilizar a carta testamento, mais especificamente seus elementos de denunciamento das “forças ocultas” contra o interesse da população, como plataforma de campanha, na tentativa de angariar votos dos insatisfeitos com o colapso de Vargas. Afirmou-se que, tendo ou não Getúlio assinado a carta, ficava evidente que se tentou colocar João Goulart como um herdeiro do seu prestígio popular,

¹⁸⁷ “PTB e Trabalhismo”, *Correio da Manhã*, 19 de julho de 1952, caderno 1, página 4, editorial.

¹⁸⁸ “Tópicos e Notícias – Partido organizado”, *Correio da Manhã*, 24 de dezembro de 1952, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

¹⁸⁹ *Ibidem*.

¹⁹⁰ “Jogo de sombras”, *Correio da Manhã*, 09 de junho de 1951, caderno 1, página 4, editorial.

antes diminuído, “*mas agora violentamente reaceso pelo gesto patético*”¹⁹¹. Questionou-se, então, se João Goulart conseguiria “*controlar e dirigir essas massas, que hoje estão sentimentalmente órfãs*”¹⁹², mas que, de qualquer maneira, o PTB não poderia mais sobreviver dentro do “*caudilhismo*”¹⁹³ que imperava.

Assim, as próximas eleições que ocorreriam em outubro passariam, mas após elas o PTB ficaria longe do poder, das designações de cargos e das benesses do governo, o que possibilita entender que o PTB estaria à margem do jogo político, acéfalo, após a morte de Vargas. Então, nesse tempo fora dos jogos políticos, poderia ocorrer uma transformação no partido:

[...] é possível que então se opere uma **depuração natural nas fileiras**, e que dessa estranha mixórdia que é o PTB, onde até os climérios eram autoridades, comece a **nascer algo como um verdadeiro partido trabalhista**. Vamos ver se os melhores elementos do PTB – e inegavelmente ali há bons elementos – poderão prevalecer de um lado sobre os aproveitadores e de outro lado sobre os fanáticos. De qualquer modo o fato é que o PTB entra em uma nova fase de sua história; façamos votos para que dêle possa sair um dia, apesar de seu vício de origem, um partido de trabalhadores como o que o Brasil realmente necessita, e que os socialistas jamais conseguiram criar e os comunistas comprometeram por sua submissão política aos interesses da Rússia.¹⁹⁴

Observando a citação, o PTB, partido que teria duas alas principais, uma de inspiração getuliana (imperfeita) e outra que desejaria caráter e programa ao partido (ideal), sem o seu maior influenciador e líder se abria às possibilidades de tornar-se uma verdadeira agremiação. Vários nomes, além de Vargas, ressaltaram-se: João Goulart, Alberto Pasqualini, Danton Coelho, entre outros. Essas figuras se tornaram representativas, mais do que de alas, de possibilidades para o PTB. Algumas possibilidades que causaram ojeriza ao jornal, mas outras que lhe provocaram simpatia, merecendo sua defesa através dos seus materiais discursivos.

3.4 “UMA REVOLUÇÃO EM MARCHA” *VERSUS* PARTIDO INCAPAZ: O PTB NO *ULTIMA HORA*.

¹⁹¹ “Trabalhismo”, *Correio da Manhã*, 28 de agosto de 1954, caderno 1, página 4, coluna assinada por R.B.

¹⁹² *Ibidem*.

¹⁹³ Caudilhismo faz referência à trajetória política de Vargas, ex-membro do PRP gaúcho. Esse período de sua vida política é visto como momento em que ele absorveu vários elementos que, futuramente, irão moldar-lhe a fisionomia de político conservador (BODEA, 1992). Acreditamos que, especificamente nesse trecho do jornal, o termo designasse um caráter mais autoritário e personalista ao partido, no sentido de que o PTB estaria à mercê dos desmandos de Vargas.

¹⁹⁴ “Trabalhismo”, *Correio da Manhã*, 28 de agosto de 1954, caderno 1, página 4, coluna assinada por R.B.

Apresentado o PTB como um dos instrumentos de base do retorno de Vargas ao Catete, interessante notar como o *UH*, muitas vezes compreendido como exercendo a função gramisciana de “*aparelho privado de hegemonia*”¹⁹⁵ do governo, representou tal partido nas suas páginas. Gostaria-se, antes, de reiterar algumas especificidades do jornal. Em primeiro lugar, o *UH* não possuía muitos espaços ditos de opinião, ficando suas páginas destinadas, majoritariamente, à reportagens políticas, sociais, notícias e algumas colunas. Em segundo lugar, por todas as características já bem apresentadas aqui sobre o jornal de Samuel Wainer, não havia grandes posicionamentos explícitos do ponto de vista opinativo. Podemos afirmar, porém, que é possível encontrar uma condução interpretativa mesmo em alguns textos informativos, apesar de identificar-se variadas descrições dos acontecimentos e declarações de personalidades importantes, como integrantes das bancadas do PTB no Senado¹⁹⁶, etc. Por isso, muitas ideias aqui contidas podem parecer, à primeira vista, vieses não relacionados ao jornal, já que não eram diretamente emitidas por este. Porém, o fato do jornal ter dado amplo espaço e descrever minuciosamente certas falas, por si só, apresenta uma condução de visão. Apenas no contato aprofundado com as fontes se consegue apreender tais conduções e é isso que desejamos fazer agora.

Um morador do Rio de Janeiro, que, ao andar pelas ruas da cidade, adquirisse a edição de lançamento do *UH*, em 12/06/1951, muito provavelmente leria a seguinte nota:

Estiveram ontem no Catete em visita ao chefe do Governo os convencionais trabalhistas. Respondendo, de improviso, as manifestações petebistas declarou o sr. Getúlio Vargas: - “Podeis regressar tranquilos aos vossos lares, certos de que o PTB é o partido do futuro”.¹⁹⁷

Caso gostasse do jornal e continuasse adquirindo-no nos próximos dias, leria também:

- “Um partido em que não há discursos, em que não há choques de ideias, é um partido prestes a desaparecer. Não sinto no PTB essa crise que se quer espalhar por aí”, afirmou-nos o deputado Rui Almeida, da bancada petebista do Distrito Federal.¹⁹⁸

¹⁹⁵ Barreto (2014).

¹⁹⁶ Ainda na primeira leitura flutuante do arquivo, sem as delimitações que comporiam o corpus documental, encontrou-se excessivas descrições de pormenores políticos relacionados ao PTB, como as sucessivas reuniões do partido, falas de integrantes, notícias de homenagens que iriam ocorrer e, após, como ocorreram, etc. Muitos desses materiais não correspondiam aos critérios delimitados para essa análise. Porém, deixa-se sinalizada essa cobertura por parte no jornal, no mínimo atenta as atividades do PTB, a qual seria interessante uma futura análise mais ampla.

¹⁹⁷ “PTB, Partido do Futuro, Declara o Presidente”, *Ultima Hora*, 12 de junho 1951, caderno 1, página 3, nota.

¹⁹⁸ “Tende a Desaparecer o Partido Em Que Não Há Choque De Ideias”, *Ultima Hora*, 15 de junho de 1951, caderno 1, página 3, reportagem não assinada.

A anunciada dissidência do bloco parlamentar do PTB não passa de um espanta-coiô. Nem mesmo os próprios “dissidentes” acreditam que o movimento tenha ressonância. Na verdade, o que existe é meia dúzia de descontentes, que divergem não da sua orientação do partido, de suas diretrizes políticas, do presidente da República, o que constituiria uma dissidência. São simples casos pessoais, que redundam em indisciplinas, em “helenos”, como está ocorrendo¹⁹⁹.

Não focando em que tipo de recepção o hipotético morador tivesse, mas sim nas emissões de ideias feitas pelo jornal, logo nesses primeiros trechos se percebe, se não uma negação, então pelo menos uma diminuição do sentido de crise pela qual o PTB sofria. Comentários como “*está tudo azul*” no PTB paulista²⁰⁰, ou “*não há dissidências*”²⁰¹, eram corriqueiros. Quando não se pôde negar a crise, que foi real dentro dos quadros internos do PTB, houve tentativas de a justificar, afinal, as discussões seriam apenas por debates de ideias, acontecimento recorrente a qualquer partido. Essas discussões demonstrariam a “vitalidade” do PTB: “- *Fala-se em dissidência. E dissidência é prova de vitalidade. Êsse movimento visa talvez combater a má orientação do Partido na Câmara. As questões já chegam fechadas. Ninguém é ouvido*”²⁰², explicou Rui Almeida ao jornal. Já Brizola declararia: “- [...] *Antes da situação de cada um, o que importa, realmente, no regime democrático, é a vitalidade das organizações partidárias. E essa vitalidade nos temos de sobra no PTB*”²⁰³.

Esses trechos poderiam ser considerados apenas visões sobre um mesmo objeto, tratadas de forma imparcial pelo jornal. Entretanto, alguns dias antes, encontramos na coluna “*Ultima Hora na Política*” uma interpretação destacada da vitória do PTB nas eleições municipais gaúchas: “*As eleições municipais do Rio Grande do Sul, consideradas desde o primeiro momento como um teste para o PTB, revelam, nos resultados conhecidos, até agora, uma surpreendente demonstração de vitalidade política*”²⁰⁴.

¹⁹⁹ “Na arena do Parlamento: Maioria x Minoria – “Helenos”, *Ultima Hora*, 22 de junho de 1951, caderno 1, página 3, coluna não assinada.

²⁰⁰ No material “*Completa harmonia do PTB paulista*”, *Ultima Hora*, 20 de julho de 1951, caderno 1, página 3, reportagem não assinada, em letras maiúsculas, ocupando toda a área superior da página, lê-se: “Com essas palavras, o sr. Borghi confirmou o que já antes nos havia declarado o sr. Dinarte Dorneles, isto é, que está tudo azul no PTB. As arestas foram aplainadas, as dificuldades superadas e a missão do sr Marcondes Filho, já agora, consiste apenas em “regulamentar” a pacificação”.

²⁰¹ “Coluna de *Ultima Hora*”, *Ultima Hora*, 21 de junho de 1951, caderno 1, capa, coluna assinada por Samuel Wainer.

²⁰² “Brochado não vai apresentar renúncia à liderança”, *Ultima Hora*, 21 de junho de 1951, caderno 1, página 3, reportagem não assinada.

²⁰³ “Vitoriosos os trabalhistas na maioria dos municípios gaúchos”, *Ultima Hora*, 13 de novembro de 1951, caderno 1, página 3, entrevista com Leonel Brizola.

²⁰⁴ “*Ultima Hora* na política – A vitória do PTB no Rio Grande do Sul”, *Ultima Hora*, 07 de novembro de 1951, caderno 1, página 3, coluna assinada por Medeiros Lima.

A partir de 1952 essa justificativa recebeu novos tons. Na coluna “Por Trás da Cortina”, assinada por “H.A.” (provavelmente Humberto Alencar, mesmo autor de diversas reportagens políticas do *UH*), a crise foi definida como motivada pelo crescimento do partido, que se cindiu por conta do processo natural de reajustamento. Era uma crise positiva. Indispensável conferir na íntegra alguns trechos:

A crise por que passa atualmente o Partido Trabalhista Brasileiro – declarava-nos, repetindo conversa anterior destacado procer petebista – é uma crise de crescimento. **Partido de massa, aglutinando sob sua bandeira milhões de trabalhadores brasileiros** que atenderam ao apêlo do seu inspirador, que é Vargas, está sofrendo os **efeitos naturais do seu natural reajustamento no ampliar-se**. Defendendo um programa de reivindicações dos mais humildes, constituído, em sua grande maioria, por uma gente que vive o dia-a-dia do trabalho para subsistir nas limitações de modestos orçamentos. Lógico que o PTB se diferencia dos outros partidos essencialmente burgueses, onde as divergências são cuidadas sob outros ângulos. A luta entre trabalhadores respinga o travo da aspereza do cotidiano. Procurar num **partido de massa**, essencialmente no Brasil, cujas elites não estão habituadas a esse combate, uma feição burguesa, é negar as próprias origens desse Partido.²⁰⁵

As possíveis diferenças na atuação e na organização do partido eram, portanto, porque esse era um *partido de massas*. Outras vezes essa denominação apareceu no sentido de que a agremiação seria aberta, pois não reagia aos processos políticos à maneira dos *partidos de notáveis*²⁰⁶. Em outras palavras, o jornal defendeu que, sendo o PTB legenda voltada às causas dos trabalhadores, não podia ela “*empregar, nas soluções internas, processos golpistas ou se entregar ao aventureirismo político, tão ao gosto dos gremios à feição liberal*”²⁰⁷.

É que essas agremiações gravitam em torno de determinados grupos que, por sua vez, obedecem a chefes determinados, enquanto num Partido de massa, os quadros dirigentes são eleitos realmente pela vontade expressa da massa votante, sem atendimento às conveniências estudadas nos bastidores. Tudo às claras, como organismo vivo na mecânica democrática, os partidos de massa inauguram, segundo a opinião do nosso observador, uma nova etapa na vida dos gremios políticos em nossa terra.²⁰⁸

Assim, a crise se tornaria visível pois o partido:

[...] Fez uma [convenção] à portas, como de resto, à portas abertas desenvolve todos os seus combates internos. Enquanto a UDN, o PSD e os demais gremios político-partidários dessa feição travam a sua luta nos bastidores, à sete chaves procuram as

²⁰⁵ “Por trás da cortina”, *Ultima Hora*, 12 de abril de 1952, caderno 1, página 3, coluna assinada por H.A.

²⁰⁶ O jornal referiu-se aos “partidos burgueses”, identificados no referencial teórico como *partido de notáveis* (BOBBIO, 1998, p. 899; MANIN, 1995, p. 8).

²⁰⁷ “Novos rumos do PTB depois da convenção”, *Ultima Hora*, 22 de fevereiro de 1952, caderno 1, página 3, reportagem assinada por Humberto Alencar.

²⁰⁸ “Por trás da cortina”, *Ultima Hora*, 12 de abril de 1952, caderno 1, página 3, coluna assinada por H.A.

soluções que, via de regra, surgem como resultados unânimes, o PTB, no exercício real da vida democrática, mostra abertamente a sua luta interna. [...] Meditando, de cabeça fria, bem que se pode concordar com o categorizado líder trabalhista, que se mostra satisfeito com o seu partido porque reconhece, na luta às claras, um sinal evidente de vitalidade democrática.²⁰⁹

Essa luta interna, portanto, refletia algo maior, que era a posição inovadora da agremiação petebista na cena política nacional como partido de massas, algo que seria fruto do contexto, das “*solicitações da vida presente*”:

[...] o petebismo está disposto a assumir a sua posição de vanguarda que lhe cabe na vida política do país, como partido de massas. [...] o PTB sofreu, até bem pouco, o que se poderia chamar de crise de crescimento, cuja divisão interna chegou mesmo a atrofiar a sua expansão. [...] sendo o PTB uma organização política de massas, muito diferente das agremiações partidárias liberais, tradicionais, na vida política brasileira, representa ele um novo processo político compatível com as solicitações da vida presente.²¹⁰

Percebe-se nessa citação que, se o *UH* não desenvolveu conceituações políticas de difícil entendimento pelo seu público, à exemplo da nossa hipótese sobre a abordagem encontrada quanto ao termo “trabalhismo”, por outro lado o jornal de Wainer não deixou de fazer relações entre a realidade do Brasil no momento e os fenômenos sociopolíticos observados intelectualmente, como é o caso do advento dos partidos de massa, melhor explicitados no capítulo 2. É nítido que o *UH* procurou desvincular o PTB das práticas políticas tradicionais, também justificando as falhas do partido por esses “problemas de crescimento”, necessários às mudanças da paisagem política do país. O jornal pareceu notar como boas perspectivas tais alterações, seja por valores pessoais do periódico, seja por ser uma visão amparada nas necessidades do seu público leitor. Em reportagem do dia 31/12/1952, escrita por Humberto Alencar, “*Inquietação dos Partidos Centristas Diante do Assustador Crescimento do Populismo Brasileiro*”, é notável desde o cartola a comparação que o jornal fez entre o PTB e os outros partidos. Enquanto qualificou o PSD de “*um partido conservador que admite conceder alguma coisa para cumprir a sua missão de conservar*”, o PSB como composto de uma “*torre de marfim*”, o PSP de “*um populismo diferente*” e a UDN como contraditória, o PTB foi descrito nos seguintes termos:

Já o PTB é, tipicamente, um partido de massas. Desfraldando a bandeira da evolução jurídico social, pleiteando a realização de conquistas que tornem o homem menos amargo num mundo em que vive, procura fazer a revolução legal dos novos princípios

²⁰⁹ Ibidem.

²¹⁰ Ibidem.

informadores da democracia do nosso tempo. [...] O novo ano vai encontrar o PTB em fase de pleno crescimento, de desenvolvimento integral. Mantendo contato com seus alicerces, o partido anseia por se tornar realmente um grande partido. E todos os prognósticos lhes são realmente favoráveis, porque nenhuma agremiação política brasileira retrata, tão bem, neste país, o espírito dos novos tempos.²¹¹

Com todo esse potencial de crescimento não havia dúvidas de que, para o jornal, o PTB seria logo uma “*revolução em marcha*”. Esse termo apareceu pela primeira vez no *UH* designando o partido através da transcrição de uma carta de 22/05/1952 enviada por Vargas aos convencionais petebistas. Após essa carta, à qual o jornal deu grande destaque na área superior de sua página 3, a designação foi adotada diversas vezes pelo jornal, e já no mesmo dia, no destaque à carta que a coluna “O dia do Presidente” deu:

Eis aqui um dos trechos mais expressivos da mensagem que o Presidente Vargas dirigiu aos convencionais do PTB: “Somos uma revolução em marcha. Vos que aqui viestes de todas as latitudes do país, não representais os interesses de uma região, nem as aspirações de uma classe; não sois encarnações de grupos economicos, nem imposições de privilégios sociais. Saístes de todas as profissões e atividades para empunhar uma bandeira que é a da reestruturação econômica e social da Pátria, em bases de igualdade de justiça e de bem-estar para todos.”²¹²

E, a partir de 1953, representando os novos rumos que o partido estaria seguindo sob a orientação de seu novo presidente nacional – logo após ministro do Trabalho – João Goulart:

Não há dúvida de que a orientação do Sr. João Goulart à frente do PTB está produzindo os melhores resultados políticos para a agremiação. Já agora os círculos políticos começam a ver no trabalhismo uma fôrça uniforme, que sabe o que quer e para onde vai. Sentem que o PTB está provocando a sua renovação e, mais do que isso, é uma **revolução em marcha** na paisagem política dêste país.²¹³

[...] êsse apêgo que muitos tem em São Paulo, de querer “mandar” no PTB, é uma prova de fôrça eleitoral do Partido. Por que ninguém briga pelo POT ou alguns outros Partidos? [...] A reação dos chamados Partidos Centristas ao PTB e ao próprio sr. João Goulart, muito explorada por alguns jornais, também traduz essa “revolução em marcha”, como os petebistas preferem chamar o seu Partido.²¹⁴

Outra crítica rebatida pelo *UH* em relação ao PTB foi a de que haveria um conluio comuno-petebista (crítica presente no *CM*, aliás) após o falecimento de Vargas. Os comunistas

²¹¹ “Inquietação dos partidos centristas diante do assustador crescimento do populismo brasileiro”, *Ultima Hora*, 31 de dezembro de 1952, caderno 1, página 3, reportagem assinada por Humberto Alencar.

²¹² “O dia do presidente – Uma revolução em marcha”, *Ultima Hora*, 22 de maio de 1952, caderno 1, página 3, coluna não assinada.

²¹³ “Começou em Minas a revolução do PTB”, *Ultima Hora*, 09 de junho de 1953, caderno 1, página 3, reportagem assinada por Humberto Alencar.

²¹⁴ “Decidem os presidentes regionais do PTB: Carta branca para Jango dirigir o Trabalhismo”, *Ultima Hora*, 10 de abril de 1954, caderno 1, página 3, reportagem não assinada.

estariam se infiltrando no PTB para minar as instituições legais e, este último, estando acéfalo, procuraria um novo líder na figura de Luis Carlos Prestes, doando-se às intenções comunistas. Essa retórica, defendida inclusive dentro de quadros da UDN, foi apontada pelo *UH* como um “*Pequeno Plano Cohen*”²¹⁵, pois seu objetivo era de tirar o PTB da legalidade, dada a força política do partido, a qual os grupos reacionários temiam. O *UH* tentou, portanto, deslegitimar essas acusações, mostrando declarações de que o PTB teria um só líder, Vargas, e explicitando as acusações como infundadas:

Os golpistas estão vivamente empenhados em acabar com o PTB. Inicialmente, correrão o páreo das eleições marcadas para 3 de outubro próximo. E – attem bem para isto – os destinos no país estão fortemente ligados a essa data. Se o PTB sair demasiado forte do pleito, as perspectivas são sombrias, porque o reacionarismo não está disposto a entregar a posição conquistada. Depois de atingir a posição em que se encontra, o grupo não cederá o lugar, mesmo que isso seja imposto pela vontade do povo.²¹⁶

Nessa última citação, assemelhando-se ou não a uma previsão, o *UH* trabalhou com a ideia de que essa tentativa de prejudicar a imagem do PTB demonstrava a existência de duas forças antagonicas. De um lado, o povo, capacitado a impor sua vontade através das urnas. De outro, o reacionarismo que, por interesses próprios de poder, não consideraria essa vontade. Essa “queda de braço” estaria representada pelo PTB e sua vitória seria ligada à vontade do povo. Note-se: em nenhum momento, até então, essa vontade popular foi caracterizada como inconsciente ou manipulada. As urnas seriam a expressão da vontade legítima. Daí o receio dos grupos opositoristas.

Porém, não só de elogios ao PTB se constituíram os textos do *UH*. A coluna “*Ultima Hora na Política*” era geralmente assinada, da fundação do jornal até meados de 1952, por Medeiros Lima, personalidade inicialmente obscura, dadas as dificuldades em encontrar informações a seu respeito. Wainer o descreve em suas *Memórias* como “*antigo integrante do Partido Comunista que mais tarde se tornaria biógrafo de Tristão de Athayde*” (WAINER, 1987, p. 131)²¹⁷. Após esse tempo, pouco a pouco as assinaturas de Medeiros Lima foram sumindo, até a própria coluna, em 1953, desaparecer. Enquanto a coluna existiu, obteve bastante destaque na diagramação do jornal, localizando-se na posição superior-esquerda²¹⁸ da página

²¹⁵ “Nem Prestes, nem Salazar, Getúlio é o guia do PTB!”, *Ultima Hora*, 30 de setembro de 1954, caderno 1, página 4, reportagem não assinada.

²¹⁶ “Por trás da cortina – todo empenho dos golpistas contra o PTB”, *Ultima Hora*, 15 de setembro de 1954, caderno 1, página 3, coluna assinada por Eurilo Duarte.

²¹⁷ Wainer (1987).

²¹⁸ Para ver a ilustração de denominações das localizações, consultar anexos.

3, a principal da página na visão do leitor. Nela se encontra afirmações como “*partido que apenas em tese chegou ao poder*”²¹⁹, “*oferece constantemente um triste espetáculo de disputas e agressões pessoais, com as quais nada tem a ver o programa de um verdadeiro partido trabalhista*”²²⁰, ou:

A formação e a estrutura política do PTB não diferem substancialmente das dos demais partidos burgueses. É um partido da esquerda cuja diferença dos demais reside apenas no nome, e, algumas vezes, nas figuras que o representam. Toda sua estratégia política se baseia apenas em duas coisas: na exploração do nome de Vargas, que ainda exerce grande fascínio sobre as massas trabalhadoras das cidades e dos campos, e no uso da máquina administrativa do Ministério do Trabalho. Por isto mesmo toda sua agitação interna, isto é, todas suas discussões quanto à conduta partidária giram exclusivamente em torno do controle de determinadas posições²²¹.

Críticas como essas se assemelham, inclusive, às críticas do *CM*, apontando o PTB como partido incapaz de se sustentar sem a liderança de Vargas. Mais de uma vez a coluna apontou a “*política de esfacelamento*”²²² que ocorria na agremiação petebista, especialmente em relação à seção paulista, em constantes disputas. Essa luta seria mais do que por ideias, situando-se no “*plano das ambições, de grupos que desejam, acima dos interesses propriamente políticos ou ideológicos, situar suas conveniências personalistas, sem levar em consideração o partido ou o governo a que se acham ligados*”²²³. Por agir dessa forma, o PTB desvirtuava-se de seus desígnos originais, dando uma “*demonstração de impotência, de incapacidade e de falta de amadurecimento para compartilhar das responsabilidades do governo e da alta administração do país*”²²⁴, o que poderia levar o partido ao descrédito frente às forças nacionais. Por desígnos originais, podemos entender muitas semânticas. Representação do povo, defesa dos direitos trabalhistas, busca pela ampliação desses direitos, renovação política, combate às más figuras, entre outros sentidos foram, de modo geral, encontrados nos materiais do *UH* sobre o PTB. Porém, um desígnio específico se tornou cada vez mais aparente: apoio ao governo.

Segundo Delgado (2011), o PTB teve como função específica e pragmática fazer a intermediação entre mobilização popular, sindicatos e governo. Era através dessa mobilização,

²¹⁹ “*Ultima Hora na política – variações sobre o PTB – Estratégia do Partido*”, *Ultima Hora*, 01 de agosto de 1951, caderno 1, página 3, coluna assinada por Medeiros Lima.

²²⁰ *Ibidem*.

²²¹ *Ibidem*.

²²² “*Ultima Hora na política*”, *Ultima Hora*, 14 de junho de 1951, caderno 1, página 3, coluna assinada por Medeiros Lima.

²²³ *Ibidem*.

²²⁴ *Ibidem*.

intensamente realizada através das instituições sindicais, que o PTB iria constituindo a base popular com a qual Vargas contava. Aliás, foi com esse objetivo que Danton Coelho, presidente do PTB, foi nomeado ministro do Trabalho em 1951, aplicando como sua atuação a “*partidarização do ministério*” (D’ARAÚJO, 1996; DELGADO, 2011), processo que se deu pela troca massiva de funcionários do MTIC por petebistas. Promovendo campanhas de sindicalização em massa, concedendo benefícios aos trabalhadores e arregimentando-os, Danton, por outro lado, enfraquecia o partido por conta das discussões advindas da política de “*empreguismo*”²²⁵.

Nesse sentido, é sintomático que, estando o partido fraco e repartido por brigas internas, o desígnio de apoio ao governo ficasse, se não em segundo plano, no mínimo muito ofuscado. Dessa forma, em outra edição de “*Ultima Hora na Política*”, acusou-se que foi só Vargas chegar “*ao poder que o PTB se transformou num fator permanente de discórdia e de perturbação para o governo*”²²⁶. Essa perturbação também pode ser entendida no fato de que, após a grande dedicação de Danton Coelho, esse esperava, assim como outros petebistas, melhores posições do PTB junto a Vargas. Getúlio, entretanto, estava concentrado na política de conciliação, não favorecendo o PTB mais do que sob a posse do Ministério do Trabalho, o que gerou atritos entre as diferentes perspectivas em ação. Aliás, esse é apontado como um dos principais pontos da queda de Danton Coelho, seja como ministro, seja como presidente do PTB. Segundo a autora citada: “*A orientação conciliatória do governo Vargas provocou profundo desagrado [...]. A insatisfação petebista rapidamente ganhou vulto, e o próprio Danton Coelho atuou no sentido de organizá-la [...].*” (DELGADO, 2011, p. 104 e 105). Como sua estratégia de reivindicação de maior espaço não teve êxito, Danton Coelho se demitiu do cargo de presidente do partido em junho de 1951, demonstrando seu desagrado com os rumos do governo.

Em uma reportagem política de Humberto Alencar o jornal voltou a criticar a perturbação que o PTB causaria a Vargas. O presidente necessitaria de uma forte maioria para seguir seus projetos políticos, mas o PTB “*quer ser o ‘dono’ do sr. Getúlio Vargas, provocando com isso certa insatisfação no seio dos demais amigos políticos do Presidente*”²²⁷. Por conta desses aspectos, a cartola destacava: “*O PTB não oferece condições propícias para ser o partido base do governo*” e, destarte, a solução seria simples, o título já a anunciava, ou seja,

²²⁵ Em Delgado (2011), para se aprofundar nas descrições aqui feitas sobre a gestão de Danton Coelho, de Segadas Viana e de João Goulart, recomenda-se a leitura, especialmente, das páginas 101 à 140.

²²⁶ “*Ultima Hora na política – A Licença de Danton e a Crise Trabalhista*”, *Ultima Hora*, 21 de junho de 1951, caderno 1, página 3, coluna assinada por Medeiros Lima.

²²⁷ “*Só um partido para congregar as forças que apoiam o governo*”, *Ultima Hora*, 26 de outubro de 1951, caderno 1, página 3, reportagem assinada por Humberto Alencar.

criar “*Só um partido para congregar as forças que apoiam o govêrno*”²²⁸, que formasse uma grande maioria de apoio ao presidente. Pois havia “[...] *a necessidade da formação de um grande partido que abrigue em seu seio os grupos que por força do desenvolvimento do problema político, evoluem para o Presidente da República*”²²⁹.

Chama atenção, portanto, o fato de que o *UH* não apoiou e endossou o PTB por inteiro, mas sim apoiou aquele PTB que servisse de apoio aos objetivos de governo do presidente Vargas. Como vimos, o jornal não se ressabiou de, quando achou necessário, desconsiderar o Partido, apesar deste ser uma agremiação “*do futuro*”, ou, mais à frente, “*uma revolução em marcha*”.

Em síntese, ambos os jornais se posicinavam contrariamente ao PTB que não cumprisse os propósitos que os periódicos elencavam como essenciais. O que estava em jogo aqui era a defesa, por cada órgão, de um projeto, de uma ideia, mas qual seria essa?

Há ainda um último material, diferente dos outros, que se encaixa nessas análises. É uma espécie de reportagem sobre a homenagem realizada pelo PTB carioca a Getúlio Vargas, então falecido. No entanto, a cobertura dada ora mesclava descrição dos acontecimentos com transcrição, trecho-a-trecho, do discurso de Lutero Vargas, petebista e filho de Getúlio. É difícil, nessas falas, separar as que pertenciam a Lutero ou eram repetições de discursos do ex-presidente: retomou-se aqui, pelo orador, muitos elementos que Getúlio utilizou em campanha e durante o governo. Chama atenção o destaque dado pelo *UH*, visto que a reportagem ocupou quase a página inteira, restando apenas uma pequena margem para outras colunas. Tornam-se chamativos também os elementos que foram ressaltados, pelos petebistas e pelo jornal, nessa homenagem. Logo no título, “*Denuncia Lutero: ‘Meu pai foi morto por interesses ocultos’*”, ocupando todo o espaço superior da folha, evidencia-se que foram destacados termos mais evocativos da carta-testamento, de que Vargas teria se suicidado devido às pressões econômicas que sofria, nacional e internacionalmente:

[...] **êstes votam ódio mortal aos defensores de um nacionalismo econômico, não entreguista. Os inimigos de Getúlio Vargas, não toleram os trabalhadores humildes que o escolheram pelo instinto divinatório das massas**, como seu chefe e seu guia; assim como o **corvo**, que ainda tinto de vermelho, crocica contra a águia que tombou na luta. [...] Para êles, o legado de sua morte. Para êles, o desprezo, o horror, o desgosto [...].²³⁰

²²⁸ Ibidem.

²²⁹ Ibidem.

²³⁰ “Denuncia Lutero: ‘Meu pai foi morto por interesses ocultos’”, *Ultima Hora*, 15 de setembro de 1954, caderno 1, página 3, reportagem não assinada.

Após essa imputação, que expôs, provavelmente, referência direta ao diretor do *Tribuna da Imprensa*, Carlos Lacerda, através da denominação de “corvo”, comentando terem esses lutado contra o nacionalismo econômico, Lutero Vargas impeliu aos ouvintes que lutassem, a partir de então, pelos ideais políticos do presidente, citando a debatida questão do desenvolvimento econômico, posto em termos de “emancipação”. Solicitou que se valorizasse o legado de Vargas ao defender sua herança nos combates políticos:

Desfraldemos a bandeira de Getúlio Vargas, que é hoje mais do que nunca, a da **emancipação econômica do povo brasileiro**, pois a época em que vivemos não permite imprimir à atividade pública um conho meramente político, vazio de conteúdo econômico e social. [...]. **esperamos que o povo saiba conservar o bem que adquiriu e dê uma esposta aos inimigos de nossa independência econômica [...] construindo lentamente a independência econômica e lutando contra os seus principais inimigos, que é o imperialismo, na esfera internacional, e a exploração do homem pelo homem, no meio interno.** A independência econômica possui também um dístico e uma bandeira. Sua bandeira é da solidariedade humana e do sacrifício de todos pelo bem comum. Seu dístico é aquele que os fundadores da República, em nossa pátria, souberam descortinar com lucidez e mandaram escrever nitidamente entre as cres da bandeira nacional: “**ordem e progresso**”.²³¹

Ao fim, o petebista terminou o discurso fazendo um apelo para que essa luta fosse feita “nas fileiras do PTB”, partido que continuaria o trabalho de independência política e econômica do presidente, mesmo em sua ausência: “*Se os indivíduos falharem, o partido não falhará, pois tem um programa, o de Getúlio Vargas, tem uma bandeira e um dístico ‘a independência econômica do Brasil’*”.²³² O orador fez, mais que um chamado, um manifesto de quais seriam os desígnos da agremiação após o suicídio de Vargas. Prosseguir na defesa das classes populares e na libertação do povo brasileiro, mas explicitando que esse amparo se daria por meio de um pressuposto essencial: o nacionalismo econômico. Interessante notar que, mesmo a bibliografia referenciando que Vargas usou os elementos nacionalistas antes mesmo de sua carta-testamento²³³, é curioso que esses elementos entrem em contradição com a postura adotada pelo governo entre 1951 e 1954, como visto anteriormente. Virada partidária ou força retórica? Interessa, no momento, notar que o jornal não silenciou essas palavras.

²³¹ Ibidem.

²³² Ibidem.

²³³ Bodea (1992).

4 MESMO CAMINHO, DIFERENTES VIAS POSSÍVEIS: FIGURAS REPRESENTATIVAS DO TRABALHISMO E DO PTB SEGUNDO O *CORREIO DA MANHÃ* E O *ULTIMA HORA*

Criticar personalidades não é criticar partido ou doutrina – é o primeiro pensamento que se pode fazer. Ao ter contato aprofundado com as fontes, entretanto, percebeu-se que as críticas, ou elogios, não eram especificamente à personalidade dos sujeitos em específico, seus modos de se portar ou suas preferências pessoais. O que estava em jogo nessas discussões era, acima de tudo, a representatividade em torno das figuras, ou seja, suas linhas de ação dentro do partido ou em relação à doutrina. Conforme estabelecido pela bibliografia especializada, o PTB era dividido em duas grandes correntes, a pragmática e a doutrinária²³⁴. e Compostas por figuras que se destacavam dentro de cada uma, essas correntes refletiam diferentes propostas de ação dentro do partido. Para compreendê-las, vale aproximar o olhar ao PTB no Rio Grande do Sul²³⁵, melhor delineando como seriam constituídas essas vertentes, apesar das diferenças regionais. Considerada a mais forte seção do partido, o PTB gaúcho se dividia em três vertentes principais: a sindicalista, formada de grupos operários com experiência sindical, a doutrinário-pasqualinista, dedicada aos aspectos mais ideológicos e de valores sociais e econômicos, e a pragmático-getulista, que colocava em primeiro plano os aspectos práticos do poder e das alianças necessárias para tal. Como os próprios nomes conduzem a entender, cada corrente possuía objetivos e figuras específicas a basear seus posicionamentos²³⁶.

Conforme as fontes foram analisadas, observou-se que alguns desses personagens se destacavam politicamente e nas páginas dos jornais. Esses destaques não eram descolados entre si: à medida que a personalidade política influenciava em tomadas de ação, bem como nos rumos dos projetos de governo, atentava-se de forma mais clara a elas, criticando-lhes ou elogiando-as em suas escolhas e em suas influências para a política nacional. Escolheu-se, então, trabalhar com as ocorrências que, além de citarem trabalhismo ou PTB, são relacionadas a Danton Coelho, Segadas Viana, João Goulart e Alberto Pasqualini. Os critérios estabelecidos para essas escolhas não foram arbitrários, seguindo a lógica adiante: os três primeiros foram ministros da única pasta dedicada ao PTB, a do Trabalho. Além disso, desses três, dois – Coelho

²³⁴ Bodea (1992), D’Araújo (1996), Delgado (2011), Neves (2013).

²³⁵ Leitura fundamental para essa dissertação é a de Miguel Bodea (1992), na qual o autor, lançando aprofundada análise sob o PTB gaúcho, estabelece relações entre PTB e trabalhismo e, mais especificamente, sob os objetivos e propostas das diferente correntes dentro do RS que, inevitavelmente, influenciam no PTB nacional. Essa influência se dá tanto a nível de força e coerência, quanto a nível das próprias personalidades políticas gaúchas, que aqui se chamarão “figuras-chave”, destacarem-se no plano nacional.

²³⁶ Bodea (1992).

e Goulart – foram presidentes do partido. Os três primeiros são considerados de vertente pragmática, porém há nuances entre suas atuações²³⁷. Pasqualini, por sua vez, não foi ministro, mas senador. Sua importância não se encontra tão somente na atuação no cargo, mas em ser considerado o teórico do trabalhismo brasileiro e, conseqüentemente, do PTB.

Adotando o entendimento de que o PTB era a expressão institucionalizada do trabalhismo na arena política, arena essa que a partir de 1945 se tornou aberta e cada vez mais competitiva em termos partidários, tal compreensão converge com a tese consolidada de Angela de Castro Gomes, na qual o trabalhismo seria um complexo projeto de incorporação política dos trabalhadores brasileiros, por meio de uma representação corporativa (GOMES, 1994). Nesse sentido, o trabalhismo foi concebido durante a “*democracia autoritária*” estado-novista e pensado para servir de transição ao regime, enquanto o PTB surgiu como um partido “[...] que tem por função canalizar os esforços investidos pelo Estado Novo na organização sindical dos trabalhadores. [...] foi o lado mais modernamente organizado da política trabalhista: os sindicatos tornavam-se as bases efetivas de um partido político. (D’ARAÚJO, GOMES, 1987, p. 35 e 36).

Desenvolveu-se, anteriormente, análises em relação a Danton Coelho e Segadas Viana como atuantes petebistas, relacionando-as com a historiografia sobre o tema. Continuaremos tais investigações nesse capítulo. Compreendendo certas sutilezas entre os movimentos do PTB e do trabalhismo, bem como de suas personalidades internas, vamos nos aprofundar em como os jornais representavam as figuras-chave estabelecidas.

4.1 DANTON COELHO NOS JORNAIS – ENTRE *PRIMARISMO* E MAL CALCULISMO

O ano de 1951 iniciou no *CM* com duras críticas a Danton Coelho pela sua chegada ao Ministério do Trabalho, com a qual esse teria a intenção de “*fazer da posição que ocupa o reduto para o petebismo*”²³⁸, observando-se, desde logo, que na visão do jornal o ministro pretendia “partidarizar” o Ministério”, creditando-lhe imagem contraditória, dado que “*não se lembra do que disse no Rio de Janeiro e no Rio de Janeiro já não se lembra de que aboliu o atestado de ideologia. Contradiz-se nas palavras e nos atos. Não sabe falar. Tampouco sabe*

²³⁷ Delgado (2011).

²³⁸ “O regente de Cacofonias”, *Correio da Manhã*, 02 de fevereiro de 1951, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

*agir. Pelo menos, não sabe agir direito*²³⁹. Danton Coelho seria ineficaz em conter as disputas internas e as ambições à cargos por parte do PTB, assemelhando-se a um “*macaco em loja de louças [pois] Parece que cada gesto ou decisão dêle descontenta um ou outro setor da agremiação*”²⁴⁰. Em outro momento, é o simples deboche de suas ações que era aplicado, como na comparação entre Danton com uma *comédia pirandeliana*²⁴¹, pois esse teria dupla personalidade, de acordo com seus cargos. “*Fecha a porta para um lado: agora é presidente do PTB; fecha a porta para o outro lado: agora é o ministro do Trabalho. Quando convém, é o ministro que está em cena; quando convém o contrário, é o dirigente partidário quem aparece para cobrir o ministro*”²⁴². Acusava-o, além disso, de proferir “*disparates*” ao discursar no encerramento da IV Convenção Nacional do PTB, sendo esse assunto ainda repetido nas páginas do jornal, em um editorial que replicou a frase de Danton Coelho, “*Libertemos Getúlio!*”. Nesse discurso, em que Danton também clama pela reforma da Constituição²⁴³, foi dito que revelava “*primarismo e ignorância*” por parte do orador²⁴⁴, pois:

[...] ninguém pode levantar a bandeira de uma revisão constitucional sem a indicação precisa dos pontos e dispositivos que precisam ser reformados. No entanto, já se entende bastante o que significa essa campanha de reforma da Constituição: é **uma mutilação do regime**, uma desfiguração do sistema democrático. **Liquidar a democracia será, então, libertar Getúlio Vargas.**²⁴⁵

Apesar das críticas mordazes, diretas, não lhe foi, em nenhum momento, imputado maldade nos atos, ou uma intenção obscura própria. Nesse mesmo editorial, foi indicado que “*As palavras são do sr. Danton Coelho, mas como ousaria o sr. Danton Coelho lançar, por si*

²³⁹ “Não sabe”, *Correio da Manhã*, 29 de junho de 1951, caderno 1, página 4, artigo assinado por T.R.

²⁴⁰ “Partido ou bloco monolítico”, *Correio da Manhã*, 03 de junho de 1951, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

²⁴¹ Luigi Pirandello (1867-1936): dramaturgo, reconhecido como renovador do teatro italiano, destacando-se o senso de humor depositado em suas peças. Recebeu o Nobel de Literatura em 1934. Participou da Itália fascista de Mussolini.

²⁴² “Comédia”, *Correio da Manhã*, 19 de junho de 1951, caderno 1, página 4, editorial.

²⁴³ Esse assunto ainda rendeu diversas discussões, pois se via nessa proposta um risco para a legalidade, tão defendida pelo jornal. No processo geral de análise, que compreendeu sobretudo leituras flutuantes iniciais (boa parte dos materiais que trata desse assunto não seguiram adiante pós-triagem, visto que eram prioritariamente descritivos), foi possível compreender que Danton Coelho fazia essa afirmação dentro da Convenção do PTB. Como esse era ministro, acusaram-lhe de ameaçar a constituição vigente, pois não se modificaria a constituição à bel prazer. Coelho foi chamado a prestar esclarecimentos sobre sua fala, mas Gustavo Capanema, líder da maioria no Congresso, interveio sob a justificativa de que Danton emitiu tal declaração como presidente do partido, não como ministro. Somente poderiam ser chamados a dar esclarecimentos sob suas pastas ministros e, portanto, como essa questão não se referia ao Ministério do Trabalho, não se poderia questionar Danton Coelho. O posicionamento de Capanema foi criticado (e, como crítica, entrou para o corpus documental), pois, como se viu acima, o *CM* ironizou tal interpretação como uma “comédia pirandeliana”, na qual o personagem principal, Danton, era dotado de duas personalidades.

²⁴⁴ “Libertemos Getúlio!”, *Correio da Manhã*, 10 de junho de 1951, caderno 1, página 4, editorial.

²⁴⁵ *Ibidem*.

mesmo, palavras tão carregadas de intenções e projetos? O sentido do seu discurso lhe foi naturalmente, ditado do alto, com objetivo exatamente calculado [...]”²⁴⁶. Essa figura oculta seria Getúlio Vargas, que, não conseguindo cumprir seus propósitos de campanha, tentava passar a ideia de que forças econômicas o impossibilitavam de cumprir suas promessas, fazendo “acreditar que o sr. Getúlio Vargas não faz cair do céu o maná porque se acha no Catete prisioneiro de forças muito poderosas”²⁴⁷. Sem adentrar no fato de que já se pode perceber aqui elementos que em 1954 estariam contidos na carta-testamento, é importante apreender como o jornal alegou que a construção da ideia de cativo comprovaria o “profundo e invencível desajustamento do sr. Getúlio Vargas ao sistema democrático”²⁴⁸. É esse desajustamento que estava presente nas palavras de Danton Coelho.

Ao tratar da existência de duas alas no PTB – uma composta por Danton Coelho e outra por Alberto Pasqualini –, o *CM* afirmou que a dominante seria, portanto, a de Danton Coelho, que representaria “a orientação getuliana”:

Dêste lado, nada de doutrinas, nem de preocupações com programas. O que os movimenta é a ação imediata, é o cotidiano, é o trivial político dos golpes e contragolpes. Esta espécie de política “trabalhista” faz-se no Ministério do Trabalho, com os institutos, os sindicatos, o eleitoralismo mais desbragado.²⁴⁹

No *UH*, por sua vez, também foi definido que existiam duas alas no PTB, que “lutam pela hegemonia e pelo controle da orientação política do PTB. Uma delas é chefiada por Danton Coelho, que sofre a influência de políticos altamente ambiciosos de São Paulo.”²⁵⁰. A outra ala, moderada, seria composta pelos dirigentes do PTB-RS. Por conseguinte, as divisões e os desvios ao objetivo original do partido seriam advindos dessa influência maléfica de Danton Coelho. Quando a coluna “*Ultima Hora na Política*”, ao tratar da crise do PTB, atribuiu esses problemas, principalmente paulistas, à “erros da direção nacional”²⁵¹, a figura representativa de tal direção era Danton Coelho. Em uma reportagem não assinada, destacou-se as afirmações de Rui Almeida, outro político petebista:

²⁴⁶ *Ibidem*.

²⁴⁷ “Jogo de sombras”, *Correio da Manhã*, 09 de junho de 1951, caderno 1, página 4, editorial.

²⁴⁸ “Apenas uma deformação”, *Correio da Manhã*, 09 de maio de 1951, caderno 1, página 4, editorial.

²⁴⁹ “Jogo de sombras”, *Correio da Manhã*, 09 de junho de 1951, caderno 1, página 4, editorial.

²⁵⁰ “*Ultima Hora* na política”, *Ultima Hora*, 14 de junho de 1951, caderno 1, página 3, coluna assinada por Medeiros Lima.

²⁵¹ “*Ultima Hora* na política – o erro dos líderes [...]”, *Ultima Hora*, 21 de agosto de 1951, caderno 1, página 3, coluna assinada por Medeiros Lima.

O sr. Rui Almeida responsabiliza o sr. Danton Coelho pelas dissidências no PTB, dizendo:

- Ele é culpado de tudo pois não está a altura de ser presidente do Partido nem ministro do Trabalho. Tenho alergia ao seu nome, que me provoca urticária gigante. Ele é o responsável por toda essa onda de agitação e intranquilidade no Brasil. [...] ²⁵².

Essas conotações foram notadas durante todo o período de 1951. Em 1952, cobrindo-se a situação de afastamento de Coelho da direção do partido, esse foi denominado como “*derrotado*”²⁵³ e “*irritado*”, trazendo clima de desarmonia à agremiação, tensão que precisaria se dissipar com o advento de um novo líder petebista, que comunicasse aos seus colegas de legenda tranquilidade e solidariedade. Para isso, preocupavam os trabalhistas em nomear um “*autêntico líder do petebismo que, contando com o franco apoio de Vargas tenha, por força do seu prestígio, incontestável autoridade partidária.*”²⁵⁴. Quem poderia ser essa personalidade? “*Tudo indica que o nome a ser levantado seja o do sr. João Goulart, atualmente secretário do Interior do Rio Grande do Sul*”²⁵⁵. Quando Dinarte Dorneles discursou na Convenção partidária de 1952, criticando os rumos que o partido tinha tomado, bem como a falta de propósitos que tomou conta de seus quadros, o jornal interpretou que:

Apesar do estilo indireto, todo mundo identificou perfeitamente a quem se dirigia a crítica do 2º vice-presidente. Todo o discurso era nesse tom, deixando entrever que o **sr. Danton Coelho, como presidente em exercício, nada mais fizera do que criar dificuldades à atuação do presidente Getúlio Vargas** ²⁵⁶.

Retornou, então, a já percebida acusação sobre o PTB prejudicar as ações de Vargas no governo, mas com o elemento novo de adicionar uma figura representativa como responsável por esse errôneo exercício de poder. Seria Danton Coelho “*líder da ala*” menos moderada, aliás, que se considerava “*dono*” de Vargas. Quem fez tal ligação lógica foi o *UH*:

Os trabalhistas, por inabilidade ou equívoco uma vez no poder, chegaram a supôr que lhes devia caber normalmente o controle da política brasileira. E **uma das figuras mais representativas desta tendência e deste espírito era Danton Coelho**. Uma vez no Ministério do Trabalho, caminhou no sentido de chamar a si a responsabilidade

²⁵² “Brochado não vai apresentar renúncia à liderança”, *Ultima Hora*, 21 de junho de 1951, caderno 1, página 3, reportagem não assinada.

²⁵³ “Por trás da cortina”, *Ultima Hora*, 23 de janeiro de 1952, caderno 1, página 3, coluna assinada por H.A.

²⁵⁴ *Ibidem*.

²⁵⁵ *Ibidem*.

²⁵⁶ “Renovação completa na direção do PTB”, *Ultima Hora*, 09 de fevereiro de 1952, caderno 1, página 3, reportagem não assinada.

política do governo, muitas vezes, para não dizermos quase sempre, em prejuízo dos negócios que lhe cabia dirigir.²⁵⁷

Distingue-se, aqui, que não houve designações de Danton como homem guiado por ideias externas. Apenas a percepção de que ele, por suas próprias conclusões errôneas, pôs em prática uma série de ações que não coincidiam com os propósitos que o *UH* defendia para o PTB, ou seja, servir de apoio a Vargas. Mais além, também se pode entender que o jornal atribuiu ao político petebista uma ação movida por ambições pessoais, quase egocêntricas, visto que se sobreporiam às do presidente:

Danton, desde cedo, revelou-se um mal calculista, quando acreditou mais em seu prestígio e em sua influência pessoal do que na de Vargas. Esqueceu-se muito cedo de que o PTB nasceu, cresceu e vive ainda em função quase que exclusiva do fascínio de Vargas sobre a massa eleitoral que o reconduziu ao poder. [...] Danton assumiu a pasta do Trabalho e lançou-se a luta política com uma preocupação exclusiva: liquidar dentro e fora do PTB aqueles que considerava seus possíveis adversários. [...] ²⁵⁸.

Porém, como já vimos anteriormente, Danton Coelho assumiu o Partido e o Ministério sob a ideia de concatenar uma verdadeira ligação desses, que, junto aos sindicatos, formariam o tripé de apoio das bases populares a Vargas (DELGADO, 2011). Porque, então, o desgosto, que, por motivos diferentes, unem *CM* e *UH* contra Danton Coelho? Em relação ao antigetulista *CM*, não surpreende a oposição feita ao PTB como um todo ou às suas personalidades. Já ao *UH*, no qual “*Havia inúmeros colunistas afinados com as ideias do PTB, [...] [o que] ajudava a dar um charme de esquerda à UH*” (MARTINS E LUCA, 2012, p. 187), esses dados todos se tornam estranhos às conclusões esperadas de um jornal como o de Wainer. Acreditamos que as críticas advinham do fato de que Coelho não representasse a ação de projetos que ambos os jornais considerassem como ideais ao Brasil. Ainda é cedo para responder que projetos seriam esses, mas, como se verá, outras personalidades públicas, distintas para cada jornal, representariam-os.

4.2 SEGADAS VIANA: ENTRE REPRESSÃO E APAZIGUAMENTO.

Já desenvolvemos análises parciais quanto à representação de Segadas Viana no *UH* anteriormente. Far-se-á, agora, o relacionamento dessas análises com a questão maior das

²⁵⁷ “*Ultima Hora* na política – A missão do ministro Negrão de Lima”, *Ultima Hora*, 13 de março de 1952, caderno 1, página 3, coluna assinada por Medeiros Lima.

²⁵⁸ “*Ultima Hora* na política – O erro político de Danton Coelho”, *Ultima Hora*, 20 de fevereiro de 1952, caderno 21, página 3, coluna assinada por Medeiros Lima.

figuras-chave, objetivo desse capítulo. Relembrando que se denominou, temporariamente, a adjetivação da atuação de Segadas Viana como “inescrupulosa”, pergunta-se, então: como foi representada essa mesma atuação no *CM*?

O jornal matutino não desenvolveu grandes atribuições a Segadas no Ministério do Trabalho. Na coluna não assinada intitulada “*O problema da greve*”, de 14/04/1953, renunciando a Greve dos 300 mil, esta foi vista como “problema”. Tentou-se, então, definir de que se trataria tal inconveniente. A greve constituiria uma medida de eficácia a curto prazo, não possibilitando grandes ganhos para os trabalhadores se os patrões tivessem condições de resistir às reivindicações. Já a greve em cadeia, por outro lado, seria ameaçadora, uma “*revolução branca*”²⁵⁹. Citando Sorel, o *CM* afirmou que a greve em cadeia era uma subversão geral, pois, surgindo em regra de causas políticas, mobilizaria cada vez mais indivíduos, fugindo desses motivos e saindo de controle²⁶⁰. Era uma ameaça à ordem. Assim sendo, o jornal ressaltou que a ação do governo nesses acontecimentos deveria ser não de neutralidade, mas de envolvimento, no sentido de controlar a situação, mas Vargas não teria capacidade de tomar medidas definidas porque:

Como Presidente da República, **apóia o Ministério do Trabalho e sua orientação apaziguadora**. Mas, a título pessoal, deixa campo livre para que o sr. João Goulart e seu grupo se utilizem da greve para consolidar a posição do PTB, o que leva êste partido, naturalmente, a uma integral solidariedade com os grevistas, que assim recebem um estímulo para se manter em greve.²⁶¹

A orientação *apaziguadora* era justamente aquela que descrevemos através da historiografia. Por um lado, medidas assistencialistas, apoio aos trabalhadores em suas necessidades. Por outro, repressão e controle dos sindicatos e dos movimentos sindicais. Quando o *CM* se referiu à greve, entendemos mais do ideário do jornal, do que das greves em si. Este ideário aponta reminiscências de seu conservadorismo, pautado por elementos de manutenção da ordem. Martins (2009), ao especificar a continuidade do pensamento autoritário brasileiro no *CM*, demonstra que:

Para o jornal, a democracia emergente no Brasil dos anos 50 sofria uma série de ameaças, que podiam inviabilizar sua continuidade: do lado do corpo político, o sistema partidário carecia de representatividade; do lado do corpo social, as massas ignaras, recém-admitidas na cidadania, apresentavam-se inaptas para o seu exercício adequado, estando à mercê dos **demagogos ou mesmo podendo levar o sistema à anarquia e à subversão** (MARTINS, 2009, p. 8, grifo nosso).

²⁵⁹ “O problema da greve”, *Correio da Manhã*, 14 de abril de 1953, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

²⁶⁰ *Ibidem*.

²⁶¹ *Ibidem*.

Novamente, emergem elementos que levam a compreensão da visão do *CM* sobre a democracia como “*deformada*”²⁶², na qual os partidos eram apenas “*dança de letras*”, sem qualquer programa definido. O sucesso do PTB se dava, portanto, pela falha do sistema em apresentar bons representantes:

As forças sociais, **cada vez mais conscientes da importância da ação política, estão maduras** para se arremetarem debaixo dos partidos capazes de representar e orientar suas aspirações. **Não é outro o motivo dos demagogos junto às massas.** Não é outra a razão pela qual certos aventureiros conseguem empolgar as classes produtoras. Proletários e burgueses, consumidores e produtores, os grandes grupos em que se divide a comunidade brasileira, necessitam de uma política de base ideológica e sentido programático, mas, **na ausência de verdadeiros partidos e verdadeiros líderes, são arrebanhados pela contrafação dos demagogos e aventureiros.** A crise do PTB, mais que um episódio partidário, é um aspecto da crise política brasileira: **a nação está ficando madura para a vida pública, mas faltam os dirigentes.**²⁶³

Vê-se aqui uma sutil mudança de discurso, em que as camadas populares estariam, a partir dos anos 50, mais maduras, em contraposição às últimas décadas. Porém, essa maturidade apontada pelo jornal se reforçava mais como um lustro para continuar responsabilizando as classes baixas pelos problemas do país, por suas escolhas não inteligentes. No advento da nova década, pelas sucessivas demonstrações de que a população estaria questionando as propostas políticas e intervindo nestas²⁶⁴, não era possível continuar a defender a imagem de que suas escolhas eram completamente irrefletidas, cooptadas. Possivelmente, adaptando-se a esse fato, o *CM* articulou uma suposta diferenciação entre “*povo*” e “*massa*”, talvez para poder seguir com suas críticas, porém sem grandes afrontas às classes que cada vez mais despontavam na política brasileira. Essa diferenciação apareceu, copiada termo-a-termo, em dois editoriais distintos, o “Gerentes e Manipuladores”, de 14/10/1951, e o “Afinidades eletivas”, de 31/07/1954. Em ambos:

A transformação de “povo” em “massa” não é apenas uma questão de terminologia, antes envolve alguma coisa de mais profundo e substancial. **Conquista-se um povo com razões**, sentimentos, motivos de **inteligência e consciência. Para a conquista da massa, o processo é o irracionalismo**, a **mentira**, a exaltação passional, a exarcebação pela propaganda. [...] Já não são mais líderes populares, são

²⁶² Martins (2009), Martins (2020).

²⁶³ “A crise do PTB”, *Correio da Manhã*, 23 de maio de 1952, caderno 1, página 4, editorial.

²⁶⁴ Pode-se notar essas ações em fatos como a campanha Queremista. Ferreira (2005) demonstra que, apesar da participação ativa do Ministério e do PTB na sua composição, também as classes populares *queriam* Getúlio. Outro fato que pode apontar essa ação popular é a derrota de Eduardo Gomes, o brigadeiro, após seu discurso de campanha ser ligado a um posicionamento elitista, através da “*campanha das marmitas*” (FERREIRA, 2005).

manipuladores de massas. Convencer, já não sabem o que isso significa; manipular é o que fazem como processo.²⁶⁵

Apontando estratégias de simples cooptação das camadas populares, o *CM* desconsiderava, propositalmente ou não, que essa cooptação poderia ser uma via de mão dupla, afinal, como visto anteriormente, a *fala* dessas camadas foram *roubadas* ao longo dos anos 40 e devolvidas na forma de trabalhismo como projeto *inventado* governamentalmente²⁶⁶ e, assim sendo, os trabalhadores poderiam se deixar “cooptar” por perceber nessa devolução um ganho recíproco (GOMES, 1994; FERREIRA, 2005). Para o *CM*, entretanto, a transformação do povo em massa era reflexo de uma “*crise de partidos*” que se operava na realidade brasileira, que se construiu com base nas mudanças que a sociedade experimentou nos últimos 20 anos, notadamente as mesmas que Manin (1995) expressa que se concretizou na formação de partidos de massa na Europa. Segundo o *CM*, no Brasil, havia os chamados partidos de quadros, ou seja, “*partidos políticos de caráter conservador. [...] dispensavam-se os partidos políticos de qualquer trabalho tendente a conquistar maior número de adeptos para as suas fileiras. [...]*”²⁶⁷. Nos últimos tempos, entretanto, mudanças sociais, como a industrialização e a urbanização, possibilitaram que se criasse uma nova camada urbana, popular. Essa “*nova massa urbana fôra adquirindo, através da própria competição social-econômica, uma intensa, ainda que nem sempre lúcida, consciência de seus direitos [...]*”²⁶⁸, o que não foi percebido pelos partidos conservadores, denominados pelo jornal de “democratas”.

Entregues a si mesmas, as massas brasileiras voltaram-se para o comunismo e para a demagogia trabalhista do senhor Getúlio Vargas, acentuando-se assim o divórcio entre as elites conservadoras e as classes populares no Brasil. [...] como o PTB e o PSP, falsos partidos de massa.²⁶⁹

Ferreira e Gomes (2019) fornecem indícios para compreender que, nos anos 50, consolidava-se uma inédita democracia representativa no país. Como todo processo novo, esse implicou na necessidade de alterações substanciais em diversos setores da sociedade, como políticos e econômicos. Novos partidos, declaradamente de “massa”, irromperam para agregar às recém-surgidas camadas votantes em torno de projetos de representação. Imperfeitos ou não,

²⁶⁵ “Gerentes e manipuladores”, *Correio da Manhã*, 14 de outubro de 1951, caderno 1, página 4, editorial. Ocorreu também em: “Afinidades eletivas”, *Correio da Manhã*, 31 de julho de 1954, caderno 1, página 4, editorial.

²⁶⁶ Paranhos (2007) e Gomes (1994), respectivamente.

²⁶⁷ “Crise de partidos”, *Correio da Manhã*, 28 de agosto de 1953, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

²⁶⁸ *Ibidem*.

²⁶⁹ *Ibidem*.

PTB e PSP eram exemplos notáveis dessa transformação. Todo esse debate corrobora para entender a visão do *CM* dotada de reticências em relação aos trabalhadores, pois esses, inconscientes (apesar da acrescida – e inconstante – “maturidade” que o jornal lhes atribuiu), ameaçavam a ordem do país através de suas explosivas reivindicações, subsidiadas, ou até mesmo coordenadas e estimuladas, pelo PTB. Foi através dessa visão geral da democracia e de seus partidos, sob ótica conservadora, que se elogiou a administração de Segadas Viana. Ele seria um desvio ao risco de subversão, dentro do PTB e no Ministério do Trabalho.

Enquanto, para o *CM*, a atuação de Segadas Viana era *apaziguante*, para o *UH* era o que se resumiu como “inescrupulosa”, abrigo em si o *falso trabalhismo*. O *UH* inclusive evidenciava, em “*O dia do Presidente*”, como os trabalhadores estavam desgostosos com essa atuação:

Ali estavam eles, os trabalhadores de São Paulo, para denunciar ao Chefe do Governo – e aqui empregamos textualmente as palavras de um dos oradores – a “atuação criminosa e desagregadora do Ministério do Trabalho”. Inclusive, e sobretudo, de seu órgão regional de São Paulo. Enumeraram fatos, apontaram exemplos. Fizeram queixas graves e amargas. [...]. O sr. Segadas Viana, Ministro do Trabalho, não compareceu à manifestação dos operários de São Paulo.²⁷⁰

E,

Como se sabe, esses trabalhadores agora acrescidos com a adesão do sindicato dos taifeiros, têm feito restrições à ação do Ministério do Trabalho e se queixado também contra a ação da Polícia, nas sedes dos seus respectivos sindicatos. Pouco depois do despacho do sr. Segadas Viana, chegaram ao Catete alguns dirigentes dos sindicatos das classes dos marítimos - espécie de “estado-maior” da greve – para um novo encontro com o sr. João Goulart, já que na véspera os líderes grevistas conversaram durante mais de uma hora com o Presidente do PTB.²⁷¹

Segadas Viana: petebista, um dos fundadores do PTB e um dos legisladores da CLT. As posições assumidas pelos jornais revelam não visões do PTB como bloco único, mas diferentes perspectivas, desejos de atuação. Apontam *vias* possíveis ao PTB como aplicação do trabalhismo e como representação trabalhadora, vias essas que são diferentemente preferidas por cada jornal. Essas distinções se tornam ainda mais evidentes ao explorar como João Goulart foi representado no matutino e no vespertino.

²⁷⁰ “O dia do presidente – clamor de milhares de trabalhadores paulistas contra a orientação do Ministério do Trabalho”, *Ultima Hora*, 02 de maio de 1953, caderno 1, página 3, coluna não assinada.

²⁷¹ “O dia do presidente – ‘as reivindicações dos trabalhadores não são casos de polícia’”, *Ultima Hora*, 12 de junho de 1953, caderno 1, página 3, coluna não assinada.

4.3 JOÃO GOULART: *AUTÊNTICO LÍDER* OU PROMOTOR DE AGITAÇÕES?

Em meados de 1952, as críticas a Danton Coelho desaparecem do corpus do *CM*. Outra personalidade nasce com destaque: João Goulart. Na primeira ocorrência, afirmou-se que o PTB convulsionava “*as massas mal esclarecidas sob a inspiração de um agitador extraparlamentar que se rebaixa a si mesmo, desistindo do uso do seu nome, preferindo uma alcunha, Jango, assim como se usam alcunhas entre os malfetores do morro*”²⁷². É notável que o jornal não adotou, por educação ou por ojeriza, o apelido Jango, referindo-se ao político normalmente como “sr. João Goulart”, ou apenas João Goulart. Jango geralmente acompanhava alguma conotação irônica por parte do *CM*.

Acusaram-lhe, desde cedo, de gozar do favoritismo governamental, utilizando-se do seu novo cargo, presidente do PTB (março de 1952), para “*oferecer aos seus conquistados postos federais e outras vantagens*”²⁷³. Diferente de Danton Coelho, primarista e ignorante, conotou-se a Goulart intenções mais perversas: “*Já não é ignorância: é má fé. ‘Enfim, chega de liberalismo’ – exclama o presidente do PTB, como se não fôsse exatamente por falta de liberalismo que a vida está pela hora da morte [...]*”²⁷⁴. Persistindo na tônica do empreguismo, afirmaram que a ação “*mais recente e irrefletida foi a substituição dos dirigentes dos institutos e das caixas de aposentadoria e pensões para entregar os postos ao PTB, não ao partido propriamente dito, mas à facção do sr. Goulart.*”²⁷⁵. Interessante que aqui não se criticou a ocupação de cargos por petebistas, no geral, mas por uma ala específica, a “*facção*” que era controlada por Goulart. Essa concepção de controle pessoal efetuado por João Goulart emergiu também quando, ao criticarem a situação da previdência social, segundo o *CM* permeada por desordem, escândalos e favoritismos, asseveraram que essa foi transformada “*por agentes do sr. João Goulart e pelos seus favoritos políticos, em cornucópias idênticas, como já ocorria com o SESI.*”²⁷⁶.

²⁷² Tópicos e Notícias – Partido organizado”, *Correio da Manhã*, 24 de dezembro de 1952, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

²⁷³ “A luta PTB-PSD”, *Correio da Manhã*, 12 de dezembro de 1952, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

²⁷⁴ “Enfim, chega de liberalismo”, *Correio da Manhã*, 07 de abril de 1953, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

²⁷⁵ “Tópicos e Notícias – Os institutos”, *Correio da Manhã*, 15 de setembro de 1953, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

²⁷⁶ “Tópicos e Notícias – Cornucópias”, *Correio da Manhã*, 06 de abril de 1954, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

A referência à cornucópia não é em vão. Vaso em forma de chifre adornado com flores e frutas, a cornucópia remete à prosperidade e à abundância. Seguindo a mesma metáfora, este rico vaso, a previdência, estaria “*a serviço de ambições políticas e de vaidades pessoais à custa de contribuições do operário, do comércio e da indústria.*”²⁷⁷. Ou seja, aqueles que não o abasteceram estavam usufruindo de suas riquezas, movidos por interesses escusos. A construção da ideia de que João Goulart vivia às custas das riquezas públicas vinha desde antes de 1954:

[...] o sr. João Goulart, Jango para os íntimos, viu-se guindado à posição de ministro do Trabalho e Jango para todo o país. Agora sim, poderia gastar os dinheiros dados pelo sr. Getúlio Vargas, **usar a autoridade conferida pelo cargo – usá-las em festas e arruaças onde os comparsas** somariam multidões, fundar uma entidade especial **com a colaboração de amigos argentinos.**²⁷⁸

É a primeira vez – de muitas outras adiante – que o *CM* indicou algum tipo de conspiracionismo por parte de Goulart. Na citação anterior, “*amigos argentinos*” fazia referência à supostos planos, por parte de João Goulart e de Getúlio Vargas, de implantar uma “República Sindicalista”. Através de suas “*maquinações*”²⁷⁹, o dirigente petebista e ministro do Trabalho estaria organizando junto a Vargas um “golpe” de inspiração peronista. Para concretizar seu plano, João Goulart corroborava às greves, aquelas mesmas que vimos antes o *CM* denominar como de caráter político e, portanto, na iminência de ser uma “*revolução branca*”:

[...] o presidente do seu partido, e também ministro do Trabalho, **conspira para solapar a Constituição**, tumultuando a vida política e social com as **suas greves fomentadas**, os seus **pronunciamentos peronos-sindicalistas**, os seus congressos de pelegos, em que os oradores insultam o Congresso e ameaçam as instituições democráticas.²⁸⁰

João Goulart, ao invés de controlar as manifestações e apaziguar os protestos dos trabalhadores, como aliás Segadas Viana fazia, na visão do *CM*, promovia agitações subversivas, ampliando, assim, um conflito de classes sem precedentes. Sua presença no Ministério e no PTB eram ameaças à democracia. O jornal foi claro ao apontar ligações de Goulart com Duque de Assis, líder das manifestações no porto do Rio de Janeiro, questionando

²⁷⁷ Ibidem.

²⁷⁸ “Jango”, *Correio da Manhã*, 17 de julho de 1953, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

²⁷⁹ “Rejeitada a proposta de expulsão”, *Correio de Manhã*, 02 de outubro de 1953, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

²⁸⁰ “Petebistas”, *Correio da Manhã*, 23 de setembro de 1953, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

aos seus leitores: “*Quanto está custando à cidade e aos consumidores o eleitoralismo do agitador que obedece às instruções do sr. Goulart?*”²⁸¹. Em outra publicação, de 1953, afirmou:

É o senhor Duque de Assis, que volta a provocar agitação no Cais do Pôrto. Sabe-se quem êle é. E quem não sabe, que pergunte à administração dessa autarquia e à polícia. [...]. Esse **agitador profissional é hoje amigo e aliado do ministro do Trabalho**. O sr. Duque de Assis preside a uma União dos Servidores do Pôrto do Rio de Janeiro, sociedade sem existência legal, [...] essa União, imagina o ministro, de parceria com o sr. Duque de Assis, transformar em sindicato. [...] **Os portuários repeliram ostensivamente a propaganda que no meio dêles o sr. Jango Goulart, levado pelas mãos do sr. Duque de Assis, ia realizando.**²⁸²

De acordo com o *CM*, João Goulart, preocupado apenas com seus interesses escusos, percebidos pelos atos “conspiracionistas”, não atentava às necessidades do PTB, dividindo-o, pois estariam as seções estaduais se rebelando contra um presidente de partido voltado apenas para seus objetivos demagógicos:

[...] o presidente recorreu ao sr. Jango Goulart e “pelêgos” para se lançar à conquista dos sindicatos, planejando um golpe de inspiração peronista. [...] Já é notório que não há hoje um único Estado em que o PTB não esteja sofrendo um processo de rápida desagregação, motivada pela hostilidade indisfarçada dos diretórios estaduais contra a direção nacional. A revolta contra a incompetência e demagogia do ministro do Trabalho é franca e crescente. [...].²⁸³

Simbólica foi a interpretação dada pelo jornal ao ato de ajuste do salário mínimo, em 1954. João Goulart já havia sido afastado do Ministério quando a ação de acréscimo em 100%, articulado por ele, foi implementada. Sobre isso, o matituno comentou:

O conformismo, a passividade, a covardia geral que o sr. Getúlio Vargas encontrou, sobretudo pela surpresa, para dar a vitória ao sr. João Goulart **contra os interesses do país** e contra tôdas as opiniões responsáveis e sensatas [...]. Sim, a verdade no ato demagógico de 1º de maio é que, sendo de significação econômica, o sr. Getúlio Vargas nem de leve pensou na economia nacional, nem mesmo **na economia particular dos operários**, com a **encenação mistificadora**, o que êle levou em conta foram só os objetivos de sua **politicagem**. Tivemos um gesto político escondido por detrás de uma medida de repercussão econômica. **Mas não vai enganar os trabalhadores, nem levá-los a outro equívoco eleitoral** como o de 1950. Pois o sr. Getúlio Vargas lançou o seu **desembestado e alucinado decreto dos novos salários mínimos** apenas com a preocupação de salvar-se da impopularidade, de disfarçar a sua já visível e fatal decadência política.²⁸⁴

²⁸¹ “Pelego do sr. Goulart faz eleitoralismo”, *Correio da Manhã*, 02 de junho de 1954, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

²⁸² *Ibidem*.

²⁸³ “Esboroa-se o trabalhismo do sr. Getúlio Vargas”, *Correio da Manhã*, 13 de outubro de 1953, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

²⁸⁴ “Alertas e na defensiva”, *Correio da Manhã*, 06 de maio de 1954, caderno 1, página 4, editorial.

Ato demagógico, como demagógicos seriam os articuladores desse, era o entendimento do *CM* sobre o aumento dos salários. Note-se diversos elementos aqui presentes: contra os interesses do país; sem pensar na economia particular dos operários; encenação mistificadora; além de imputar que Vargas não iria mais enganar os trabalhadores. O voto do operariado em Vargas se tornou não uma decisão, mas um “*equivoco eleitoral*” apenas. Porém, o que se ressaltou foi a instauração do aumento salarial como “*desembestado decreto*”, sem qualquer tipo de vínculo com interesses sociais. Uma das grandes questões debatidas historicamente, e que também nessa dissertação emerge, é a de se questionar se essas ações foram de única via, estatal, ou se correspondiam às exigências maiores das camadas populares no seio de mudanças sociais mais amplas²⁸⁵. Naquele momento, cresciam as reivindicações dos assalariados por melhorias de padrão de vida, especificamente relacionadas ao custo de manutenção de necessidades básicas. O salário dos trabalhadores, frente à inflação, não cobria os valores alimentícios e de moradia. Assim, as mobilizações, como greves e criações de intersindicais²⁸⁶ aumentavam as pressões sobre o governo. Medidas rápidas eram carecidas, de forma que a simples repressão, alternativa adotada por Segadas Viana, além de desorganizar a cuidadosa construção de uma base trabalhadora de apoio a Vargas, também implicava o risco das mobilizações saírem do controle possível pelo governo. É sob esse contexto que João Goulart foi nomeado ministro do Trabalho²⁸⁷, cargo no qual se tornou precursor de uma nova forma de relação do Ministério com os trabalhadores. Adotando postura próxima e acessível aos operários, Goulart os recebia, um a um, no seu gabinete, ouvindo-lhes em suas solicitações e em seus anseios. Na sua administração como presidente do PTB, João Goulart:

Procurando redefinir o PTB em termos ideológicos, programáticos e organizacionais, além de reformular as relações de seu partido com sua própria base social – os trabalhadores e os sindicatos –, Goulart esforçou-se para atualizar o trabalhismo brasileiro a um contexto internacional vivido por sua geração: por um lado, a consolidação dos valores democráticos e o modelo de um Estado de bem-estar social que avançavam na Europa Ocidental e, por outro, a pregação antiimperialista e a emancipação econômica e política que se expandia pela América Latina. (FERREIRA, 2005, p. 122).

²⁸⁵ Aqui me baseio principalmente em Gomes (1994), Ferreira (2005) e Delgado (2011).

²⁸⁶ Ferreira (2005), Negro e Silva (2020).

²⁸⁷ Ferreira (2005), especialmente capítulo 2, “O ministro que conversava: João Goulart no Ministério”. Através dessa obra, baseada em diversas fontes, como imprensa e entrevistas, pode-se perceber como a atuação de João Goulart foi inovadora, à medida em que rompia com o caráter inacessível dedicado às personalidades de Estado. Conversando com os trabalhadores, indo aos seus eventos e anotando as suas solicitações, João Goulart possibilitou que as classes trabalhadoras se sentissem atendidas em seus propósitos, esvaziando greves, como a dos Marítimos, em 1953.

Ou seja, foi o reconhecimento de que os moldes econômicos liberais clássicos estavam incompatíveis com as novas necessidades do país que marcou a transição, com João Goulart, para uma nova fase do trabalhismo brasileiro (FERREIRA, 2005). É este lado popular, de independência nacional, que será ressaltado pelo *UH*.

Mesmo antes de assumir a presidência do partido ou o Ministério do Trabalho, há ocorrências que elogiavam o Secretário do Interior do RS pela sua organização da campanha eleitoral do PTB gaúcho. A coluna “*Ultima Hora* na Política” afirmava que “*As debilidades políticas que se lhe possam apontar as supre com uma enorme capacidade de trabalho e de ação. E isto lhe tem valido seus melhores êxitos.*”²⁸⁸. Em uma reportagem intitulada “Fala o comandante da vitória do trabalhismo gaúcho”, novamente se alegou que a inexperiência do político era compensada pela “*extraordinária capacidade de ação e de trabalho. E ai está um dos traços mais característicos da personalidade desse jovem político. [...] A palavra, prefere, invariavelmente, a ação*”²⁸⁹.

Assim começam as previsões de que, dada a crise que o partido se encontrava frente a direção de Danton, outro líder, *autêntico*, deveria ser escolhido, e “*Tudo indica que o nome a ser levantado seja o do sr. João Goulart [...] Amigo de Vargas, desde as horas difíceis, expressão do sentido renovador da política trabalhista, traz atrás de si o prestígio da sua seção.[...]*”²⁹⁰. Quando João Goulart assumiu, portanto, a direção do partido, iniciou-se uma ode à sua figura. *Dinamismo, harmonia, renovação, prestígio, consagração, otimismo, nova fase, apoio irrestrito*, são, entre outras palavras, as que se destacaram nos textos do *UH* perante a eleição de Goulart para o PTB nacional e, após, a sua nomeação para o Ministério do Trabalho. Diferente das percepções do *CM*, o vespertino objetivou demonstrar João Goulart representando uma nova etapa para o trabalhismo e para o PTB, revestindo-se de uma verdadeira “*revolução trabalhista*”²⁹¹, trazendo unidade ao partido e recebendo respaldo dos trabalhadores:

- A eleição do dr. João Goulart – acentuou o líder dos gráficos – tem para os trabalhadores o sentido de uma verdadeira renovação de valores e dos processos políticos, nos dando a certeza de que o programa dessa prestigiosa agremiação

²⁸⁸ “*Ultima Hora* na política – A vitória do PTB no Rio Grande do Sul”, *Ultima Hora*, 07 de novembro de 1951, caderno 1, página 3, coluna assinada por Medeiros Lima.

²⁸⁹ “O povo nos confiou a maioria dos municípios e todos os redutos de nossos adversários”, *Ultima Hora*, 29 de novembro de 1951, caderno 1, página 3, entrevista com João Goulart.

²⁹⁰ “Por trás da cortina”, *Ultima Hora*, 23 de janeiro de 1952, caderno 1, página 3, coluna assinada por H.A.

²⁹¹ “Trabalhista leal e fiel aos ideais partidários”, *Ultima Hora*, 20 de maio de 1952, caderno 1, página 3, reportagem não assinada.

partidária será seguido à risca, facultando aos trabalhadores maior ajuda ao benemérito governo, que eles ajudaram a colocar no poder²⁹².

Aliás, no *UH*, os debates sobre o salário mínimo eram vistos com outra perspectiva. A ação era o acolhimento da exigência dos trabalhadores e não um decreto, algo determinado de cima para fins demagógicos e apenas para recuperar a popularidade do presidente. Na coluna “*O dia do Presidente*” foi descrito que, encontrando-se o ministro com os líderes da bancada de empregados da Comissão de Salário Mínimo de São Paulo, na Delegacia do Trabalho, “*Os trabalhadores paulistas colocaram a questão nestes termos: dois mil e trezentos cruzeiros, nem um centavo a menos.*”²⁹³. Após o atendimento da solicitação, o *UH* reproduziu uma carta enviada pelos Metalúrgicos de São Paulo, em gratidão pelo feito:

“Dr. João Goulart, Presidentente nacional do PTB, Rio. O sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, representando mais de 100 mil operários apresenta sinceros agradecimentos a V. Exa., pelo empenho na luta pelo salário-mínimo em todo o território nacional. Envia sinceras homenagens dos trabalhadores paulistas. Sinceramente. a) Remo Forli, Presidente”²⁹⁴.

Considerando que a carta era do Sindicato, não do *UH*, essa reprodução é interessante por dois fatores: primeiro, pode-se ter uma visão, mesmo que parcial, de que o aumento dos salários não foi apenas um ato de engrandecimento do governo, mas sim requisições por parte das classes trabalhadoras. Isso já está bem definido pela historiografia mais recente, mas ainda permanece em algumas análises que tendem a adotar em parte os discursos conservadores de que esses atos eram meras estratégias populistas. Ferreira e Gomes (2019) fazem uma ótima contestação dessa visão comum, mostrando, portanto, que a realização de certos feitos, como, por exemplo, o aqui abordado aumento do salário mínimo, tinham antes o reflexo de serem necessários em uma nova *democracia representativa em consolidação*²⁹⁵. O segundo ponto, agora relacionado à imprensa, é que, tido o *UH* suas inegáveis relações com o governo Vargas, também este atendia à *dupla determinação* do mercado jornalístico exposta por Bourdieu (1997), ou seja, não só as fontes econômicas incidem no jornal, mas também, principalmente, a *sansão da clientela*, visto que o jornal precisa se consolidar frente ao seu público leitor. Apresentando o *UH* a intenção de se solidificar como jornal popular, este deu maior atenção –

²⁹² “Maior pujança para as hostes trabalhistas”, *Ultima Hora*, 23 de maio de 1952, caderno 1, página 3, reportagem não assinada.

²⁹³ “O dia do Presidente – Dentro de uma semana, nas mãos do presidente, a minuta do decreto sobre salário mínimo”, *Ultima Hora*, 10 de fevereiro de 1954, caderno 1, página 3, coluna não assinada.

²⁹⁴ “Agradecimento dos trabalhadores paulistas ao presidente Vargas: Vitória maiúscula de nossas reivindicações”, *Ultima Hora*, 04 de maio de 1954, caderno 1, página 3, nota.

²⁹⁵ Ferreira e Gomes (2019).

convertido mesmo em espaços – para as causas populares e suas óticas. Porém, acreditar que o jornal exporia tais elogios e defesas apenas para agradar o público e/ou suas fontes de renda é o colocar numa posição mecanicista.

Dessa forma, é provável que, para o jornal, através da atuação de Goulart o partido se tornava a *revolução em marcha* que se viu anteriormente, transformação essa marcada pela suposta unidade e vigor do Partido Trabalhista Brasileiro como força política ligada às classes operárias:

Não há dúvida de que a **orientação do Sr. João Goulart à frente do PTB** está produzindo os **melhores resultados políticos** para a agremiação. Já agora os círculos políticos começam a ver no trabalhismo uma **fôrça uniforme**, que sabe o que quer e para onde vai. Sentem que o PTB está provocando a sua **renovação** e, mais do que isso, é uma **revolução em marcha** na paisagem política deste país.²⁹⁶

E,

Os círculos petebistas se mostraram satisfeitos com o **intenso trabalho de arregimentação partidária** desenvolvido pela atual direção do PTB, [...] presença do sr. João Goulart na Presidência do Partido, **anulando as divergências** que existiam em seu seio, **restabelecendo dêsse modo a sua unidade**. Daí a unanimidade que se verifica nos círculos trabalhistas pela reeleição do sr. João Goulart.²⁹⁷

Sob a forma de uma reportagem chamada “*Elogiada ação de Jango na Greve dos Marítimos*”, foi exposto com positividade sua atuação. Destacando em cartola que “*Os srs. Domingos Velasco e Carlos Gomes de Oliveira Contratulam-se Com o Ministro do Trabalho Pela Sua Alta Compreensão do Direito Dos Trabalhadores – O Líder do PTB Analisa o Problema Sob o Ponto de Vista Trabalhista – [...]*”²⁹⁸, desenvolveram o entendimento, indireto, de que a forma como João Goulart solucionou o impasse atendeu à conceitos de “*compreensão e espírito de justiça*”²⁹⁹. Logo, seria por conta dessa atuação, uníssona no PTB e no contato com os trabalhadores, que Goulart estava sendo atacado pelo que o jornal denominou, em outro material, de “*sindicato da mentira*”:

O objetivo do Sindicato da Mentira foi, por isso mesmo, mais profundo e pretendeu atingir o homem que vem revitalizando o trabalhismo nacional, para dar-lhe consciência dos seus deveres e de sua fôrça na hora atual. [...] O trabalhismo como nome já assusta, sem dúvida, as fôrças de retrocesso e reação. Mas quando êle entra numa fase de renovação e prestígio, aí então torna-se um perigo para os pescadores

²⁹⁶ “Começou em Minas a revolução do PTB”, *Ultima Hora*, 09 de junho de 1953, caderno 1, página 3, reportagem assinada por Humberto Alencar.

²⁹⁷ “Reeleição de João Goulart”, *Ultima Hora*, 19 de março de 1953, caderno 1, página 3, reportagem não assinada.

²⁹⁸ “Elogiada no Senado a ação de Jango na greve dos marítimos”, *Ultima Hora*, 27 de junho de 1953, caderno 1, página 3, reportagem não assinada.

²⁹⁹ *Ibidem*.

de águas turvas, que só encontram a mentira como triste e último recurso de combate.³⁰⁰

Este sindicato da mentira nada mais era do que uma metáfora aos “*profissionais da difamação*”³⁰¹, as classes conservadoras que promoveriam ampla campanha contra João Goulart e Getúlio Vargas por sua atuação em busca de direitos e melhorias às classes operárias. Por conta da oposição sistemática, João Goulart foi afastado do cargo, na tentativa de se manter o pouco que restava de estabilidade ao governo Vargas. Sobre isso, o *UH* dissertou:

O Ministro do Trabalho, alvo de violenta campanha das classes conservadoras, não desejava criar embaraços ao Sr. Getúlio Vargas e colocou o cargo a sua disposição imediatamente após ter surgido o memorial dos coronéis. Foi significativa a ausência do Sr. João Goulart numa festa eminentemente trabalhista como a de Volta Redonda³⁰².

Assim, em fevereiro de 1954, João Goulart deixou o Ministério e continuou sua atuação frente ao PTB. Viu-se até aqui que o *UH* defendeu João Goulart e o que ele representou em termos políticos. Dados os resultados quanto ao trabalhismo no *UH*, pode-se entender que o vespertino apoiou João Goulart como figura de expressão da doutrina nacional, em franca expansão. Porém, vimos que o *CM* não era contra o princípio trabalhista em geral, mas sim era contrário ao trabalhismo na sua aplicação brasileira. Nem o PTB era intolerável como um todo, apenas certas alas, ou, como se chamou em relação a João Goulart, *facções*. Um outro trabalhismo, ou, mais ainda, um outro PTB era possível, mas este teria que seguir uma outra via. Qual era essa?

4.4 PASQUALINI: TEÓRICO DO TRABALHISMO, MAS QUAL?

Para além de sua definição sobre trabalhismo, apresentada no capítulo referente à esse tema, não foram encontrados grandes comentários sobre Pasqualini no *UH*. Alguns tímidos, como o de que ele estaria “*bem humorado e em disposição de luta*”³⁰³, ou que ele seria o

³⁰⁰ “Fracassou o sindicato da mentira na manobra contra João Goulart”, *Ultima Hora*, 13 de dezembro de 1952, caderno 1, página 3, coluna não assinada.

³⁰¹ “O dia do Presidente – João Goulart em conferência”, *Ultima Hora*, 25 de abril de 1953, caderno 1, página 3, coluna não assinada.

³⁰² “Pode ficar tranquilo: não há crise política nem militar”, *Ultima Hora*, 22 de fevereiro de 1954, caderno 1, página 3, reportagem não assinada.

³⁰³ “Alberto Pasqualini a ”*Ultima Hora*”: ‘Vou para a campanha das ruas’”, *Ultima Hora*, 23 de julho de 1954, caderno 1, página 3, reportagem não assinada.

“teórico do trabalhismo”³⁰⁴ foram a grande tônica do *UH* entre 1951 e 1954. Porém, alguns materiais são peculiares – e serão agora trabalhados.

O primeiro se refere a uma edição de “*Ultima Hora na Política*” em que se expôs o “*drama*” vivido por Pasqualini dentro do PTB:

Chegou ao trabalhismo arrastado por convicções de ordem ideológica. E o seu trabalhismo, que procura reduzir as contingências da vida brasileira, está imbuído do espírito de **reforma do movimento socialista mundial**. Ele é considerado como o teórico do partido, o que, na prática, não lhe concede nenhuma posição de prestígio. Pelo contrário. Dentro do grande jogo partidário tem ficado praticamente à margem. [...] Por um lado sente-se preso ao PTB, tal qual êle é, pois o PTB representa base política e eleitoral. Mas, por outro, é arrastado a uma atitude de divergência e até mesmo oposição, que refreia, o que se traduz por um comportamento discreto, que o coloca à margem da vida partidária.³⁰⁵

Entrando para o partido por questões ideológicas, este não teve o destaque esperado às suas ideias devido ao “*grande jogo partidário*”. Nota-se que, ao menos aqui, o *UH* não impôs à ideia de *jogo* uma conotação negativa, apenas a descreveu como recorrente. Muito menos exibiu que parte dessa divergência de Pasqualini dentro do PTB era pela condução que Vargas dava ao partido, visto que, por conta do seu objetivo de conciliação, renegava a segundo plano as premissas ideológicas e programáticas que o PTB defendia³⁰⁶. Outro ponto, que se tornará interessante ao comparar com o *CM*, é a afirmação de que o trabalhismo de Pasqualini tinha influência do “*movimento socialista mundial*”. Quando analisamos o trabalhismo ideal para o *CM*, vimos que houve tentativa de afastamento entre ideias de reforma social e de marxismo. Não é a intenção desta dissertação avaliar se no trabalhismo de Pasqualini há maior ou menor influência do socialismo, mas de compreender como os jornais se *apropriaram*³⁰⁷ dessas idéias e as *representaram* nas suas páginas.

Já em 1953, continuando a série de elogios à atuação de João Goulart, discorreu o jornal que foi pelas mãos de Jango que Pasqualini voltou a ter o espaço que lhe cabia no partido como o teórico do PTB:

Dirigindo o Departamento de Estudos e Planos, que imprime à atuação das representações parlamentares um cunho doutrinário de que até então se ressentia. Liderando poderosa corrente trabalhista que entendia ser necessário dar ao partido

³⁰⁴ “Três Deputados Conferenciam Com Pasqualini”, *Ultima Hora*, 27 de junho de 1951, caderno 1, página 3, nota.

³⁰⁵ “*Ultima Hora* na política – Pasqualini e a Reforma de Base – Vivendo o seu drama”, *Ultima Hora*, 03 de agosto de 1951, caderno 1, página 3, coluna assinada por Medeiros Lima.

³⁰⁶ Bodea (1992); Delgado (2011).

³⁰⁷ Chartier (1990).

conteúdo doutrinário o Senhor Alberto Pasqualini se encontrava afastado da direção do partido, quando, convidado pelo sr. João Goulart, aceitou a nova tarefa³⁰⁸.

Sobre o assunto da suposta reforma constitucional, o jornal afirmou que, “*Ausente do Rio de Janeiro o sr. João Goulart, ninguém mais autorizado para falar sobre assunto dessa natureza, em relação ao PTB, do que Pasqualini*”³⁰⁹, apresentando essa estranheza em relação ao assunto. Para além do fato de que, enquanto o *CM* focou na possível reforma da Constituição, bradada por Coelho, e a chamou de ameaça à democracia, o *UH* tomou a posição de esclarecimento de fatos, é também atraente notar que o esforço do *UH* foi de aproximação da figura de Pasqualini à de João Goulart, não em igualdade, mas em ligação e em cooperação. João Goulart seria o petebista máximo, o *autêntico líder*. Pasqualini, por sua vez, seria o teórico que voltou a ter destaque no partido *convidado* por João Goulart. Em nenhum sentido ocorreu ao *CM* a mesma estratégia. Se Danton Coelho uniu os jornais pela crítica, João Goulart e Segadas Viana os separaram. Em Pasqualini, entretanto, evidenciou-se as nuances de cada um dos periódicos.

Em 09/06/1951, foi publicado no *CM* o editorial “Jogo de sombras”, já trabalhado aqui. É nele que se fez a comparação entre duas alas principais do PTB, uma que seria dominada pelos ambiciosos e liderada por Danton Coelho, e outra em que a figura representativa seria Pasqualini, que “*pretende dar-lhe um programa, uma fisionomia, um caráter. Doutrinário nominal do partido, mas sem muitos seguidores, o sr. Pasqualini quereria que o PTB adotasse o programa de uma reforma de base, levando o govêrno a executá-la.*”³¹⁰. Em uma coluna não assinada (*O senador Pasqualini faz um chapéu*), comentou-se que Pasqualini fez um excelente discurso apontando as possibilidades se de realizar um verdadeiro trabalhismo no país, mas que essa possibilidade era desviada pela “*ingenuidade e boa fé do povo, que prefere a droga dos demagogos, à terapêutica racional que lhe poderia aliviar realmente os males [...]*”³¹¹. A solução para esse problema seria, então, a educação das “massas”, que, segundo o jornal, Pasqualini pôs a cargo das elites do país, devendo essas cumprir o papel de valorização das camadas sociais inferiores. Cerca de dois meses depois, em agosto, no editorial “Educação e trabalhismo”, o jornal passou a defender essa ideia de forma veemente.

³⁰⁸ “Reeleição de João Goulart”, *Ultima Hora*, 19 de março de 1953, caderno 1, página 3, reportagem não assinada.

³⁰⁹ “Não se cogita reformar a constituição”, *Ultima Hora*, 26 de setembro de 1952, caderno 1, página 3, reportagem assinada por Humberto Alencar.

³¹⁰ “Jogo de sombras”, *Correio da Manhã*, 09 de junho de 1951, caderno 1, página 4, editorial.

³¹¹ “Tópicos e notícias – O senador Pasqualini faz um chapéu”, *Correio da Manhã*, 30 de agosto de 1951, caderno 1, página 4, coluna não assinada.

No editorial chamado “Demagogia e Trabalhismo” (13/09/1951), aquele mesmo em que se discorreu que o trabalhismo brasileiro não passaria de uma intenção e um nome, também afirmou-se que Pasqualini conferia uma “*honrosa exceção a êsse panorama*”:

Ao contrário dos demagogos do trabalhismo, para quem todos os problemas se resolvem com majorações de salários e **distribuições de lucros, destruindo-se a insignificante riqueza nacional por seu parcelamento**, o sr. Pasqualini julga indispensável a concentração de recursos e técnicas de sorte a aumentarmos a produção e sobretudo a produtividade. A tarefa principal é industrializar o país, racionalizar sua economia, transformá-lo de produtor de matérias-primas e importador de manufaturas num país equilibrado, capaz de satisfazer suas principais necessidades [...]. Não basta entretanto, salienta o sr. Pasqualini, aumentar e diversificar [...]. **É necessário, igualmente, elevar a capacidade média de consumo, reduzindo a distância que separa os níveis de vida da população.** [...] Nos momentos de crise, como os que ora vivemos, é imprescindível que se promova **o acôrdo das forças produtivas em tôrno dos homens de boa vontade e das ideias esclarecidas.**³¹²

Capta-se aqui, apesar da aparente crítica à distribuição dos lucros da produção, um significativo destaque ao pressuposto pasqualinista de redução das desigualdades. Em *Diretrizes fundamentais do Trabalhismo Brasileiro*,³¹³ Pasqualini enunciou que, ao contrário do socialismo, era necessário no Brasil uma forma de *capitalismo solidário*, visto que não tínhamos, como país majoritariamente agro-exportador, o que socializar. Era necessário, portanto, o combate ao *capitalismo individualista*, através da cooperação e do equilíbrio social, bases do que ele definiu sendo capitalismo solidarista. Diferenciando ainda socialismo revolucionário, concebido através da rebelião, do socialismo pacífico, no qual os trabalhadores se organizariam para assumir o país pela via eleitoral, Pasqualini esclareceu que é esse segundo a inspiração do trabalhismo inglês que, naquele momento, já se encontrava aplicando seu programa de socializações de setores estratégicos. No Brasil

Devemos, pois, permanecer no sistema da iniciativa privada, isto é, no regime capitalista. Mas, se é conveniente que se mantenham em seus delineamentos gerais, a estrutura do regime capitalista, isso não significa que seja qualquer tipo de capitalismo que o trabalhismo possa admitir e defender. Em primeiro lugar, **o trabalhismo brasileiro não poderia solidarizar-se com um capitalismo de caráter individualista e parasitário**; em segundo lugar, **há certas atividades e empreendimentos, certas riquezas e certas formas de poder econômico que devem ser socializados.** (PASQUALINI, 2005, p. 146 e 147).³¹⁴

É esse caráter doutrinário, de superação das desigualdades, que Pasqualini tentou levar ao PTB, com apoio do *CM*. Em outras palavras, era o PTB doutrinário de Pasqualini que o *CM*

³¹² “Demagogia e Trabalhismo”, *Correio da Manhã*, 13 de setembro de 1951, caderno 1, página 4, editorial.

³¹³ Redigido em 1948, disponível em *O pensamento político de Alberto Pasqualini* (2005) e analisado por Bodea (1992, p. 154).

³¹⁴ Retirado de “O pensamento político de Alberto Pasqualini” (2005), mas também analisado por Bodea (1992).

desejava ver no panorama político do país. Por conta disso, Pasqualini foi elogiado em seus esforços para “*superar o caráter demagógico do PTB*”:

Merecem simpatia os esforços com que o senador Pasqualini, organizando um Departamento de Estudos no PTB e promovendo outras reformas na estrutura deste partido, procura levá-lo a uma ação de base ideológica e caráter programático. Ainda para os que discordam dos ideais trabalhistas do sr. Pasqualini, cumpre aprovar a atividade que desenvolve no sentido de superar o oportunismo demagógico do PTB, contribuindo para o aperfeiçoamento da nossa vida política.³¹⁵

Os problemas internos do partido na visão do jornal, explicitados no capítulo anterior, dificultariam a ação benéfica de Pasqualini. Entretanto,

Não deve êsse triste quadro da realidade trabalhista conduzir ao desânimo os que sinceramente lutam pelo social welfare [...]. É possível desenvolver um sério esforço político. **O país está aguardando a ação dos líderes esclarecidos**, capazes de formular um programa de renovação social que assegure, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da economia nacional e mais justa distribuição da renda e das oportunidades.³¹⁶

Mescla de continuidades e de novos elementos surgem aqui: de novidade, encontram-se discussões sobre possibilidades de conciliar questões econômicas e sociais num mesmo plano doutrinário, o que é novo pelo fato de eram novas as condições sociais e políticas que exigiam essas conciliações. Porém, esse debate parece, pelo destaque da citação, ter sido permeado pelos resquícios da visão conservadora, ainda pautada pela influência do pensamento de Azevedo Amaral na redação do matutino³¹⁷, sobre esse plano ser realizado por líderes esclarecidos. Uma contradição, enfim, evidente, era a defesa, por parte do *CM* - autoafirmado liberal, item que já questionamos em parte -, de uma economia ao mesmo tempo desenvolvida e industrializada, mas com “*mais justa distribuição de renda e das oportunidades*”. Em síntese, mesmo em meio à insistentes pontos de conservação, o jornal esperava uma renovação social que atentasse às prioridades dos novos tempos. Essa renovação, se não cabível aos rumos do PTB existente, ficava compreendida, nas entrelinhas, como possível em uma outra via do PTB. Essa via era Alberto Pasqualini. Por essas razões que houve para o jornal o “*Dilema de um candidato*”. Nesse editorial, do dia 21/07/1954, comentou-se que Pasqualini, ao ter que decidir se se candidataria pelo PTB-RS, estaria com um problema: “*a dificuldade de se pronunciar por um PTB que seja impessoal e doutrinário, ou por um PTB personalista e demagógico, sempre*

³¹⁵ “PTB e o trabalhismo”, *Correio da Manhã*, 19 de julho de 1952, caderno 1, página 4, editorial.

³¹⁶ *Ibidem*.

³¹⁷ Martins (2020).

a extrair tôda a sua substância do getulismo caudilhesco”³¹⁸. Em síntese, uma dúvida que se deu em torno de “dois PTB’s, na nossa visão: um *real* e um *possível*. Nas palavras do jornal, um *falso* e um *verdadeiro*. Caso Pasqualini optasse pelo falso, real, “*terá que esquecer o seu passado e convicções, tornando-se tão demagógico e getulista quanto Jango Goulart. E êste é o dilema do candidato.*”³¹⁹.

4.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Pode-se conceber que as figuras representativas do PTB (representativas pois possuíam atuação destacada na política brasileira), notadamente Danton Coelho, Segadas Viana, João Goulart e Alberto Pasqualini, formavam, de acordo com suas correntes, polos opostos em relação a um mesmo objeto, o trabalhismo do PTB. A conotação a esses lados foram os jornais que definiram através das suas representações. Os atores sociais representativos foram divididos em dois eixos distintos. No *CM*, o polo negativo era ancorado por Danton Coelho e, principalmente, João Goulart. No polo positivo, situavam-se Pasqualini e, em menor grau, Segadas Viana. No *UH*, entretanto, inverteu-se, em parte, a lógica: no polo negativo se encontrava Danton Coelho, acompanhado de Segadas Viana. No polo positivo, João Goulart era sua expressão máxima, seguido, secundariamente, de Pasqualini.

Entretanto, todos eles atuaram em função de um mesmo partido, apenas se diferindo em relação as correntes intrapartidárias. Essa complementação é expressa através da análise de Bodea (1992) em torno das duas figuras máximas do trabalhismo brasileiro, Pasqualini e Vargas. O autor explica que, comumente, é feita oposição entre os dois políticos, que defenderiam diferentes projetos, conflitivos, de PTB e de trabalhismo e, por isso, o suposto afastamento ocorrido entre ambos. Miguel Bodea utiliza, então, o conceito de Gramsci de *partido político*, considerando, na sua obra, o trabalhismo como tal. Assim, o *partido político* primeiro precisaria fortalecer-se na *sociedade civil*, para somente depois adentrar na *sociedade política*. Para sobreviver na sociedade política necessitaria fazer alianças, ligações políticas que, naturalmente, afastariam o *partido* de seus programas em nível de visão de mundo (doutrina). Pasqualini seria o articulador do trabalhismo no nível de “*movimento de opinião pública*” na sociedade civil, enquanto Vargas seria o estrategista em nível de sociedade política, por isso procurava alianças com outros partidos, à exemplo do PSD. Portanto, a relação entre ambos

³¹⁸ “Dilema de um candidato”, *Correio da Manhã*, 21 de julho de 1954, caderno 1, página 4, editorial.

³¹⁹ *Ibidem*.

não seria de oposição, mas de “*complementariedade conflitiva*” (BODEA, 1992, p. 140). Essa complementariedade também se daria em questão de regionalidade, já que Pasqualini se restringiria à mobilizações regionais, enquanto Vargas se concentraria no poder nacional.³²⁰ Assim como Vargas e Pasqualini se complementavam, podemos inferir que, sendo eles as inspirações maiores de cada corrente intrapartidária, o próprio PTB existia nessa complementação entre as correntes: a *doutrinária* cuidaria dos aspectos de visão de mundo defendida pelo PTB junto à sociedade, enquanto a corrente *pragmática* atentaria às questões de ordem política, fato que se explica pela própria origem da corrente junto ao estrategista político Vargas. Ao contrário de pura demagogia, vimos em Manin que essa busca de alianças, ou mesmo a conciliação, é perfeitamente concebível e necessária quando um *partido de massa* chega ao poder.

Como compreender, então, que personalidades situadas dentro de uma mesma corrente eram vistas de modo distinto por determinado jornal? A resposta não está nos aspectos de ordem ideológica somente, mas nas discussões entre diferentes projetos de desenvolvimento para o país nesse momento. Os jornais possuíam concepções distintas sobre um debate em crescimento na sociedade da época: “*que orientação econômica-social o país deve adotar frente às mudanças do período?*”. Assim, disputando formulações sobre a realidade brasileira, os jornais identificavam em cada ator representativo *vias* possíveis dentro do partido.

Como indicamos na introdução, Fidelis refina em sua análise por que se dava o apoio ao governo por parte do *UH*, afirmando que “*A defesa dos pressupostos do governo seria uma espécie de convergência, já que boa parte do habitus do presidente era defendido pelo UH.*” (FIDELIS, 2018, p. 292). Entretanto, essa convergência, segundo o autor, não significava dependência de *UH* em relação ao governo, visto que o jornal procurava, por meio dessa atuação, “[...] *independência de ação, mas sem negar sua perspectiva política*” (FIDELIS, 2018, p. 292). Essa perspectiva é reforçada na análise aqui realizada, sendo nítida a diversidade de matizes dos posicionamentos feitos pelo *UH*. Apoiando os ideais políticos que lhe era caro, aglutinados na figura do presidente Vargas, o *UH* não se eximiu de criticar os rumos que, sob seu viés, eram negativos, como a atuação de Segadas Viana ou de Danton Coelho. Longe de balizar aqui se as críticas eram fundadas ou não, é necessário perceber que, ao fazer essas críticas, o *UH* se punha no conflito pela formulação das definições de “bom x mal

³²⁰ Apenas como adendo, é interessante como Bodea também apontará que essa mesma complementariedade se deu, na Revolução de 30, entre Flores da Cunha e Vargas e se dará, após Vargas-Pasqualini, com João Goulart-Brizola, ao longo dos anos 60.

trabalhismo/PTB”, bem como sobre a legitimação dos caminhos escolhidos pelo governo para o país. Esse conflito, essa *luta simbólica pela definição da realidade*, era engendrado pelos outros jornais em circulação e com prestígio reconhecido, entre eles o *CM*. Este também, como vimos, pautou suas colocações através dos rumos que aspirava ao país, pondo-se, sutilmente, como esclarecedor da “opinião pública”³²¹ sobre a significância dos atos do governo e do partido e, de semelhante modo, sobre o sentido de trabalhismo. Da mesma forma se pode interpretar a marcada divergência entre os jornais sobre João Goulart. Para o nacionalista *UH*, convinha a liderança expressiva de um ator político como Jango. Como Lucília de Almeida Neves afirma, João Goulart aderiu ao trabalhismo pragmático reformista que, baseando-se na proposta original de Vargas, o getulismo, combinava-o com o trabalhismo doutrinário de Pasqualini, especialmente quanto aos pressupostos de igualdade social e distribuição de renda (NEVES, 2013). Assim, entre Pasqualini e o reformismo petebista inseria-se um PTB que, ao longo dos anos 50, radicalizou cada vez mais sua atuação em prol do nacionalismo à esquerda. Apesar de Delgado (2011) encarar o reformismo como centrado na fase do partido pós-Vargas, pode-se pensar nessa transição não como uma ruptura, mas como uma continuidade histórica que se delineava já entre 1951-1954, percebida e debatida pelos jornais. É nesse sentido que melhor se entende a oposição que o *CM* fez a João Goulart, que representava, para o matutino, um PTB mais à esquerda, vinculado aos pressupostos nacionalistas. A via petebista a qual o *CM* era simpático se encontrava em Pasqualini, pois esse representava uma proposta de reforma social que melhor equilibrava os diferentes interesses sociais em disputa, notadamente os da elite, a qual o *CM* escrevia. Essa reforma social era pautada por elementos como o aceite a uma participação econômica estrangeira que não ferisse os interesses nacionais do Brasil, à defesa de justiça salarial e de distributivismo, à reforma agrária, ao crédito popular, à liberdade política e à divisão entre setores privados e estatais³²². Entretanto, como se comentou durante esta dissertação, o *CM* se designava como um jornal liberal, sendo o dito posicionamento a sua “ortografia da casa”. Esse autoafirmado liberalismo, questionado por Martins, procurava aproximar-se, ao menos na teoria³²³, dos pressupostos de Gudin, como diminuição da atuação

³²¹ Esse papel assumido pelo jornal também foi percebido nas análises realizadas por Martins (2010), quanto ao posicionamento dos jornais sobre as questões econômicas do segundo governo Vargas. Especialmente sobre a formulação do projeto de criação da Petrobras, Martins identificou uma verdadeira campanha realizada pelo *Correio* sob a justificativa de esclarecer a opinião pública sobre a importância da manutenção da abertura econômica do projeto ao capital externo.

³²² Neves (2013).

³²³ O que se observa é que, mesmo que o matutino certas vezes defendesse o liberalismo como causa formal, na prática de seus textos se identificam outros elementos, exógenos a teoria liberal. São esses outros elementos que Martins (2010) explicita e que exploraremos a seguir.

estatal e adoção do livre mercado³²⁴. Assim, chama atenção que o matutino se vinculasse tão veemente à defesa dos pressupostos pasqualinistas, que, no geral, defendiam o alargamento das funções do Estado³²⁵. Essa incoerência entre autodenominação e ação é atestada, quanto ao viés econômico, por Martins (2010), que mostra como o *CM*, assim como outros jornais da grande imprensa ditos liberais, referiam-se favoravelmente às medidas de maior intervenção estatal na economia durante o segundo governo Vargas. Martins inclusive denomina essa atuação como parte da *estratégia discursiva* dos jornais, que não poderiam se fidelizar à postulados acadêmicos sem destoar da conjuntura real que observavam e debatiam. Entretanto, aqui se percebe que, também em relação à política social, o jornal matutino defendeu um *caminho do meio*, afastando-se do seu suposto liberalismo. Acreditamos que tal forma de colocar como intérprete da realidade pode ser compreendida ainda pela possível atuação do jornal em um *liberalismo profissional* do campo em que se pretendia impor como fala autorizada. Esse conceito se refere às concepções liberais utilizadas por determinados periódicos para construir a semântica dos acontecimentos como fatos de determinada expressividade³²⁶.

³²⁴ Martins (2010).

³²⁵ Neves (2013).

³²⁶ Silveira (2020).

5 CONCLUSÃO

O objetivo central desse trabalho residiu em investigar como o trabalhismo e o PTB foram *representados* nos jornais cariocas *Correio da Manhã* e *Ultima Hora*. Para alcançar esse intento, fizemos a varredura dos termos nas páginas dos jornais, analisando, através da Análise de Conteúdo, como os materiais textuais obtidos interpretavam e se referiam aos elementos delimitados. Para auxiliar nessa compreensão, utilizamos-nos das categorias analíticas *luta simbólica*, *representações* e *lutas de representações*, através das referências de Bourdieu, Chartier, Hall, Jodelet e Jovchelovitch, mas conscientes de que não encontraríamos definições *sobre* o PTB e o trabalhismo, mas *apropriações*. Nesse sentido, as definições e as classificações feitas à doutrina e à agremiação não podem ser considerados afirmações verídicas, mas interpretações desses através da ótica própria dos órgãos de comunicação analisados. Nossa intenção era observar essas classificações dos jornais como pretensas construções da realidade por meio da disputa pela visão mais legítima do mundo social. Essas visões entram em disputa a partir do momento em que são oriundas da condição dos periódicos tanto como empresas, quanto como produtores simbólicos constituintes e interlocutores de grupos sociais específicos. Assim, quando um determinado jornal constrói dada representação sobre certo elemento da realidade, esse objetiva tornar essa representação uma conformação, mais reconhecida socialmente, sobre o mundo social, cocriando-o. Essas representações, longe de serem neutras, carregam os sentidos e valores da posição específica do órgão no plano das divisões de classe.

Para tanto, fez-se um balanço historiográfico sobre o contexto em que nossos objetos se inseriam, permeados pela crise e pelo aumento das reivindicações das camadas populares, que, em meio aos projetos de crescimento do país, exigiam que elas também recebessem uma parcela dessa expansão. Também balizamos diferentes interpretações sobre a história da imprensa dos anos 1950. Pautando-nos em duas *zonas* opostas: uma afirmando a submissão da imprensa e outra creditando a esta papel atuante hegemônico na sociedade, sugerimos a hipótese que poderia haver um espaço intermediário, no qual a imprensa atuaria de forma *relativamente autônoma*. Ou seja, nem os jornais seriam subalternos aos grupos a que se vinculariam, muito menos suas ações se dariam sem calcular o possível impacto das mesmas. Aplicando essa lógica aos nossos objetos de pesquisa, supomos que haveria desvios às indicadas resignações do *CM* e do *UH* em apenas publicar o que conviesse aos grupos aos quais supostamente se agregariam, visto que a historiografia tradicional sobre imprensa classifica o primeiro como relacionado aos neoliberais, enquanto o segundo serviria apenas de “porta voz” do governo Vargas.

Vimos, durante o desenvolvimento da exposição da pesquisa, que ambos os órgãos de comunicação construíram diversos dos posicionamentos esperados. Exemplo disso são os comentários elogiosos por parte do *Ultima Hora* ao PTB e ao trabalhismo, como projetos vinculados a Vargas, caracterizando-o como “do futuro” e em ascensão – suas discussões internas eram apenas “de crescimento”, pois o partido se inseria no Brasil do futuro ao ser uma autêntica agremiação *de massas*; enquanto, no *Correio da Manhã*, observou-se muitos dos costumeiros juízos de valor antigetulistas aos elementos citados, justamente por sua vinculação ao presidente. No entanto, os resultados foram além dessas interpretações mais tradicionais, colaborando para os questionamentos pensados para essa dissertação.

A visão negativa do *Correio da Manhã* sobre o trabalhismo não foi contra a doutrina em si, mas em oposição à forma como ela estava se processando no caso brasileiro. Dessa maneira, não se pode apontar ao *CM* uma pretensa recusa aos direitos trabalhistas apenas tendo em vista seu conservadorismo. Em relação ao PTB, as críticas giraram em torno dos rumos aos quais o partido se dedicava, que o jornal creditou como “essencialmente demagógicos” e “não voltados aos trabalhadores”. Por outro lado, o *CM* pareceu definir com bons olhos a possibilidade de existir uma agremiação autenticamente preocupada com o destino das camadas populares, necessitando, portanto, desvincular-se de certas personalidades que carregavam a tônica getulista como objetivo primeiro das ações da legenda. Já sobre a visão do *Ultima Hora*, o vespertino prestou apoio ao PTB, que servia de sustento aos propósitos varguistas, parecendo adotar como sentido de trabalhismo a atuação e a força simbólica do Partido Trabalhista. Entretanto, surpreende que o *Ultima Hora* não se eximiu de fazer oposição visível quando percebia o PTB e o trabalhismo em fuga ao caminho que considerava apropriado, apenas buscando desvincular essas críticas da imagem direta do presidente. Esses posicionamentos ficam ainda mais evidentes quando se investiga como eles representaram certas figuras importantes da doutrina trabalhista e da agremiação. Acreditamos que as adoções ou os rechaços às personalidades-chave do petebismo foram motivados pela percepção que estes representavam distintos projetos de Brasil. Nesse caso, João Goulart significaria um passo adiante rumo a um país de reformas sociais, maior espaço para as reivindicações das camadas populares, bem como ampliação do intervencionismo estatal. Pasqualini, apesar das semelhanças entre ele e João Goulart com relação às propostas de igualitarismo, seria proponente de reformas sob viés mais conservador, prezando pelo equilíbrio entre capital e trabalho e, na visão do *CM*, era descolado da influência de Getúlio Vargas. Em que pese as referências historiográficas delimitarem que havia, na verdade, complementação entre Vargas

e Pasqualini, reiteramos que se pode compreender a interpretação dos jornais sobre os elementos e as personalidades citadas como *apropriações*, ressignificando-as a partir de suas óticas particulares.

Enquanto o *Correio da Manhã* fazia complexas definições do que seria o trabalhismo verdadeiro, ideal, usando esses atributos de forma comparatória ao trabalhismo brasileiro, o *Ultima Hora*, pelo menos nos materiais aqui presentes, não adotou postura de discussão conceitual. Para o vespertino, era evidente o sentido da doutrina, interessando aos seus leitores somente prosseguir no papel fiscalizador da boa atuação do trabalhismo no plano partidário, sob a tônica de defesa dos interesses dos trabalhadores. Afinal, para o *UH*, não havia distinções entre trabalhismo e PTB.

Em parte, esse silenciamento do jornal quanto ao pensamento teórico reflete os objetivos do periódico como folha que se pretendia popular. Nesse sentido, não combinava com a imagem que o *Ultima Hora* desejava criar junto ao público que suas páginas contivessem termos difíceis, referências desconhecidas e realidades exteriores sem aproximá-las do leitor. Ao contrário, o *Correio da Manhã*, que, além de seu próprio perfil opinativo, representava-se como “esclarecedor” dos fatos e das ideias, era voltado para um público com relativa bagagem cultural para compreender suas alusões. Outra possibilidade aparente é de que o jornal fizesse essa discussão teórica para que, comparando com o caso brasileiro, pudesse desqualificar o trabalhismo de Vargas. Assim, o modelo ideal, pautado pelos trabalhistas ingleses, tornaria-se recurso discursivo e base para respaldar as afirmações feitas pelo matutino.

Assim, as imagens construídas pelos jornais sobre o trabalhismo e sobre o PTB divergiam à medida que diferentes eram os projetos de avanço do país aos quais os periódicos simpatizavam. Como se viu, debates sobre como desenvolver o Brasil agitavam o governo, o PTB, o trabalhismo e toda a sociedade na arena política em torno de propostas distintas para os âmbitos econômicos e sociais. De um lado, um dos projetos previa a expansão das funções do Estado, com maior regulação econômica e com intervenção na garantia dos direitos sociais. De outro, uma proposta liberalizante que via negativamente as proposições nacionalistas. Essas discussões, longe de ficarem restritas apenas aos meios intelectuais e políticos, foram, pelo menos em parte, cobertas pela imprensa, que estava atenta aos desdobramentos dessas questões. À vista disso, observa-se como os debates presentes nos jornais expressam, diretamente, a realidade contextual em que se inseriam, instigada pelo tema do desenvolvimentismo nacional. Porém, também se pode perceber como ambos os jornais lutavam para que suas interpretações fossem aceitas como as mais legítimas dentro do repertório simbólico da sociedade brasileira.

Evidencia-se, então, como, da mesma maneira com que expressavam um recorte da realidade, os jornais também atuavam criando definições sobre o mundo social, que divergiam de acordo com os desígnios de cada instituição jornalística.

Considerando esses pontos, podemos responder à questão mais geral posta no início desse trabalho, sobre se era possível afirmar aos periódicos estudados submissão aos aglomerados políticos e econômicos aos quais pertenciam. Nossa resposta é negativa. O *Ultima Hora*, apesar de ser nítido o viés de apoio ao governo, não se isentou de criticar o Ministério do Trabalho, na figura de Segadas Viana, quando esse não cumpriu com os pressupostos defendidos pelo jornal. Muito menos evitou criticar o PTB quando esse se desviava dos objetivos esperados pelo vespertino, o que demonstra que o jornal não atuou como mero reprodutor das representações governamentais, mas cedeu apoio ao governo Vargas ao mesmo tempo em que não endossava o PTB por completo. O *Ultima Hora*, apesar da afinidade com o segundo governo Vargas, pareceu alinhar seus apoios ao lado mais nacional-desenvolvimentista do programa governamental, simpatizando-se com as nascentes propostas reformistas ancoradas por João Goulart, mas sem secundarizar sua ação como intermediário entre as classes populares e a política. Da mesma maneira, o *Correio da Manhã*, que procurava identificar-se com os grupos liberais da elite brasileira, defendeu, quando julgou necessário, concepções de viés intervencionista e distributivista, como a reforma agrária e o *welfare state*. Não possuímos subsídios para avaliar o quanto essa concordância, por parte do *CM*, era genuína, afinal também somam a essas constatações o fato de que, devido às transformações na sociedade brasileira durante os anos 50, como demonstrado, acreditamos que seria cada vez mais difícil uma folha que prezasse pela simpatia de setores sociais mais amplos, e que desejasse manter o alto grau de prestígio que possuía, continuasse a defender a ausência de direitos às camadas populares. Nesse sentido, a flutuante opinião sobre a “*consciência das massas*”, expressa pelo jornal ora como lúcidas e maduras, ora como irracionais, pode-se também explicar pelas mudanças gerais no corpo social brasileiro. Tornava-se um forte ônus simbólico afirmar que o povo não possuía consciência de suas escolhas, ou os culpabilizar pelos problemas do país. Porém, em alguns momentos, surgiam resquícios do pensamento ainda conservador do matutino. No entanto, outra hipótese, não excludente, mas que se soma a essas questões expostas é de que talvez o *CM* também passasse a citar uma possível “consciência”, ou “maturidade” das camadas populares para, assim, poder reafirmar que um outro trabalhismo era possível, bastando aos operários optarem por essa via distinta. Afinal, capacidade para tal eles dispunham – dizer o contrário seria assumir a incapacidade de transformação das estruturas criticadas. São elementos que mecerem maiores futuros estudos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves; et al. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.
- ABREU, Alzira; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Angela Castro. (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 23-60.
- ALCÂNTARA, Lúcio. Prefácio. In: ATTLE, Clement. **Bases e fundamentos do trabalhismo**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000**. Rio De Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARRETO, Emanuel Francisco Pinto. Última Hora: um jornal a serviço de Getúlio Vargas. In: ALAIC GT17: HISTÓRIA DA COMUNICAÇÃO, n° 17, 2014, Peru. **Anais do ALAIC GT17: HISTÓRIA DA COMUNICAÇÃO**. Disponível em <http://congresso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/vGT17-Emanuel-Pinto.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2019.
- BATISTELLA, Alessandro. O trabalhismo getulista-reformista do antigo PTB e o “novo trabalhismo” do PDT: continuidades e descontinuidades. **Revista Aedos**, n 12, v. 5, Jan/Jul, 2013. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/24608/26771>. Acesso em: 07 jun. 2019.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1992.
- BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2 ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2015.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. O Brasil Republicano. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARTEIRA de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM). In: ACERVO do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/carteira-de-exportacao-e-importacao-do-banco-do-brasil-cexim>. Acesso em: 16 jun. 2021.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.13-28.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: **À Beira da Falésia: A História entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1990.

CHARTIER, Roger. Ilustração e defesa da noção de Representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v.13, n. 23, jan./jun.2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/360491851/Nocao-de-representacao-Roger-Chartier-pdf>. Acesso em 08 jul. 2021.

COMISSÃO Federal de Abastecimento e Preços (COFAP). In: ACERVO do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-federal-de-abastecimento-e-precos-cofap>. Acesso em: 16 jun. 2021.

CUNHA, Thársyla Glessa Lacerda da. Um combate de letras: os jornais Tribuna da Imprensa e Última Hora durante o segundo governo de Vargas (1951-1954). XVII encontro de História da AnpUH-Rio, Rio de Janeiro, 2016. In: **Anais do XVII encontro de História da AnpUH-Rio**, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.rj.anpUH.org/resources/anais/42/1470676781_ARQUIVO_UmcombatedeletrasojornaisTribunadaImprensaeUltimaHoraduranteosegundogovernodeVargas-1951a1954.pdf. Acesso em: 07 jun. 2019.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

D'ARAÚJO, Maria Celina; GOMES, Angela de Castro. **Getulismo e Trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1987.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. São Paulo: 2 ed. LTr, 2011.

DURKHEIM, Emile. **Sociologia e Filosofia**. Porto Alegre: Editora Forense, 1970.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**, n.13, 1995.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. **LOCUS: Revista De História**, n. 2, fev.2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20880>. Acesso em 26 jun. 2021.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FIDELIS, Thiago. Samuel Wainer: entre Diretrizes e *Ultima Hora*. **Em tempo de histórias**. Revista do PPGHIS/UnB, n.33, dez.2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332100168_Samuel_Wainer_entre_Diretrizes_e_Ultima_Hora. Acesso em: 07 jun. 2019.

GOMES, Angela de Castro. **Getúlio escreve a Lourival: os bilhetes à Casa Civil da Presidência da República (1951-1954)**. Aracajú: Edise, 2015.

GOMES, Angela de Castro. **Uma breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1280.pdf. Acesso em: 07 jun. 2019.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora PUCRio: Apicuri, 2016.

HIPPOLITO, Lúcia. Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro. In: **Anos 90**. Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6350>. Acesso em: 26 jun. 2021.

HOHLFELDT, Antonio; BUCKUP, Carolina. **Ultima Hora: populismo nacionalista nas páginas de um jornal**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.

JODELET, Denise. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

KARAWEJCZYK, Mônica. O Jornal como documento histórico: breves considerações. **Historiae**, Rio Grande, v.1, n.3, 2010, p. 131-147. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2371/1259>. Acesso em: 07 jun. 2019.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda x Wainer: O Corvo e o Bessarabiano**. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”. In: ABREU, Alzira Alves. **A Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 157-187.

LIMONGI, Fernando. Fazendo Eleitores e Eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo. In: **DADOS** - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, no 2, 2015, pp. 371 a 400. Disponível em <https://www.scielo.br/j/dados/a/PfxdxkqNVWBRd8QKySbTVHs/abstract/?lang=pt>. Acesso em 26 jun. 2021.

LUCA, Tania de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MARTINS, Luis Carlos Passos. Petróleo, imprensa e luta pelo desenvolvimento econômico: jornais “liberais” cariocas e a política econômica do Segundo Governo Vargas. **Anos 90**. Porto Alegre, n° 36, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/31040>. Acesso em 01 jul. 2021.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Democrático, mas não muito: a percepção do jornal *Correio da Manhã* sobre a democracia brasileira no Segundo Governo Vargas. In: XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anaisimposios/pdf/201901/1548772006_5c397f80cebb2810cfd10a90651a7830.pdf. Acesso em: 07 jun. 2019.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político. In: DOMINGOS, Charles S.; et al. **Capítulos de História Política**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2018.

MARTINS, Luis Carlos Passos. Pensamento político e imprensa brasileira no pós-guerra: democracia e participação popular na visão do *Correio da Manhã* no Segundo Governo Vargas. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 46, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/35228>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.10, n.29, 1995. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/rbcs/208-rbcs-29>. Acesso em 26 abr. 2021.

MELO, José Marques; ASSIS, Francisco. **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MISTIFICAÇÃO. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. [Online, 2008-2021]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/mistifica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 27 jun. 2021.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Revista da Faculdade de Educação da PUCRS**. Porto Alegre, n. 37, p. 7-32, 1998.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República** – da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2021.

PADOVANI, Patrícia Ribeiro dos Reis. **Última Hora: Uma tribuna do governo e dos trabalhadores** – Uma análise do jornal para o legado político do trabalhismo. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016.

PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala: origens da ideologia trabalhista no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2.ed. 2007.

PASQUALINI, Alberto. **O pensamento político de Alberto Pasqualini**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2005.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, n.31, 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2186/1325>. Acesso em: 07 jun. 2019.

RIBEIRO, Lavínia Madeira. O processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964). In: BARROS, Antonio Teixeira, et al. **Comunicação, discursos, práticas e tendências**. São Paulo: Editora Rideel, 2001.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Correio da Manhã: Compromisso com a verdade**. Cadernos da Comunicação, Série Memória. Rio De Janeiro: Imprinta Gráfica e Editora, 2002. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/cadernos_comunicacao/memoria/memorial.pdf. Acesso em: 26 jun. 2021.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

SILVEIRA, Helder Gordim. Informação jornalística e ideologia: a implantação da ditadura no Brasil em 1964 como notícia na revista argentina Panorama. **Revista Tempos Históricos**, n 1, 2020. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/22609>. Acesso em: 26 jun. 2021.

SOUZA, Pâmela Chiorotti Becker. “Falem mal, mas falem de mim”: representações críticas do trabalhismo no jornal carioca *Correio da Manhã* (1951-1954). **Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, v. 19, n. 3, Set/Dez 2020. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/11790/114115482>. Acesso em 26 jun. 2021.

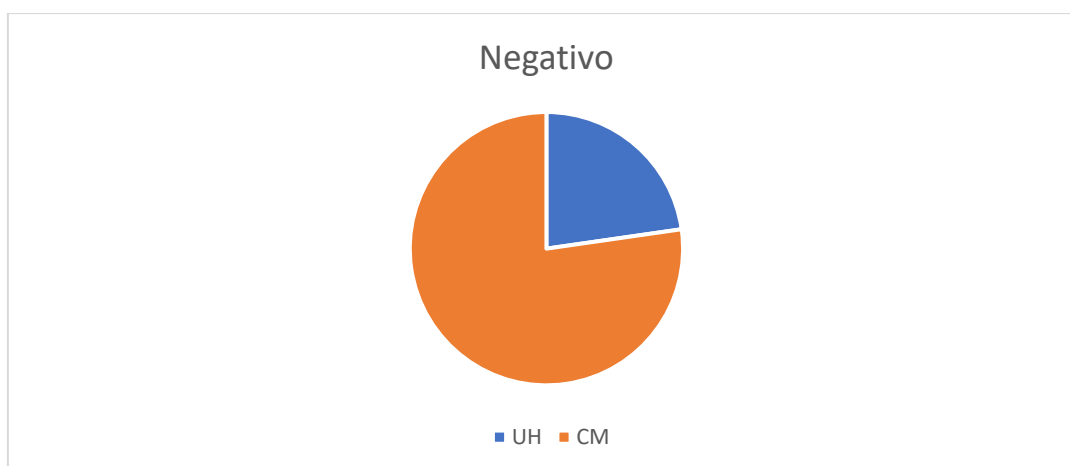
VEYNE, Paul. **Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história**. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.

APÊNDICES

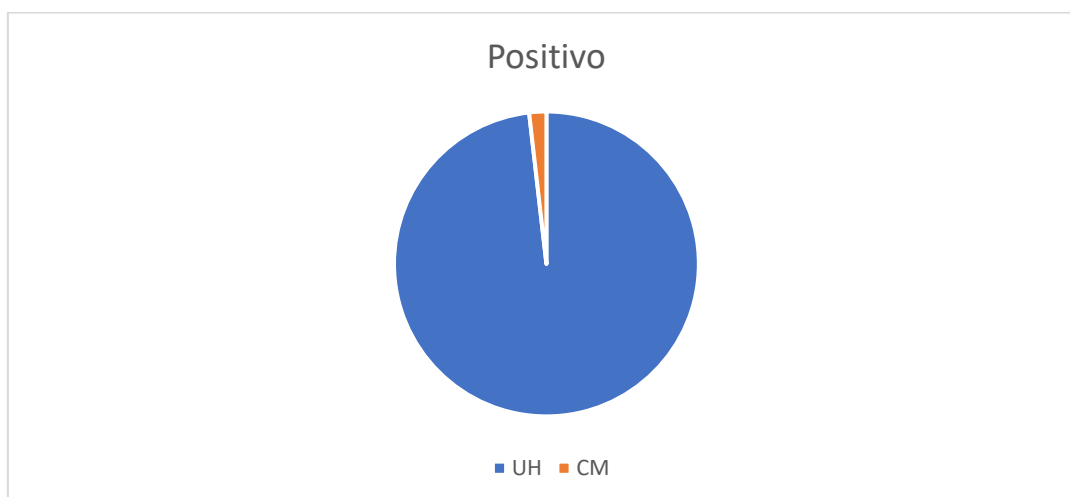
APÊNDICE A - Gráficos ilustrativos

a) Posicionamentos / condução de viéses dos jornais sobre o PTB:



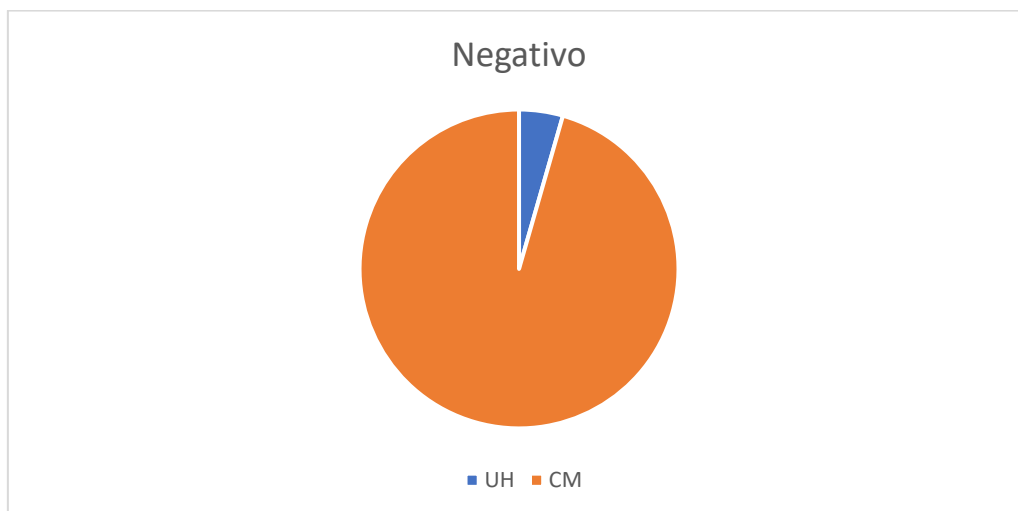
UH = 25 materiais totais

CM = 85 materiais totais



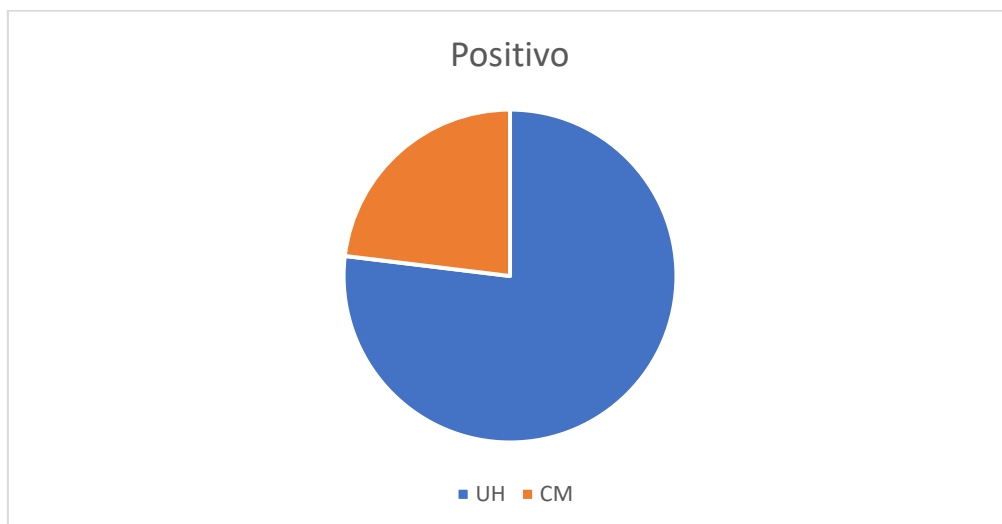
UH = 54 materiais totais

CM = 1 material total

b) Posicionamentos / condução de viéses dos jornais sobre o trabalho:

UH = 2 materiais totais

CM = 43 materiais totais



UH = 20 materiais totais

CM = 6 materiais totais

APÊNDICE B – Tabelamentos

a) Ocorrências por formatos:

Correio da Manhã

Jornal	Categoria(s):	Formato	Quantidade
<i>CM</i>	<i>CM-PTB=NEG- PART</i>	Editorial	28
		Coluna não assinada	57
		Coluna assinada	0
		Outros	0

Jornal	Categoria(s):	Formato	Quantidade
<i>CM</i>	<i>CM-PTB=POS- PART</i>	Editorial	0
		Coluna não assinada	0
		Coluna assinada	1
		Outros	0

Jornal	Categoria(s):	Formato	Quantidade
<i>CM</i>	<i>CM-TRAB-NEG- [...]</i>	Editorial	11
		Coluna não assinada	29
		Coluna assinada	2
		Outros	0

Jornal	Categoria(s):	Formato	Quantidade
<i>CM</i>	<i>CM-TRAB=POS- [...]</i>	Editorial	1
		Coluna não assinada	4
		Coluna assinada	1
		Outros	0

Jornal	Categoria(s):	Formato	Quantidade
<i>CM</i>	<i>CM-PTB</i> E TRAB=POS- PERS=PASQUALINI	Editorial	4
		Coluna não assinada	6
		Coluna assinada	0
		Outros	0

Jornal	Categoria(s):	Formato	Quantidade
<i>CM</i>	<i>CM-PTB</i> E TRAB=POS- PERS=SEGADAS	Editorial	0
		Coluna não assinada	1
		Coluna assinada	0
		Outros	0

Jornal	Categoria(s):	Formato	Quantidade
<i>CM</i>	<i>CM-PTB</i> E TRAB=NEG- PERS=DANTON	Editorial	4
		Coluna não assinada	9
		Coluna assinada	0
		Outros	1

Jornal	Categoria(s):	Formato	Quantidade
<i>CM</i>	<i>CM-PTB</i> E TRAB=NEG- PERS=JANGO	Editorial	2
		Coluna não assinada	39
		Coluna assinada	1
		Outros	0

Ultima Hora

Jornal	Categoria(s):	Formato	Quantidade
<i>UH</i>	<i>UH-PTB=POS- PART</i>	Reportagem	17
		Entrevista	6

		Coluna não assinada	10
		Coluna assinada	13
		Nota	3
		Notícia	2
		Outros	8

Jornal	Categoria(s):	Formato	Quantidade
<i>UH</i>	UH-PTB=NEG- PART	Reportagem	6
		Entrevista	1
		Coluna não assinada	0
		Coluna assinada	13
		Nota	3
		Notícia	2
		Outros	0

Jornal	Categoria(s):	Formato	Quantidade
<i>UH</i>	UH-TRAB=NEG- [...]	Reportagem	0
		Entrevista	0
		Coluna não assinada	1
		Coluna assinada	1
		Nota	0
		Notícia	0
		Outros	0

Jornal	Categoria(s):	Formato	Quantidade
<i>UH</i>	UH-TRAB=POS- [...]	Reportagem	7
		Entrevista	4
		Coluna não assinada	5
		Coluna assinada	2
		Nota	1
		Notícia	0

		Outros	1 (“editorial”)
--	--	--------	-----------------

Jornal	Categoria(s):	Formato	Quantidade
<i>UH</i>	<i>UH-PTB</i> E TRAB=POS- PERS=JANGO	Reportagem	20
		Entrevista	2
		Coluna não assinada	19
		Coluna assinada	5
		Nota	1
		Notícia	1
		Outros	0

Jornal	Categoria(s):	Formato	Quantidade
<i>UH</i>	<i>UH-PTB</i> E TRAB=POS- PERS=PASQUALINI	Reportagem	1
		Entrevista	0
		Coluna não assinada	0
		Coluna assinada	1
		Nota	0
		Notícia	1
		Outros	0

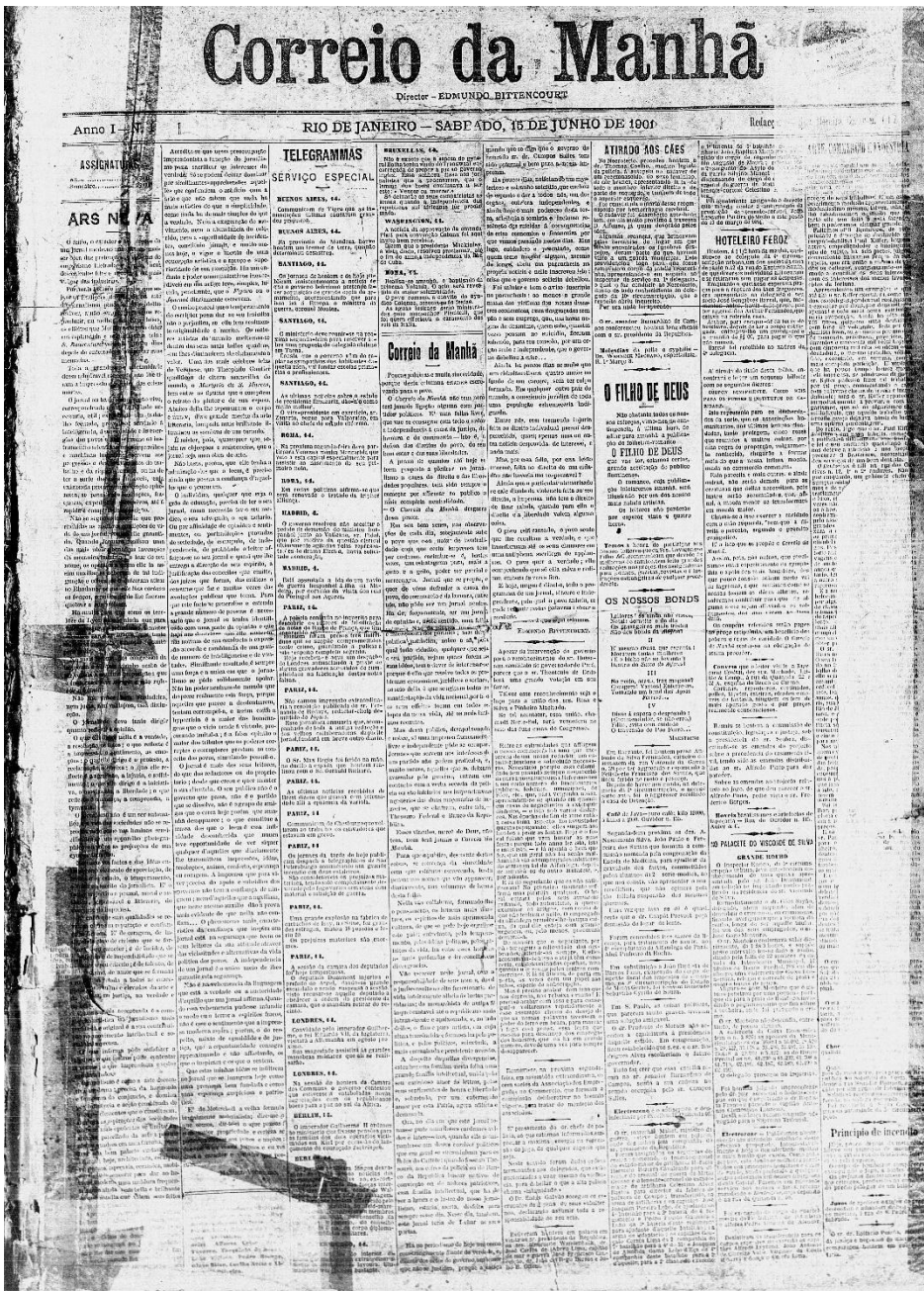
Jornal	Categoria(s):	Formato	Quantidade
<i>UH</i>	<i>UH-PTB</i> E TRAB=NEG- PERS=DANTON	Reportagem	3
		Entrevista	0
		Coluna não assinada	0
		Coluna assinada	4
		Nota	0
		Notícia	0
		Outros	0

Jornal	Categoria(s):	Formato	Quantidade
<i>UH</i>		Reportagem	0

	<i>UH-PTB</i> E TRAB=NEG- PERS=SEGADAS	Entrevista	0
		Coluna não assinada	4
		Coluna assinada	0
		Nota	0
		Notícia	0
		Outros	0

ANEXOS

ANEXO A - PRIMEIRA EDIÇÃO DO CORREIO DA MANHÃ, DE 15 DE JUNHO DE 1901.



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_01&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=1. Acesso em 04 jul. 2021.

ANEXO C - Página 04 do *Correio da Manhã*, de 03 de janeiro de 1951, área na qual se processaram as análises por varredura. Nota-se a presença do editorial, na localização superior-esquerda, e das colunas não assinadas distribuídas pela página, como a Tópicos e Notícias.

CORREIO DA MANHÃ — Quarta-feira, 3 de Janeiro de 1951

A PALAVRA PRESIDENCIAL

... (text) ...

ESGOTOS

... (text) ...

TÓPICOS E NOTÍCIAS

... (text) ...

O estado de trabalho

... (text) ...

CULTURA

... (text) ...

HOMENAGEM DAS CLASSES ARMADAS AO PRESIDENTE DA REPUBLICA

... (text) ...

RECAUDO DE PARIS

... (text) ...

BANCO DO COMÉRCIO

... (text) ...

PINDOS E RESPONDOS

... (text) ...

NOVO PREGO DO GALS

... (text) ...

SÉIS O DODOS DO PARA

... (text) ...

FELICITAÇÕES DE ANO NOVO

... (text) ...

RECEBOS NA PRATA

... (text) ...

REGISTRO DE TABAGAS

... (text) ...

MO PALAÇO DO CAITE

... (text) ...

LUTO NACIONAL POR TRES DIAS

... (text) ...

TABELA ALTERADA

... (text) ...

ANEXO D - Página 03 do jornal *Ultima Hora*, edição 00128 de 09 de novembro de 1951, na qual se processaram as análises. Nota-se a presença de colunas que se tornaram prestigiadas, como a "Ultima Hora na Política" e "O dia do Presidente".

PROPÕE AFONSO ARINOS O ADIAMENTO DO INQUÉRITO SOBRE A IMPRENSA

Em Longo Discurso, na Câmara Dos Deputados, o Vice-Líder da UDN Justifica a Sua Atitude e Fede Urgência Para o Projeto-Plínio Barreto, Regulamentando a Matéria — Limitada Ação Das Comissões Parlamentares Pelas Restrições Impostas Pelo Código Criminal — Apelo ao Congresso Para Cumprir Quanto Antes, Investigações da Importância e do Alcance Social da Que Foi Surgida e Por U L T I M A H O R A

Em sessão realizada ontem na Câmara dos Deputados, em sessão especial, o deputado Afonso Arinos, vice-líder da UDN, apresentou o projeto de lei que dispõe sobre a regulamentação da matéria da imprensa, limitando a atuação das comissões parlamentares de inquérito, em virtude da importância social da matéria e do alcance da que foi surgida e por *U L T I M A H O R A*.

O projeto de lei, apresentado pelo deputado Afonso Arinos, dispõe sobre a regulamentação da matéria da imprensa, limitando a atuação das comissões parlamentares de inquérito, em virtude da importância social da matéria e do alcance da que foi surgida e por *U L T I M A H O R A*.

O projeto de lei, apresentado pelo deputado Afonso Arinos, dispõe sobre a regulamentação da matéria da imprensa, limitando a atuação das comissões parlamentares de inquérito, em virtude da importância social da matéria e do alcance da que foi surgida e por *U L T I M A H O R A*.

O projeto de lei, apresentado pelo deputado Afonso Arinos, dispõe sobre a regulamentação da matéria da imprensa, limitando a atuação das comissões parlamentares de inquérito, em virtude da importância social da matéria e do alcance da que foi surgida e por *U L T I M A H O R A*.

O projeto de lei, apresentado pelo deputado Afonso Arinos, dispõe sobre a regulamentação da matéria da imprensa, limitando a atuação das comissões parlamentares de inquérito, em virtude da importância social da matéria e do alcance da que foi surgida e por *U L T I M A H O R A*.

O projeto de lei, apresentado pelo deputado Afonso Arinos, dispõe sobre a regulamentação da matéria da imprensa, limitando a atuação das comissões parlamentares de inquérito, em virtude da importância social da matéria e do alcance da que foi surgida e por *U L T I M A H O R A*.

O projeto de lei, apresentado pelo deputado Afonso Arinos, dispõe sobre a regulamentação da matéria da imprensa, limitando a atuação das comissões parlamentares de inquérito, em virtude da importância social da matéria e do alcance da que foi surgida e por *U L T I M A H O R A*.

O projeto de lei, apresentado pelo deputado Afonso Arinos, dispõe sobre a regulamentação da matéria da imprensa, limitando a atuação das comissões parlamentares de inquérito, em virtude da importância social da matéria e do alcance da que foi surgida e por *U L T I M A H O R A*.

O projeto de lei, apresentado pelo deputado Afonso Arinos, dispõe sobre a regulamentação da matéria da imprensa, limitando a atuação das comissões parlamentares de inquérito, em virtude da importância social da matéria e do alcance da que foi surgida e por *U L T I M A H O R A*.

O projeto de lei, apresentado pelo deputado Afonso Arinos, dispõe sobre a regulamentação da matéria da imprensa, limitando a atuação das comissões parlamentares de inquérito, em virtude da importância social da matéria e do alcance da que foi surgida e por *U L T I M A H O R A*.

O Dia do Presidente

CRUIZEIRO, MOÇA FORTÉ
O dia do presidente é o dia da honra e da glória. É o dia em que o Brasil se orgulha de seu chefe e de sua nação. É o dia em que o povo se reúne para celebrar a grandeza do Brasil e a sabedoria do presidente.

A GRANDE VITIMA
O grande vencedor é aquele que sabe vencer com justiça e com honra. É aquele que sabe lidar com a vitória e com a derrota. É aquele que sabe ser humilde e que sabe ser firme.

AGENDA
O dia do presidente é o dia da honra e da glória. É o dia em que o Brasil se orgulha de seu chefe e de sua nação. É o dia em que o povo se reúne para celebrar a grandeza do Brasil e a sabedoria do presidente.

ALTERADAS AS TABELAS DA UNIVERSIDADE DO BRASIL
O dia do presidente é o dia da honra e da glória. É o dia em que o Brasil se orgulha de seu chefe e de sua nação. É o dia em que o povo se reúne para celebrar a grandeza do Brasil e a sabedoria do presidente.

OPINIÃO DE JOÃO NEVES
O dia do presidente é o dia da honra e da glória. É o dia em que o Brasil se orgulha de seu chefe e de sua nação. É o dia em que o povo se reúne para celebrar a grandeza do Brasil e a sabedoria do presidente.

OUTRAS NOTÍCIAS LEGAIS
O dia do presidente é o dia da honra e da glória. É o dia em que o Brasil se orgulha de seu chefe e de sua nação. É o dia em que o povo se reúne para celebrar a grandeza do Brasil e a sabedoria do presidente.

UM BISPO NA ACADEMIA MINEIRA
O dia do presidente é o dia da honra e da glória. É o dia em que o Brasil se orgulha de seu chefe e de sua nação. É o dia em que o povo se reúne para celebrar a grandeza do Brasil e a sabedoria do presidente.

Mamãe gosta dela!
BEBE
Coca-Cola
FABRICANTES AUTORIZADOS: COCA-COLA REFRIGEROS S. A.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br